



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIDADES TERRITÓRIOS E IDENTIDADES**

ANA CARLA VIEIRA PIMENTEL

**Ações afirmativas e os desafios de estudantes quilombolas para sua permanência na
Universidade Federal do Pará: o que dizem os protagonistas**

**ABAETETUBA-PA
2019**

**Ações afirmativas e os desafios de estudantes quilombolas para sua permanência na
Universidade Federal do Pará: o que dizem os protagonistas**

ANA CARLA VIEIRA PIMENTEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

P644a Pimentel, Ana Carla Vieira
Ações afirmativas e os desafios de estudantes quilombolas para sua permanência na Universidade Federal do Pará: o que dizem os protagonistas / Ana Carla Vieira Pimentel. — 2019.
188 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Denise Machado Cardoso
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2019.

1. Ações afirmativas. 2. Estudantes Quilombolas. 3. Identidade. 4. Permanência. I. Título.

CDD 300

ANA CARLA VIEIRA PIMENTEL

**Ações afirmativas e os desafios de estudantes quilombolas para sua permanência na
Universidade Federal do Pará: o que dizem os protagonistas**

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Denise Machado Cardoso – Presidente
Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI-UFPA)

Prof.^a Dr.^a Rosangela do Socorro nogueira de Sousa – Membro Interno
Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI-UFPA)

Prof.^a Dr.^a Milene Maria Xavier Veloso – Membro Externo
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-UFPA)

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Rayol Amoras Sanches – Suplente
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSAG-UFPA)

**ABAETETUBA-PA
2019**

*À minha família, em especial meu pai Antonio e minha mãe Valdineide.
Ao meu companheiro de todas as horas e principalmente por ser luz em minha vida, Valdinei Gomes.
Aos estudantes quilombolas, por sua luta diária pela permanência na universidade.*

AGRADECIMENTOS

Meus maiores agradecimentos a Deus, por sempre me dar forças para permanecer e prosseguir nessa caminhada.

Aos discentes quilombolas da Universidade Federal do Pará, pois sem eles seria impossível esse trabalho.

Ao meu companheiro, Valdinei Gomes por toda a ajuda, solidariedade, paciência, carinho, confiança, afeto e amor prestado a mim durante esse percurso e por ser meu colo e luz em minha vida.

Aos meus pais, Antônio e Valdineide por compreenderem essa etapa de minha vida a qual minha ausência foi necessária, também por todo amor, afeto, cuidado e apoio.

Aos meus irmãos, Carlos, Neto e Alberto e minhas irmãs Valdineide e Alessandra, por serem os melhores irmãos e irmãs que poderia ter e por fazerem parte disso tudo, sem vocês não estaria aqui, vocês me impulsionam a acreditar sempre.

À minha querida e amada cunhada Mariléia por todo afeto, cuidado e por sempre levar algo para me alimentar nos momentos da escrita do texto.

Aos meus sobrinhos, Gustavo, Cristhian, Carlos Antônio, Valentim, Joaquim e minha sobrinha Isabelly Vitória, que são minha inspiração cotidiana, meus amores, que tornam minha caminhada mais gostosa, mais doce e bem mais feliz, pois com seus abraços em cada chegada me mostram que preciso acreditar e que sempre será e é possível.

Aos meus familiares, amigos e amigas, os quais sempre me incentivaram e depositam confiança, e, por compreenderem minha ausência.

À minha querida Orientadora a Professora Dr.^a Denise Machado Cardoso, pela sensibilidade com que me ouviu e pelas percepções, pelas orientações e contribuições no decorrer de minha trajetória durante esse período, pois em alguns momentos foram tão difíceis e por confiar que seria capaz.

Às minhas amigas e colegas de curso, em que nos momentos de angústias sempre tinham uma palavra de incentivo, mostrando que tudo seria possível e assim podendo superar as dificuldades. Em agradecimento especial as minhas amigas da Linha de Pesquisa Linguagem: Identidades, Práticas e Representações, Maria de Jesus, Ígora Dácio e Dyellem, por compartilharem suas experiências e por me proporcionarem sempre novas aprendizados.

Aos professores que fizeram parte desse momento de novas aprendizagens Denise Machado, Augusto Sarmiento-Pantoja, Rosangela Nogueira, Joyce Ribeiro, Eliana Teles, e Dedival Brandão por compartilharem seus conhecimentos. Em especial a professora Mara Rita Duarte por todo incentivo e motivação no decorrer de minha vida, por compartilhar de sua amizade e companheirismo.

À esplendorosa Gerlane Ferreira, minha amiga, companheira. Foi incrível compartilhar com você compartilhei todos os momentos dessa trajetória, desde os primeiros momentos de estudos, e compartilhando nossas histórias e memórias, sua amizade sempre me impulsionando a acreditar que seria possível.

À minha amiga Flávia Santos, que esteve comigo nessa caminhada, minha irmã do coração, sempre me mostrando que seria possível, sua luta me encoraja.

À Ediuza Souza, agradeço toda a sua solidariedade, generosidade e companheirismo no percurso de minha vida.

À Regina Sousa, nunca poderei agradecer o suficiente por me receber em sua casa com tanto carinho, fazendo parte essencial dessa trajetória.

À minha amiga Roseli, pelo incentivo, sempre acreditando em mim, me dando força e me fazendo acreditar.

À amiga e companheira de luta, Marília por caminhar junto por uma sociedade mais justa e igualitária e por todo apoio.

Ao Grupo de Pesquisa GEPEME por todas as contribuições e novos conhecimentos, aprendizagens e experiências compartilhadas.

A todos que sempre me incentivaram, que me deram uma palavra amiga e animadora durante todo o meu percurso da escrita da dissertação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa dos Campi da UFPA.	51
Figura 2: Mapa Estratégico da UFPA.....	54
Figura 2: Campus Universitário do Guamá.....	55
Figura 5: O processo de inscrição no Processo Seletivo Especial para Quilombolas na UFPA.	83
Figura 6: Localização e Números de Comunidades Quilombolas no Estado do Pará.	85
Figura 7: Resumo dos programas de assistência estudantil da UFPA.....	96
Figura 8: Resumo dos programas de assistência estudantil da UFPA.....	99
Figura 8: Mapa do Campus I da UFPA, Campus Guamá.	118
Figura 9: Estudante Valdinei Gomes proferindo a fala representando a Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA).	119
Figura 10: Reitor da UFPA, o professor Emmanuel Zagury Tourinho proferindo sua fala na inauguração das sedes das associações dos estudantes Indígenas, Estrangeiros e Quilombolas.	124
Figura 11: Vista panorâmica da sala da ADQ.	127
Figura 12: Programação da Semana da Consciência Negra 2018 promovida pela ADQ.	129
Figura 13: Apresentação dos Estudantes Quilombolas no dia da Consciência Negra na UFPA.	130
Figura 14: Participação de estudantes na programação da Semana da Consciência Negra dos estudantes quilombolas da UFPA.....	131
Figura 15: Discussão dos estudantes quilombolas na Semana da Consciência Negra dos estudantes quilombolas da UFPA.....	133
Figura 16: Slogan da ADQ-UFPA: Resistir para existir.	135

Figura 17: Manifestação dos Estudantes Indígenas e Quilombolas no hall da reitoria da UFPA em prol da Bolsa Permanência do MEC..... 150

Figura 18: Ato em frente à sala das Associações dos Estudantes Indígenas e Quilombolas da UFPA em prol da Bolsa Permanência do MEC. 151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas do PSE 2013	45
Quadro 2: Etapas do PSE 2014	46
Quadro 3: Perguntas realizadas com os sujeitos da pesquisa.	61
Quadro 4: Quadro resumido dos nomes fictícios dados aos estudantes quilombolas entrevistado e o instituto e município.....	67
Quadro 5: Situação da matrícula dos estudantes quilombolas da UFPA do ano de 2013 ao primeiro semestre de 2018.....	88
Quadro 6: Número de estudantes, cancelamento, trancamento e conclusão por campus.	89
Quadro 7: Números de estudantes quilombolas matriculados e cancelamento na UFPA por instituto do ano de 2013 a 2018.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Demonstrativo da oferta, da demanda e do número de estudantes quilombolas que ingressaram no ensino superior na UFPA nos anos de 2013 a 2018.	81
Gráfico 2: Quantitativo de estudantes quilombolas que ingressaram por ano na UFPA.	82
Gráfico 3: Porcentagem do número de estudantes quilombolas que ingressaram por ano na UFPA, compreendidos no período do primeiro de 2013 ao primeiro semestre de 2018.	86
Gráfico 4: Número de estudantes quilombolas por campus da UFPA de 2013 a 2018.	87
Gráfico 5: Número de estudantes quilombolas por ano de ingresso na UFPA/Campus Guamá compreendido entre o primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2018.	91

LISTA DE ABREVIACÕES

ACNRQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ADQ-UFPA – Associação de Discentes Quilombolas da Ufpa

APITO – Associação dos Povos Indígenas do Tocantins

ARQUIA – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba

AUNIQUE – Associação Universitária Quilombola

AVA – Viagem Acadêmica

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB – Câmara de Educação Básica

CEDENPA – Centro de Defesa do Negro no Pará

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB

CEPS – Centro de Processos Seletivos

CF – Constituição Federal

CIAC – Centro de Indicadores Acadêmicos

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais

CONSEP – Conselho Superior de Ensino e Pesquisa

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSU – Conselho Universitário da Universidade do Estado da Bahia

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPERPS – Comissão Permanente de Processos Seletivos

ENEM – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

EUA – Estados Unidos da América

FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa

GEAAM – Grupo de Estudos Afro-Amazônico

GT – Grupo de Trabalho

ICA – Instituto de Ciência da Arte

ICS – Instituto de Ciências da Saúde

ICSA – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

IES – Instituições de Ensino Superior

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

ILC – Instituto de Letras e Comunicação Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITEC – Instituto de Tecnologia

JUBS – Jogos Universitários Brasileiros

JUP'S – Jogos Universitários Paraenses

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MALUNGO – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Pará

MEC – Ministério da Educação

MP-PA – Ministério Público do Pará

NAIS – Núcleos de Assistência e Integração Estudantil

OIT – Organização Internacional do trabalho

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PBP – Bolsa Permanência do MEC

PBP/MEC – Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação

PCCU – Ações Preventivas Contra o Câncer em Discentes Universitárias

PcD – Pessoa com Deficiência

PCNA – Programa de Cursos de Nivelamento da Aprendizagem

PD – Partido Democrata

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PES – Programa Estudante Saudável

PIBEX – Programa Institucional de Bolsa de Extensão

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNAES – O Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNDH – Programa Nacional dos Direitos Humanos

PNE – Plano Nacional de Educação

PP – Programa Permanência

PPI – Pretos, Pardos e Indígenas

PROAF – Bolsas Acadêmicas de Ação Afirmativa

PROAIS – Programa Institucional de Assistência e Integração Estudantil

PROAP – Apoio Pedagógico

PROBPET – Programa de Apoio às Bolsas Acadêmicas de Pesquisa, Extensão e Técnicas

PROCEUS – Casa de Estudantes Universitários

PROCOMUNICA – Programa de Comunicação, Informação e Divulgação das Ações de Assistência Estudantil

PROCULT – Programa de Apoio às Ações Culturais Universitárias

PRODIGITAL – Programa de Inclusão e Autonomia Digital

PROEG – Pró-Reitoria de Ensino e Graduação

PROEL – Programa de Esporte e Lazer Universitário

PROENT – Programa de Apoio às Entidades Estudantis

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROLÍNGUAS – Programa de Cursos Livres de Línguas Estrangeiras

PROMISAES – Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

PRORU – Programa de Alimentação Estudantil

PSE – Processo Seletivo Especial

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU – Restaurante Universitário

SAEST – Superintendência de Assistência Estudantil

SAPS – Serviço de Assistência Psicossocial aos Discentes

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SOME – Sistema Modular de Ensino

STF – Supremo Tribunal Federal

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UnB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNEGRO – União de Negras e Negros Pela Igualdade

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

UNIFESSPA – Criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação.

Nelson Mandela.

RESUMO

O texto apresenta resultado da pesquisa de mestrado que tem como principal objetivo analisar como se estabelece a identidade e a luta pela permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará (Ufpa) – Campus Guamá que ingressaram nesta instituição através de ações afirmativas com a reserva de vaga para quilombolas no período do primeiro semestre 2013 ao primeiro semestre de 2018. E para atingirmos o principal a finalidade proposta definiu-se como objetivos específicos: a) Fazer um breve apanhado sobre a política de ação afirmativa no Brasil e a implantação na Ufpa; b) Discutir a partir da trajetória dos estudantes quilombolas da Ufpa como ocorre o reconhecimento e a re/afirmação da identidade quilombola no espaço da Universidade; c) Apontar como os estudantes quilombolas se organizam para garantir a permanência na Ufpa. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa cujas técnicas de levantamento de dados incluem a análise documental e a entrevistas semiestruturadas realizadas junto ao universo de estudantes quilombolas matriculados e também de professores que encaminharam a proposta de ação afirmativa da UFPA e como metodologia temos a etnografia voltada para a observação participante e entrevistas que ocorreram durante a pesquisa de campo no período de outubro de 2017 a junho de 2018 e de novembro e dezembro de 2018. Utilizando as contribuições teóricas dos principais estudiosos que abordam as questões concernentes ao objeto investigado, sendo eles: Geertz (2014), Cardoso de Oliveira (2000). Além disso, para compreender como as relações que envolvem a identidade fizeram uso dos estudos de Gomes (2005), Silva (2000), Hall (2000), Almeida (2002), e para compreensão acerca das ações afirmativas e permanência utilizamos Beltrão (2011, 2013), Piovesan (2008), Deus (2008) e Santos (2009). Contudo, o ingresso, a identidade e a permanência dos estudantes quilombolas no espaço universitário tornam-se desafiadores para esses sujeitos que passam a aprender, a vivenciar e a intercambiar diferentes perspectivas, concepções e experiências. As atuais demandas dos estudantes quilombolas que ingressam na Universidade Federal do Pará através da reserva de vagas exigem um maior comprometimento da instituição com as políticas institucionais de permanência para esses estudantes. Assim, a universidade precisa ser um espaço de formação desses sujeitos para que eles lutem e façam o enfrentamento contra a violência simbólica e a invisibilidade mediante a sociedade, pois não se trata apenas de ingressar e concluir o curso, mas passa pelo processo de formação desses sujeitos sociais e também que a universidade possa proporcionar aos outros estudantes não quilombolas ações antirracistas e práticas que possibilitem uma integração entre esses grupos.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Estudantes Quilombolas. Identidade. Permanência.

ABSTRACT

The text presents a result of the master's research that has as main objective to analyze how the identity and the struggle for the permanence of the quilombola students in the Federal University of Pará (Ufpa) - Campus Guamá that entered this institution through affirmative actions with the reservation of vacancy for quilombolas in the period from the first semester 2013 to the first semester of 2018. And to achieve the main objective the purpose was defined as specific objectives: a) To make a brief survey on the affirmative action policy in Brazil and the implantation in the Ufpa; b) To discuss from the trajectory of the quilombola students of the Ufpa as it happens the recognition and the re / affirmation of the quilombola identity in the space of the University; c) To point out how the quilombola students organize themselves to guarantee the permanence in the Ufpa. It is a qualitative study whose data collection techniques include the documentary analysis and semi-structured interviews carried out with the universe of quilombola students enrolled and also of teachers who submitted the affirmative action proposal of UFPA and as methodology we have the ethnography focused on the participant observation and interviews that occurred during the field research in the period from October 2017 to June 2018 and from November and December 2018. Using the theoretical contributions of the main scholars that address the questions concerning the investigated object, being they: Geertz (2014), Cardoso de Oliveira (2000). In addition, to understand how the relations that involve the identity made use of the studies of Gomes (2005), Silva (2000), Hall (2000), Almeida (2002), and for understanding about affirmative actions and permanence we use Beltrão (2011 , 2013), Piovesan (2008), God (2008) and Santos (2009). However, the entrance, identity and permanence of the quilombola students in the university space become challenging for those subjects who begin to learn, to experience and to exchange different perspectives, conceptions and experiences. The current demands of the quilombola students who enter the Federal University of Pará through the reservation of places require a greater commitment of the institution with the institutional policies of permanence for these students. Thus, the university needs to be a space for the formation of these subjects so that they fight and make a confrontation against symbolic violence and invisibility through society, because it is not only a question of entering and completing the course, but through the process of formation of these social subjects and also that the university can provide other non-Quilombola students with antiracist actions and practices that allow an integration between these groups.

Keywords: Affirmative actions. Quilombola Students. Identity. Permanence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1. AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: DO PROCESSO DE POLÍTICAS DE COTAS NO BRASIL AO PROCESSO DE EFETIVAÇÃO DA RESERVA DE VAGAS PARA QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	28
1.1 A CRIAÇÃO DA POLÍTICA DE COTA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UM BREVE HISTÓRICO.....	28
1.2 COMO SE CONSTITUIU AS AÇÕES AFIRMATIVAS – COTAS – NA UFPA	30
1.3 RESOLUÇÃO Nº. 4309 DA UFPA, CRIAÇÃO DE RESERVA DE ATÉ DUAS VAGAS POR ACRÉSCIMO PARA QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: DA LUTA A CONQUISTA.	35
1.4 ALGUMAS MODIFICAÇÕES QUE OCORRERAM NOS EDITAIS DAS SELEÇÕES DIFERENCIADAS PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ PARA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO PERÍODO DE 2012 A 2017	42
2. A OPÇÃO METODOLÓGICA: UM ENSAIO ETNOGRÁFICO COM OS ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	50
2.1 CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSE DA SILVEIRA NETTO (CAMPUS GUAMÁ) COMO LÓCUS DA PESQUISA	50
2.2 SITUANDO OS ESTUDANTES QUILOMBOLAS, OS SUJEITOS DA PESQUISA: TERRITÓRIO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	56
2.2.1 Sujeitos da pesquisa: os estudantes quilombolas da UFPA	59
2.3 DA IDENTIDADE À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA UFPA: PERSPECTIVA DE UM ENSAIO ETNOGRÁFICO	68
3. BREVE ANÁLISE DOS DADOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS EM RELAÇÃO À SELEÇÃO DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA UFPA: EVOLUÇÃO, TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	77

3.1 DADOS DO CIAC DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ SOBRE O PROCESSO SELETIVO ESPECIAL PARA QUILOMBOLAS: INGRESSO, CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, TRANCAMENTO DE MATRÍCULA E CONCLUINTE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	77
3.2 PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL: ANÁLISE DOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ PARA ESTUDANTES QUILOMBOLAS	93
3.2.1 Assistência estudantil da UFPA	95
3.2.2 Integração estudantil da UFPA.....	97
4. “A GENTE COSTUMA MATAR UM LEÃO, TALVEZ UM CACHORRO, TALVEZ UM GATO QUE SEJA POR DIA AQUI DENTRO”: É PRECISO REFLETIR SOBRE A PERMANÊNCIA, A PARTIR DA VIVÊNCIA, DA LUTA E DA VOZ DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UFPA	106
4.1 A TRAJETÓRIA PESSOAL/ACADÊMICA DO ESTUDANTE QUILOMBOLA ZUMBI DOS PALMARES: GARANTIA DE DIREITOS E OPORTUNIDADES.....	106
4.2 O PROTAGONISMO DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E CONQUISTAS NA BUSCA PELA PERMANÊNCIA.....	112
4.2.1 As conquistas dos estudantes quilombolas na UFPA a partir da criação da Associação dos Discentes Quilombolas da Universidade Federal do Pará (ADQ-UFPA).....	114
4.2.2 A ADQ e suas múltiplas representações: do quilombo ao quilombinho, da identidade a permanência.....	117
4.3 A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: O QUE DIZEM OS PROTAGONISTAS	134
4.3.1 Deslocamento: saudade da família, adaptação, laços afetivos e permanência	136
4.3.2 A bolsa permanência: a primeira etapa do processo seletivo?.....	140
4.3.3 As dificuldades nos cursos: currículo e o ensino médio.....	151
4.3.4 A solidão e a exclusão em sala de aula: re/existir	158

4.4 DA IDENTIDADE QUILOMBOLA À IDENTIDADE COLETIVA: A COLETIVIDADE PARA A BUSCA DE PERMANÊNCIA.....	160
5. CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO	174
REFERÊNCIAS	183

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema: a política de ação afirmativa e como objeto de estudo a permanência e a identidade dos estudantes quilombolas que ingressaram pelo Processo Seletivo Especial – PSE através da implementação da Resolução nº 4.309 de 27 de agosto de 2012 da Universidade Federal do Pará (UFPA) que reserva até duas vagas por acréscimo a comunidades quilombolas. Vincula-se à Linha de Pesquisa Linguagem: Identidades, Práticas e Representações do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI) da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba, com área de concentração em Estudos Sociais e Suas Humanidades.

Inspira-se pela minha participação nos primeiros encontros de organização dos estudantes quilombolas em 2015 para a criação do que vem a ser hoje a Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA) que visava naquele momento o fortalecimento do grupo para a permanência na universidade, além de que, surgiu o interesse em analisar as vivências e experiências a partir da voz desses sujeitos, como protagonistas dessa política.

Mediante isso, buscou responder o principal objetivo desta pesquisa que foi: analisar como se estabelece a identidade e a luta pela permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Guamá, que ingressaram nesta instituição através da reserva de vaga para quilombolas no período do primeiro semestre 2013 ao primeiro semestre de 2018.

E para atingirmos o principal objetivo proposto, definimos como objetivos específicos: a) Fazer breve apanhado sobre a política de ação afirmativa no Brasil e a implantação na UFPA; b) Discutir a partir da trajetória dos estudantes quilombolas da UFPA como ocorre o reconhecimento e a re/afirmação da identidade quilombola no espaço da Universidade; c) Apontar como os estudantes quilombolas se organizam para garantir a permanência na UFPA.

Esse estudo instiga a reflexão sobre a permanência e identidade dos estudantes quilombolas na universidade, mediante o ingresso pelo PSE para comunidade quilombolas na UFPA. Assim, é preciso entender como esses estudantes se posicionam mediante o espaço da Universidade, pois a chegada ao ensino superior não tem sido uma tarefa fácil para os povos tradicionais, haja vista que, muitos enfrentaram no percurso de sua vida inúmeras dificuldades

que se iniciam muito cedo, como o acesso à escola, dificuldades financeira, de localização, a distância da escola, entre outras.

É preciso compreender o estudante quilombola em suas particularidades, bem como as transformações históricas, culturais, sociais, identitárias e territoriais para romper a visão etnocêntrica da sociedade capitalista em torno dessas diferenças, pois é imprescindível a compreensão da cultura e identidade desses sujeitos, não como representante de uma cultura que é refratária às históricas transformações sociais e culturais, mas, ao contrário, como sujeito pertencente a um grupo étnico que já sofreu modificações históricas atravessadas pelo preconceito e imposição da sociedade capitalista e que teve de se reinventar e se reafirmar. Siss (2008, p. 14) ratifica que “as desigualdades são compreendidas como produto de relações históricas, de cultura e de poder e a diversidade é afirmada na perspectiva da justiça social. Diferença não significa desigualdade”, nessa perspectiva, é necessário superar essas desigualdades impostas pelos grupos hegemônicos. Ainda para a autora (2008, p. 17):

As desigualdades social e étnico-racial operam como poderoso mecanismo de estratificação social em qualquer sociedade em que elas se manifestem. É certo, também, que a sociedade brasileira possui altos níveis de desigualdades, tanto sociais como étnico-raciais, de gênero e geracional.

Nesse ponto de vista, a autora reforça que a igualdade precisa ser efetivada sem restringir o direito a diferença para a criação de condições favoráveis o combate aos diversos preconceitos de gênero, identitários, étnicos, culturais, entre outros.

Posto que, o ingresso de quilombolas no ensino superior através das ações afirmativas na Universidade Federal do Pará pelo Processo Seletivo Especial – PSE perpassa pela luta e reivindicações de movimentos sociais, do movimento negro, de professores, de simpatizantes em defesa da escolarização e garantia de direitos para os quilombolas, assim, o acesso ao ensino superior em universidades públicas por grupos minoritários se torna uma realidade.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a ideia de ação afirmativa surge nos Estados Unidos com a luta dos negros contra o racismo historicamente presente entre a população norte-americana e perpassa por várias etapas até a sua concretização. Nesse período desenvolvia-se “[...] a ideia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis antissegregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa” (MOEHLECKE, 2002, p. 198).

Em 1941 nos Estados Unidos teve início os primeiros avanços com medidas de ação afirmativa pelo então presidente Franklin Roosevelt com a criação do primeiro decreto que proibia a discriminação racial contra negros na seleção e no recrutamento de pessoal para trabalhar no governo. E em 1964, com a promulgação da Lei de Direitos Civis o setor privado também passou a incluir esse decreto, nesse período o então presidente Lyndon Johnson fazia a seguinte análise: que numa mesma corrida de velocidade seria impossível uma corrida justa, com as mesmas chances de vencer se um dos competidores tivesse ficado durante anos acorrentado, nesse sentido, seria necessário que houvesse políticas diferenciadas para esse grupo.

No ano de 1995 o então presidente Bill Clinton ordenou a revisão de toda a legislação federal, pois considerava que havia um exagero das políticas de ação afirmativas, levando depois de dois meses a exclusão de programas do governo federal destinado às minorias raciais pela Suprema Corte Norte Americana. Já no ano de 1996, o projeto denominado de 209, proibia a discriminação ou tratamento preferencial baseados em raça, sexo, cor, etnia ou origem nacional no funcionalismo, educação e contratações públicas. Em consequência, houve o fim da política de ação afirmativa e como resultado sua aprovação em 1997 pela Suprema Corte Norte Americana (BRANDÃO, 2005).

Em 2003, a Suprema Corte Norte-Americana decidiu a constitucionalidade das políticas de ações afirmativas para as minorias raciais, com contribuição significativa para a diminuição da xenofobia e do preconceito racial nos Estados Unidos da América (EUA) (BRANDÃO, 2005). Assim, constatamos que as ações afirmativas nos Estados Unidos tiveram muitos contratempos por parte de conservadores para a sua efetiva consolidação. As ações afirmativas implantadas pelos norte-americanos se tornam modelo para muitos países, incluindo o Brasil.

Posto isso, é importante ressaltar que no Brasil no ano de 1943 ocorreu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a qual já dispunha de dois artigos que podem ser considerados medidas de ações afirmativas, sendo eles: o Art. 354, que determina cota de dois terços de brasileiros para empregados de empresas individuais ou coletivas, e o Art. 373 - que determina a adoção de políticas destinadas a corrigir as distorções responsáveis pela desigualdade de direitos entre homens e mulheres, surgindo as primeiras políticas de inclusão de grupos minoritários, por meio de leis. Em 1968 houve uma primeira proposta com caráter de ação afirmativa no Brasil, mas apenas para o mercado de trabalho. A qual foi criada para impedir a discriminação racial no mercado de trabalho, se buscava uma lei que obrigasse as

empresas privadas a manter uma percentagem mínima de empregados negros como analisa Brandão (2005).

O projeto de lei nº 1.332 de 1983 elaborado pelo então deputado federal e ativista negro Abdias do Nascimento foi uma das primeiras tentativas de colocar na lei federal iniciativas com caráter de ações afirmativas, porém não conseguindo sua aprovação, essa lei tinha como proposição ações compensatórias e destinada a população negra do país, para materializar o desejo e interesse por políticas compensatórias e para a incorporação de ações afirmativas em resposta a demandas sociais dos movimentos negros e ativistas para conter a invisibilidade histórica dos grupos socialmente excluídos. Assim, com a necessidade de políticas de ações afirmativas que colocassem esses sujeitos no mercado de trabalho, nas universidades e para minimizar a realidade vivenciada pela população negra e possibilitar a ascensão social desse grupo e que contemplem suas especificidades, pois

Nesse cenário, por exemplo, a população afrodescendente, as mulheres, as crianças e demais grupos devem ser vistos nas especificidades e peculiaridades de sua condição social. Ao lado do direito à igualdade, surge, também, como direito fundamental, o direito à diferença. Importa o respeito à diferença e à diversidade, o que lhes assegura um tratamento especial. (PIOVESAN, 2008, p. 888)

Portanto as ações afirmativas visam eliminar as desigualdades que foram acumuladas historicamente, que de acordo com Gomes (2001, p. 40), podem ser definidas como:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

Nesse sentido, a luta do movimento negro por direitos foi fundamental para a consolidação das ações afirmativas, principalmente em relação as cotas raciais nas universidades brasileiras. Paiva (2013, p. 45) salienta que “[...] na década de 1990, os movimentos negros chegaram a um consenso para se pautarem em cima de uma ação afirmativa no ensino superior”.

Dessa maneira as políticas de cotas têm sua gênese no final do século XIX, a partir da emersão da chamada questão social, espreado-se internacionalmente no século XX. Com o

Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) de 1996 que já sinalizava uma conversação inicial sobre políticas públicas afirmativas no âmbito da Educação. Em relação às políticas de ação afirmativa para a educação se propunha:

[...] desenvolver ações afirmativas para o acesso dos autodeclarados negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta [...] formular políticas compensatórias que possam promover social e economicamente a comunidade negra [...] e apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva (BRASIL, 1996, p 50).

Inicialmente as políticas de ação afirmativa tinham como enfoque principal a população negra, com a necessidade de políticas compensatórias para esses sujeitos devido a escravidão, o que ocasionou a exclusão social, econômica e cultural desses sujeitos.

Na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata que foi realizada em 2001, em Durban, África do Sul, as ações afirmativas destinadas à população negra ganham visibilidade na agenda pública nacional, pois na conferência o governo brasileiro se comprometeu em formular e implantar políticas públicas voltadas à população negra nos meios de comunicação de massa, bem como desenvolver ações contra a discriminação racial e de combate ao racismo. Assim, a conferência propiciou um importante passo para a efetivação de políticas públicas voltadas para a democratização do campo educacional brasileiro, principalmente ao acesso de negros e pobres ao ensino superior.

Outro fator importante para a criação de ações afirmativas no ensino superior brasileiro destinado a população negra foi à criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no ano de 2003 No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o enfoque às diretrizes governamentais de redução das desigualdades raciais, sendo instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e com a criação do Estatuto da Igualdade Racial com a Lei n. 12.288, 20 de julho de 2010, é importante destacar o artigo 1º a qual é “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. E em seu Artigo 4º, Parágrafo único prevê que, em relação às ações afirmativas estas se “constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas públicas e privadas, durante o processo de formação social do País”, com isso a adoção de políticas de ações afirmativas serão promovidas em caráter de políticas públicas.

Guimarães (1995) analisa que as ações afirmativas vêm inspiradas por padrões norte-americanos de reparação ao passado escravista e de segregação, entres outros fatores o que ocasionou em grandes e imensuráveis desigualdades sociais, tendo como uma noção moderna do uso das ações afirmativas por programas de políticas públicas ordenadas pelo executivo, legislativo, empresas privadas para corrigir desigualdades e para a ascensão social de minorias étnicas, raciais e de gênero. Gomes (2001) corrobora que as ações afirmativas consistem em políticas públicas e privadas com princípios constitucionais baseados na igualdade material para a diminuição de desigualdades e discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e compleição física.

As políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização da história, cultura, identidade, do lugar, do reconhecimento da alteridade do outro para que todos tenham seus direitos igualmente garantidos para a correção de desigualdades raciais e sociais, e corrigir estereótipos e tratamentos diferenciados e marginalizados perante a sociedade excludente, segregacionista e discriminatória, Picanço (2015, p. 146) enfatiza que “[...] o sistema educacional não é produtor de igualdade de oportunidades, mas reprodutor e produtor de desigualdades”. Assim, as políticas de ações afirmativas devido à forte atuação do movimento negro ganham força e suas demandas começam a ser atendidas. No Estatuto da Igualdade Racial no seu Art. 15 “o poder público adotará programas de ação afirmativa”, para a igualdade de oportunidades e de direitos.

No entanto estas ações também visam combater, as desigualdades estruturais, a discriminação que vem de maneira enraizada na sociedade brasileira a uma condição de igualdade material e de direitos necessários que só é possível através de políticas públicas de Estado, que afirmem e garantam condições melhores para sua existência no meio social. Nessa medida cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre o disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos, enquanto pessoa, cidadão ou profissional.

É importante destacar que o sistema de cotas adotado por universidades públicas, foi julgada pela mais alta instância do poder judiciário brasileiro, o Supremo Tribunal Federal (STF), sobre objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186 ajuizada, com pedido de suspensão liminar pelo Partido Democrata (DEM), cuja finalidade de declara a inconstitucionalidade de atos do poder público que resultaram na instituição de cotas raciais na universidade, supostamente praticada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e

Extensão (CEPE) da Universidade de Brasília (UnB) por ter aprovado um sistema de acesso por meio de cotas raciais. Na mesma oportunidade, foi julgado pelo STF o recurso extraordinário 597.285 contra a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O STF deu julgamento favorável por unanimidade em 2012 para as duas universidades UnB e UFRGS. Essa decisão teve efeitos vinculantes a favor da constitucionalidade da política de cotas adotada no âmbito da administração direta e indireta, em todas as esferas federativas (PIRES, 2013).

A polêmica construída em torno da adoção de medidas afirmativas, marcada pela manipulação da mídia, aponta para a permanência de uma visão aristocrática do saber como privilégio, restrito a poucos, apenas àqueles selecionados nas disputadas vagas dos cursos e instituições de prestígio, segundo questionáveis critérios meritocráticos, que mantêm inalterado o status quo, não contribuindo para uma real transformação social a par da superação das desigualdades. (PAULA, 2008, p. 231).

Atualmente a questão das cotas está contemplada em diversos documentos da educação brasileira, como no Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024) que, na sua meta 12, estipula: “ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil; ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, especialmente na forma da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012” (BRASIL, 2014).

Além disso, no Brasil, o esboço inicial da formulação da agenda sobre o que hoje se denomina reserva de vagas para o ensino superior, partiu dos movimentos sociais, militantes e simpatizantes do movimento negro. A agenda governamental valeu-se dos estudos estatísticos que foram efetuados no Brasil ao longo da década de 1990, assim como aqueles produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Censo de 2000, mostrando que os estudos confirmaram que a desigualdade social brasileira tinha cor, reafirmando a necessidade dessas medidas (PAIVA, 2013).

Dessa forma, a dissertação se apresentará em quatro seções os quais procuram demonstrar, em sua constituição e leitura, os nexos possíveis de serem identificados para se compreender esse sujeito, suas perspectivas e desafios em relação à identidade e permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará.

Na seção I – **Ações Afirmativas no Ensino Superior: O Processo de Efetivação da Reserva de Vagas para Quilombolas na Universidade Federal do Pará** – Esta seção fará

um breve histórico sobre as políticas de ações afirmativas, seus conceitos e elucidar a partir deles a efetivação da reserva de vagas para quilombolas na Universidade Federal do Pará, através da Resolução N. 4.309, de 27 de agosto de 2012.

Na seção II – **A opção metodológica: um ensaio etnográfico com os estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará** – Nesta seção é especificado o campo conceitual da análise empreendida sobre a construção da opção metodologia, no qual serão apresentados os caminhos da pesquisa sobre a identidade e permanência dos estudantes quilombolas que ingressaram pelas ações afirmativas, reserva de vagas para quilombolas na Universidade Federal do Pará (UFPA). Assim, daremos ênfase para os caminhos trilhados pela pesquisa, que partiram de uma abordagem qualitativa, de viés interdisciplinar com enfoque para um ensaio etnográfico. Também conheceremos o lócus e os sujeitos da pesquisa.

Na seção III – **Breve análise dos dados, programas e políticas em relação à seleção de estudantes quilombolas na UFPA: evolução, trajetória, desafios e perspectivas** – Buscar-se-á fazer uma breve análise dos dados disponibilizados pelo Centro de Indicadores Acadêmicos da UFPA (CIAC) sobre o Processo Seletivo Especial (PSE) cujo período analisado é referente aos seis primeiros processos seletivos, equivalentes ao primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2018. Também será analisado nesta seção as políticas e programas institucionais da UFPA para os estudantes, com ênfase para os programas e políticas institucionais destinadas especificamente aos estudantes quilombolas que ingressam pela política de ações afirmativas da UFPA, através da reserva de até duas vagas por acréscimo com a efetivação da Resolução N°. 4.309, da Universidade Federal do Pará.

Na seção IV – **A gente costuma matar um leão, talvez um cachorro, talvez um gato que seja por dia aqui dentro:** é preciso refletir sobre a permanência, a partir da vivência, da luta e da voz dos estudantes quilombolas da UFPA – Nesta seção, buscar-se-á, analisar o que dizem os protagonistas da pesquisa (os estudantes quilombolas da UFPA), assim, analisar o que dizem os estudantes quilombolas em relação aos desafios e avanços e os mecanismos para a re/afirmação da identidade e permanência na UFPA.

1. AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: DO PROCESSO DE POLÍTICAS DE COTAS NO BRASIL AO PROCESSO DE EFETIVAÇÃO DA RESERVA DE VAGAS PARA QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Esta seção fará um breve histórico sobre as políticas de ações afirmativas, seus conceitos e elucidar como se constituiu a reserva de vagas para comunidades quilombolas para ingresso no ensino superior na Universidade Federal do Pará, através da Resolução N. 4.309, de 27 de agosto de 2012.

1.1 A CRIAÇÃO DA POLÍTICA DE COTA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UM BREVE HISTÓRICO

Historicamente o ensino superior atendia somente a uma parcela da população economicamente ativa, pois este grupo tinha acesso a uma educação de qualidade. E a população pobre, dificilmente conseguia ingressar no ensino superior, pois enfrentavam diversas dificuldades, desde a uma educação básica com pouca ou quase nenhuma qualidade, além da falta de recursos financeiros desses sujeitos para pagarem cursinho pré-vestibular, o que ocasionava à restrição do ingresso de grupos minoritários a universidade pública. Segundo Cazella (2012, p. 380):

É sabido que a universidade pública brasileira, historicamente, foi construída sob o modelo napoleônico. Como tal, seu objetivo, que até hoje persiste, é de atender à elite econômica brasileira. A famosa nota de corte elimina grande parte dos estudantes que estudam em escolas públicas de ensino básico e que, em geral, são de má qualidade. Esse fator faz com que haja formação de qualidade duvidosa, não permitindo que os pobres e negros obtenham pontuação para ingressar na universidade pública e gratuita.

Dessa maneira o ensino superior brasileiro reflete as mazelas da sociedade brasileira que é elitista e capitalista a qual é marcada por grandes desigualdades sociais, pelo fator econômico, educacional e profissional, marcando o ingresso no ensino superior pela desigualdade e exclusão. Assim, as políticas de ação afirmativas no ensino superior objetivam “acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos

socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, entre outros grupos” (PIOVISAN 2008, p.890).

No contexto das ações afirmativas é importante ressaltar que uma das primeiras universidades a implantar políticas institucionais de caráter de ações afirmativas no ensino superior brasileiro para grupos minoritários aprovada em 2003 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a qual aprovou a Lei Estadual nº. 4.151 de 04 de setembro de 2003, que instituiu a reserva de vagas para o ingresso de alunos pretos e pardos nas universidades estaduais do estado, com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Em seguida, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através da Resolução N.º 196/2002 a qual estabelece e aprova o sistema de quotas para população afrodescendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação e pós-graduação e dá outras providências, deliberada por meio de decisão do seu Conselho Universitário (CONSU).

Posteriormente com a consolidação da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), foi aprovada no Senado a Lei nº. 12.711, promulgada em agosto de 2012, também conhecida como a “Lei das Cotas” a qual dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. No seu Art. 1º ficou estabelecido que “as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas” e Parágrafo Único que estabelece que critérios para o preenchimento das vagas o qual estabelece que “no preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita”. E, tanto no grupo daqueles que as famílias possuam baixa renda, quando no grupo daquelas cujas famílias possuam renda superior ao valor fixado, há reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual a esses grupos na população da unidade da Federação onde se localiza a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Lei nº. 12.711, tem sua importância para os grupos minoritários que ficavam de fora do ingresso ao ensino superior principalmente os cidadãos afro-brasileiros, vencendo uma resistência histórica de várias universidades que eram contra cotas específicas para esse grupo. Para Guimarães (1997, p. 233) “promover privilégios de acesso a meios fundamentais

– educação e emprego, principalmente – a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente”, nesse sentido as ações afirmativas adotadas pelas universidades públicas têm como uma de suas justificativas a necessidade de inclusão desses sujeitos na universidade para a superação da exclusão sofrida por esses grupos no decorrer dos séculos.

É importante ressaltar que as políticas de cotas causaram grande impacto na sociedade civil brasileira, principalmente no que concerne o ingresso de negras e negros no ensino superior público brasileiro. Apesar de toda a repercussão que se gerou a época em relação a adoção das políticas de ações afirmativas no ensino superior o que fez com que ocorresse diversas manifestações de quem era a favor e contra e que ainda atualmente são produzidos artigos jornalísticos, programas de televisão e de rádio, monografias, dissertações e teses, cartas, manifestações de apoio e protesto em relação à adoção das políticas de cota no ensino superior brasileiro.

No Brasil, as políticas de ações afirmativas surgem na busca da redução de desigualdades sociais, a qual possibilite a igualdade de oportunidades, perpassando pela garantia do acesso à educação, com maior ênfase para a garantia do acesso ao ensino superior para os grupos excluídos e para a diminuição das desigualdades e discriminação racial.

1.2 COMO SE CONSTITUIU AS AÇÕES AFIRMATIVAS – COTAS – NA UFPA

As discussões para a concretização das cotas na Universidade Federal do Pará iniciaram em 2002 com um grupo de professores e outros servidores da UFPA, como o professor Raimundo Jorge Nascimento de Jesus, o técnico administrativo Apolinário Alves Filho, as professoras Zélia Amador de Deus, Eleonor e Marilu Marcia Campelo, entre outros, assim, formando um comitê para a discussão da implantação das cotas na universidade (Entrevista Marilu Campelo, 2017).

Mediante isso, o primeiro passo foi à observação das universidades estaduais e federais que já tinham implantado ações afirmativas com ênfase as cotas. Posteriormente o grupo trouxe algumas pessoas dessas instituições que já tinha o sistema de cotas para a discussão na UFPA que foi realizado por meio de seminários abertos para toda a comunidade acadêmica e demais interessados, porém com pouca participação. O primeiro convidado foi o professor José Jorge de Carvalho que estava discutindo na UnB, sendo ele o autor da proposta

de ação afirmativa na UnB, com a diferenciação que na UnB a questão da discussão de cotas começou por um caso de racismo na pós-graduação, entre outros.

E a partir das discussões feitas nesses seminários abertos a comunidade, começou a elaboração do documento base que serviu para protocolar a solicitação da política de cotas na UFPA. Esse documento foi feito pelo Grupo de Estudos Afro-Amazônico (GEAM), principal proponente dentro da universidade e com parceira da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG). Era formado por todo um coletivo e com apoio dos movimentos sociais, a época o Centro de Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), a União de Negras e Negros Pela Igualdade (UNEGRO) e algumas lideranças afro-religiosas. Então esse documento propunha uma política de cota total, para acesso de negros e pardos, ou seja, a ideia era 20% das vagas para negros e pardos em todos os cursos de graduação da UFPA, não tinha nessa proposta cota para a escola pública, pois para o grupo a reserva de vagas deveria garantir a inclusão da população negra e que as cotas raciais deveriam funcionar primordialmente como uma estratégia de combate ao racismo e à discriminação racial.

Ainda segundo a professora Marilu Marcia Campelo (Entrevista, 2017) relatou que esse processo foi discutido por quase dois anos e foi colocado na página na internet da UFPA para consulta pública, até que o projeto fosse encaminhado para o Conselho Superior de Pesquisa da Universidade Federal do Pará (CONSEP) em dezembro de 2004.

A relatora do processo 023506/2004 foi a professora Josenilda Maria Maués da Silva, a qual ressaltou em seu parecer que:

A implantação de estratégias dessa natureza, sobretudo no que diz respeito àquelas que tratam do acesso ao Ensino Superior já implantadas em Universidades Brasileiras não tem sido levadas a efeito sem polemizações.

Ainda em relação a adoção das ações afirmativas na UFPA, o parecer e voto da relatora professora Josenilda Maria Maués da Silva que é acompanhado pela decisão da Câmara de Ensino e Graduação, explica:

Este parecer se mostra favorável a políticas que enfatizem discriminações positivas, de políticas afirmativas como a de cotas por entender que podem contribuir para alterações mais velozes no campo da mobilidade socioeconômica, reconhecido como um dos aspectos mais agravadores das desigualdades raciais. A posição favorável à definição de cotas, para além da defesa da dimensão compensatória dessa medida no plano material, vinculasse ao potencial transformador da medida no plano simbólico, como

instrumento de combate ao racismo, estimulando maior preocupação com o respeito aos direitos de cidadania dos negros.

A professora Zélia Amador de Deus umas das proponentes das ações afirmativas na UFPA se pronunciou na Terceira Sessão Extraordinária do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP) dizendo que:

Com base em dados estatísticos sociais do IBGE – sobre intensa desigualdade racial existente em todo o setor da sociedade brasileira, fosse na questão da moradia, da educação etc. –, foram tomadas decisões para que essas desigualdades fossem diminuídas na área da educação e que, em função disso, trouxeram a proposta das ações afirmativas para grupos étnicos e não sociais. “Essa proposta não é definitiva e está sujeita a ajustes, caso contrário, perde sua razão de ser”.

De acordo com a Ata da Terceira Sessão Extraordinária do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP) o Professor da UFPA Raimundo Jorge de Jesus que também foi um dos proponentes das ações afirmativas na universidade também se pronunciou enfatizando a importância das ações afirmativas dizendo que:

Vestibular não era parte integrante da sociedade brasileira, ele era a excrescência, o carimbo da ineficácia da sociedade que providenciava o ensino público para todos. As cotas para as universidades significavam um patamar porque não garantiriam o fim do racismo brasileiro, nem era esse o seu objetivo total, mas era o seu objetivo final porque elas iriam mexer com a distribuição do poder nessa sociedade.

Também na Ata da Terceira Sessão Extraordinária do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP) consta a fala do técnico-administrativo da UFPA o senhor Apolinário Alves Filho que também foi um dos proponentes da política de ação afirmativa na universidade colocou em questão que as especificidades dos negros precisariam ser levadas em consideração ao alegar que:

O critério universal não resolveria a questão da distribuição da renda no País porque “quem ganhava cem reais tinha dez por cento de reajuste linear e aquele que ganhava dez mil reais tinha o mesmo percentual de reajuste linear, e a diferença era maior ainda. Então, era o mesmo critério que estavam querendo aplicar, a oportunidade estava aí, para todas aquelas pessoas que eram colocadas sempre à margem da sociedade no século XXI. Elas teriam a mesma oportunidade que aqueles que sempre tiveram todas as condições objetivamente”. Concluiu dizendo que o GEAAM queria que

fosse observado o Parecer e aprovado para que possam experimentar a proposta.

Ainda na Ata da Terceira Sessão Extraordinária do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP) consta a fala do Magnífico Reitor Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello que se mostrava contra as políticas de ações afirmativas na UFPA argumentou em relação às ações afirmativas para grupos étnicos dizendo que:

[...] uma vez perguntaram a este último por que, quando ele assumiu o poder na África do Sul, não fez a reversão e nem proteção aos negros. Ele respondeu que os enfraqueceria porque usaria os mesmos critérios de discriminação que sofreram ao longo dos séculos. Perguntou se queriam dar oportunidade aos compatriotas negros de entrada na educação superior por serem eles negros, por estarem excluídos socialmente ou por não terem chance em função da renda que tinham? Disse ainda que a pergunta era decisiva para os critérios que iriam adotar.

Ainda na fala do Magnífico Reitor Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello que presidia a reunião reitera dizendo que:

O sistema de cotas não seria a solução do problema do negro e, na questão da autodeclaração, poderia haver muito mais afrodescendente de cor branca do que de cor negra, se a porcentagem de vagas disponível fosse de vinte por cento.

De acordo com a Ata da Terceira Sessão Extraordinária do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP) O Parecer elaborado e aprovado pela Câmara de Ensino e Graduação, dizia que:

A posição favorável à definição de cotas, para além da defesa da dimensão compensatória dessa medida no campo material, vincula-se ao potencial transformador da medida no plano simbólico, como instrumento de combate ao racismo, estimulando maior preocupação com o respeito aos direitos de cidadania dos negros.

O Reitor Dr. Alex Bolonha Fiúza de Mello na época fez uma contra proposta na oralidade, que se encontra registrada na Ata da Terceira Sessão Extraordinária do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP) em relação a implementação da política de cota para negros na universidade, e que esta deveria ser vinculado à escola pública, sendo essa proposta aceita por unanimidade. Desse modo a resolução nº 3361 versa sobre a implantação da

política de cotas na UFPA, aprovada e publicada em 05 de agosto de 2005, traz em seu artigo 1º que:

Fica aprovada a reserva de 50% (Cinquenta por cento) das vagas dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), oferecidas no processo seletivo seriado (PSS) a estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública (RESOLUÇÃO Nº 3.361/2005).

A resolução também determina que:

Do percentual de vagas a que se refere o caput deste artigo, no mínimo, 40% (quarenta por cento) serão destinados aos candidatos que se declararem pretos ou pardos e optarem por concorrer ao sistema de cotas referente a candidatos negros (RESOLUÇÃO Nº 3.361/2005).

Além de que, o artigo 2º da resolução determina que, a Universidade Federal do Pará assume o compromisso de estabelecer uma política de permanência aos candidatos que nela ingressarem conforme essa resolução. Além de que a Universidade Federal do Pará foi pioneira em instituir um sistema de cotas raciais em 2005 na Região Norte e Nordeste do país e posteriormente para indígenas e quilombolas com a reserva de vagas. E atualmente as universidades a lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o sistema de reserva de vagas em universidades públicas.

Atualmente o sistema de cota da Universidade Federal do Pará se encontra dividido em 10 grupos. Com reserva de vagas para candidatos que cursaram todo o ensino médio na rede pública de ensino, a qual funciona da seguinte maneira: 50% das vagas são destinadas a cota escola pública, desse total da cota escola pública há subdivisão dessas vagas a outros grupos como: cota para Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), cota para Pessoas com Deficiência (PCD) e Cota Renda, somando 50% do total das vagas, os outros 50% são destinados estudantes que optam a concorrer às vagas destinadas a ampla concorrência, ou seja, não cotistas.

Além de que ainda há, pelo Sistema de Cotas da UFPA, a criação de outras quatro vagas extras, duas vagas extras destinadas a estudantes indígenas e duas vagas extras destinadas a estudantes quilombolas.

Para o vestibular 2019 da Universidade Federal do Pará foi criada a reserva de uma vaga adicional, em cada curso, destinada a pessoas com deficiências (PCDs), essas com o diferencial, pois podem se candidatar às vagas extras criadas pela Universidade Federal do Pará estudantes PCDs que cursaram o ensino médio em escolas da rede pública ou particular

de ensino, o que se difere da reserva de vaga para indígenas e quilombolas no qual alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas particulares sem bolsa ficam impedidos de se inscreverem no processo.

1.3 RESOLUÇÃO Nº. 4309 DA UFPA, CRIAÇÃO DE RESERVA DE ATÉ DUAS VAGAS POR ACRÉSCIMO PARA QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: DA LUTA A CONQUISTA.

Era algo muito distante da nossa realidade, entrar na UFPA, todo mundo queria estudar na UFPA. Mas como estudar na UPA? Porque os próprios professores diziam que entrar pra UFPA era uma realização de sonho de poucos. Do jeito que os professores falavam parecia um negócio muito distante da nossa realidade, como se a gente nunca fosse alcançar aquilo ali, entrar numa UFPA. A gente ficava imaginando, como é que a gente estuda numa universidade. Mas, aí ao mesmo tempo a gente desanimava, parecia que era algo que não tinha como a gente alcançar.

A fala acima do estudante Zumbi dos Palmares (Entrevista, 2018)¹ reforça a reflexão sobre a importância do Processo Seletivo Especial (PSE) para as comunidades quilombolas, pois representa para muitos a única oportunidade de ingressar no ensino superior público, assim, é possível refletir sobre as mazelas educacionais impostas a essa e a outras minorias sociais, mostrando que nem todos têm as mesmas oportunidades de ingressar numa universidade pública. O que também pode ser causado de certo modo, pela maneira como é constituído o processo de ingresso no ensino superior público, que se apresenta de forma feroz e desigual, pois o acesso a uma educação básica de qualidade não é uma realidade para esses sujeitos, portanto é imprescindível que se criem estratégias para que estes adentrem a universidade. Pois, tem-se que:

Historicamente, o acesso ao ensino superior esteve limitado pela enorme seletividade de seus estudantes, fruto, entre outros motivos, tanto dos custos financeiros demandados pela rede privada quanto da elevada concorrência dos exames de ingresso à rede pública. Apesar do avanço observado no aumento da população com ensino superior completo, esse nível permanece restrito a 15,3% da população brasileira de 25 anos de idade ou mais (IBGE, 2018, p. 93).

¹ Os Estudantes Zumbi dos Palmares e Martin Luther King foram dois dos entrevistados para a pesquisa, e na segunda sessão faço a apresentação desses estudantes, o adiantamento das falas é de maneira proposital de maneira que não interferem no entendimento do texto. Nome fictício atribuído a estudante quilombola para essa pesquisa. Como veremos descrito adiante (Ver Quadro 4).

Ainda segundo dados do IBGE (2018) ainda há uma pequena parcela da população brasileira cursando nível superior, principalmente no que tange a juventude brasileira. Nesse sentido, o estudante quilombola Martin Luther King (Entrevista 2017) corrobora que:

Para minha comunidade é uma conquista, porque antes era muito difícil ver um jovem da comunidade dentro universidade, então as pessoas, as famílias veem com bons olhos, a gente levar os conhecimentos adquiridos aqui para a comunidade.

Nesse sentido, foram criadas estratégias para a expansão do ensino superior principalmente a partir de 2000, com várias medidas para o ingresso dos grupos minoritários na universidade, surgindo assim, como estratégias a reserva de vagas em instituições públicas destinadas a estudantes egressos da escola pública (pessoa com deficiência, baixa renda familiar, cor ou raça) e posteriormente foi sancionada a Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, também se tem o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) efetivado pela Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 que dá acesso a estudantes de baixa renda que curaram o ensino médio na rede pública a cursarem o ensino superior com bolsa integral e parcial em instituições privadas e o financiamento estudantil como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) efetivado pela Lei nº. 10.260, de 12 de julho de 2001 e com objetivo de conceder financiamento a estudantes em instituições de ensino superior da rede privada que só é paga pelos estudantes após a conclusão do curso superior. Além dessas medidas que foram adotadas para a democratização do ensino superior na rede pública é importante salientar que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) instituído pela Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012 que ocorreram respectivamente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff que contribuíram significativamente para a expansão da rede pública de ensino superior brasileiro.

Assim, as ações afirmativas para quilombola na Universidade Federal do Pará foram efetivadas através da luta do movimento negro, dos movimentos sociais e quilombola, assim essa conquista possibilita o acesso ao ensino superior dessa população que pouco adentrava a universidade pública. Nesse sentido fazendo com que o espaço da universidade seja mais democrático, com maior diversidade de grupos étnicos e com maior pluralidade de sujeitos, de culturas e identidades.

O processo para a efetivação da reserva de vagas por acréscimo para quilombolas inicia seu debate em 2002 juntamente com a discussão inicial da proposta de ações afirmativas para negros na UFPA, a cota para quilombola ficou excluída no primeiro momento, a qual foi inserida cota para estudantes egressos da escola pública e contemplando cota para negros aos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará em 2005 através da Resolução N.º 3.361, de 5 de agosto de 2005 do seu Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEP).

Posteriormente foi criada a reserva de vagas para indígenas, através da Resolução N.º 3.689, de 22 de junho de 2009 a qual fica reservada duas vagas por acréscimo a indígena nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará, via seleção diferenciada. Através da luta de diversos movimentos sociais, movimento indígena, como da Associação dos Povos Indígenas do Tocantins (APITO) e por meio de estudos junto ao Ministério Público do Pará (MP-PA) para a viabilização das vagas destinadas a esse grupo.

Nesse sentido após três anos da resolução para indígenas em 2009, foi criada a reserva de vagas para quilombolas na Universidade Federal do Pará através da Resolução N.º 4.309, de 27 de agosto de 2012, direcionada aos quilombolas, a qual aprova a reserva de duas vagas por acréscimo para ingresso nos cursos de graduação da UFPA aos quilombolas, através de seleção diferenciada.

A luta para a efetivação de ações afirmativas para quilombolas surge através de reivindicações de professores da UFPA, do movimento negro, de movimentos sociais e movimento quilombola do Estado do Pará. De tal modo que, institucionalmente as discussões em torno da reserva de vaga para quilombolas foram submetidas na Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa (CONSEP) da Universidade Federal do Pará.

As falas a seguir foram retiradas da Ata da Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Pará a qual nos dará subsídios para fazer a análise do percurso da criação da reserva de vaga por acréscimo a comunidades quilombolas, realizada no dia 27 de agosto de 2012. Nessa perspectiva, começo evocando a fala do membro do CONSEPE o professor Leônidas Olegário de Carvalho o qual após a leitura do parecer sobre a Proposta de Resolução que Unifica as Diretrizes para a Continuidade da Política de Ações Afirmativas na UFPA, opinou nos seguintes termos:

“Com base no exposto, verifica-se que a Comissão Permanente de Processos Seletivos (COPERPS) avança numa proposta de modernizar as políticas afirmativas, ao que a UFPA possibilitou Audiência Pública para tratar sobre o tema, cujo mote foram os documentos encaminhados ao Magnífico Reitor pelas seguintes entidades: Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA); Sindicato dos Pedagogos do Estado do Pará (SINPEP); Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (GEAM) e; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção Pará, a partir do que foram absorvidas as contribuições escritas e propositivas para análise. Apesar disso, diante das finalizações do Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional, que trata das cotas sociais e raciais em âmbito nacional, o qual é ainda dependente de sancionamento, por isso recomendo que se mantenham as Resoluções n. 3.361, de 5 de agosto de 2005; n. 3.869, de 22 de junho de 2009; e n. 3.883, de 21 de julho de 2009 que tratam das ações afirmativas na UFPA, e proponho que o tema seja trazido para análise e deliberação a este Egrégio Conselho, quando a referida Lei for sancionada, evitando-se desta forma que as discussões em Plenário possam se tornar infrutíferas, caso tenha que ceder ao que venha a indicar a futura legislação sobre o tema”.

Também se manifestou nessa sessão na ocasião a professora Marilu Márcia Campelo professora da Universidade Federal do Pará, esta foi umas das proponentes da política de ações afirmativas e da reserva de vaga para quilombolas na Universidade federal do Pará. Destacando em sua fala como ocorre à discriminação racial no Brasil e como ela está presente no cotidiano dos brasileiros e que para a superação do racismo é preciso de mecanismos eficazes. Nesse sentido a professora, disse que:

A discriminação ultrapassa os limites da escola, consolidando-se como uma questão ideológica que exige a utilização de mecanismos eficazes de superação do racismo no Brasil. Ainda com a palavra, disse que o sistema de cotas da UFPA necessita ser aperfeiçoado.

Parafrazeando as colocações professora Marilu Campelo proferida na Primeira Sessão Extraordinária do CONSEPE, a política de ação afirmativa é um dos mecanismos para superar o racismo no Brasil, o que se dará por meio da educação, de tal modo que, através das ações afirmativas no ensino superior é possível que jovens e adultos que antes não conseguiram adentrar em universidades públicas através da política de ação afirmativa, criando assim, novas possibilidades de superar as condições de vida que foram impostas a jovens e adultos, principalmente a juventude negra, o que também possibilitará a diminuição das desigualdades, discriminação e do racismo sofrido principalmente por esse grupo social.

Também se pronunciou a respeito das ações afirmativas o professor da Universidade Federal do Pará, Raimundo Jorge Nascimento de Jesus, assim, ressaltando sobre a importância das políticas de ações afirmativas para o ingresso de quilombolas na universidade, o qual se pronunciou também a respeito da reserva de vagas destinadas a comunidades quilombolas ressaltando que “[...] também, a importância das políticas de ações afirmativas na UFPA e ratificou a necessidade da aprovação, no Processo Seletivo 2013, das vagas destinadas às comunidades quilombolas”.

Decorrendo que, o professor Raimundo Jorge que foi um dos incansáveis para a efetivação das ações afirmativas na UFPA ressaltou a necessidade de já haver processo seletivo em 2013 para quilombolas através da reserva de vagas. Ainda em relação à reserva de vaga para os quilombolas na Primeira Reunião Extraordinária do CONSEPE, a professora Zélia Amador de Deus, ponderou sobre importância da reserva de vaga no Processo Seletivo da UFPA, discursou dizendo que:

Atualmente, a UFPA destina 50% das vagas de cada Curso para estudantes oriundos de escolas públicas e, dentro dessa quantidade, 40% para os autodeclarados negros, além do que a cota cor representa apenas 20% do total de vagas ofertadas, por estar vinculada à escola pública. Continuando, disse ser necessário discutir a questão de uma maneira distinta, visto que um de seus aspectos se refere à questão de classe social e o outro, à questão racial. Disse, ainda, que a decisão do Supremo Tribunal de Justiça Federal (STJF), que votou pela constitucionalidade do sistema de reserva de vagas raciais nas universidades federais brasileiras e no PROUNI, torna imprescindível que se discuta a desvinculação entre cota cor e cota escola. Ao final da sua fala, manifestou-se favorável à proposta constante no Parecer da Câmara de Ensino de Graduação, porém ressaltou a importância da imediata aprovação, pelo Egrégio Conselho, da inclusão da reserva de vagas para as comunidades quilombolas no Processo Seletivo 2013 – UFPA.

Desse modo, a professora e ativista negra Zélia Amador em sua fala, fez uma breve análise sobre a política de ação afirmativa da UFPA e ressaltou a importância de se ter cotas específicas para negros, desvinculada da cota cor e da cota escola pública, pois considera que deva existir reserva de vagas raciais, assim, seriam incluídas vagas para as comunidades quilombolas.

Logo após as ponderações, o parecer em relação à reserva de vagas para quilombolas foi aprovado. Assim ficando aprovado o acréscimo de duas vagas para cada curso de graduação da UFPA, com a Resolução N.º 4.309, de 27 de agosto de 2012, e, ainda, ficando inalteradas as resoluções vigentes da UFPA referente às cotas já existentes até a sanção

presidencial do Projeto de Lei Federal, que regulamenta o sistema de cotas sociais e raciais para as universidades públicas.

Por conseguinte, o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará Carlos Edílson de Almeida Maneschy na época, no uso das atribuições que lhe conferiam o Estatuto e o Regimento Geral, em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada em 27 de agosto de 2012, e em conformidade com os autos do Processo n. 011968/2012 – UFPA promulgou a Resolução 4.309 de 27 de agosto de 2012 a seguinte resolução dispôs no:

Art. 1º Fica aprovada a reserva de 2 (duas) vagas, por acréscimo, em favor dos quilombolas, no Processo Seletivo (PS) para ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Parágrafo único. Caso não ocorra o preenchimento destas vagas, as mesmas serão extintas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Federal do Pará, em 27 de agosto de 2012.

Em vista disso, é garantida a seleção diferenciada a candidatos quilombolas, que não possuam curso superior concluído ou em andamento, para o provimento de vagas reservadas nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). assim, o candidato deverá comprovar ainda seu vínculo social, cultural, político e/ou familiar com alguma comunidade quilombola, conforme previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificado pelo Estado Brasileiro, mediante apresentação de Declaração de Pertencimento Étnico e regido também pelo edital do processo.

Com isso, o processo diferenciado foi instituído como forma de propiciar uma seleção mais igualitária, em função da desigualdade de oportunidade durante a trajetória escolar, tendo em vista que as instituições escolares não preparam esses sujeitos sociais para ingressar via processos seletivos tradicionais existentes nas universidades, os quais são baseados em avaliação de méritos de forma generalizada. Assim, Jane Felipe Beltrão (2013, p. 3) ressalta que:

[...] o desempenho do estudante é influenciado pelas oportunidades oferecidas durante a trajetória escolar (diretamente relacionada às condições socioeconômicas da família, as políticas públicas promovidas pelo Estado, entre outros fatores), portanto, a oportunidade é construída socialmente. O

mérito, desta feita, tornar-se-ia padrão de comparação problemático, caso visto como critério isolado, pois, os privilégios estão distribuídos desigualmente entre as classes sociais e independem do potencial e do conhecimento dos estudantes.

Não podemos desconsiderar que ainda nos dias atuais o mérito é tido como a forma de avaliação mais bem aceita por muitos em nossa sociedade, porém, ele leva em consideração apenas o valor individual, e não o contexto a qual esses sujeitos estão inseridos como um todo, ficando este inviável, devidos as grandes disparidades no ensino básico público e as múltiplas realidades, como a realidade da educação básica no campo, nas periferias e até de escolas públicas em grandes cidades do país, que ficam numa disputa desigual e feroz para o ingresso no ensino superior público.

Considera-se que, o diploma universitário é um meio de ascender socialmente e sair da condição que foi imposta pela sociedade elitista e excludente. Dessa maneira é preciso garantir o acesso ao ensino superior aos grupos minoritários, que foram historicamente excluídos do processo de escolarização. Assim, a democratização do ensino superior se faz necessário para uma sociedade mais igualitária e plural, possibilitando a garantia da igualdade de oportunidades para todos, assegurando-lhes o direito a diferença, este necessário para que se possa ser viabilizado o direito a igualdade a esses sujeitos. Utilizamos Silva (2001, p. 297) para ressaltar que a “Democratização significa, neste contexto, que o acesso à universidade não dependa de condições socioeconômicas e que os critérios de ingresso não favoreçam as pessoas que detêm situação socioeconômica privilegiada”. Assim, é preciso que se tenha cada vez mais medidas que possibilitem a inclusão de novos atores sociais. Paula (2008, p. 220-221) ressalta que:

O aumento da oferta da educação básica pela rede pública foi marcado por uma crescente deterioração da qualidade do ensino oferecido, reduzindo as chances de seus egressos disputarem em igualdade de condições os concursos vestibulares das universidades públicas, que ostentam índices de excelência acadêmica. Assim, estabeleceu-se um paradoxo perverso: aos alunos provenientes da rede privada destinam-se as vagas das universidades públicas e aos oriundos da rede pública restam os cursos oferecidos pela rede privada. As possibilidades de acesso ao ensino superior pelas camadas populares são geralmente mais amplas na rede privada, que oferece um número maior de vagas, portanto menos disputadas, e cursos no período noturno. As instituições públicas, federais e estaduais, oferecem um número mais reduzido de vagas, e, dada a sua gratuidade e imagem de qualidade elevada, possuem alta relação candidato/vaga nos concursos vestibulares, exigindo escores cada vez mais altos, o que impede que candidatos oriundos

da rede pública, em sua maioria de baixa renda, padrão em que se encontra a maior parte da população afrodescendente, obtenha o sucesso esperado.

Nessa perspectiva, o processo seletivo diferenciado para quilombola traz a possibilidade de uma seleção mais justa, onde leve em consideração as diferenças com vistas a diminuir as desigualdades. Pois precisamos que se leve em consideração as desigualdades territoriais, educacionais e que garantam as especificidades desse grupo, se constituindo num fator de novas possibilidades de inclusão e diminuição das desigualdades de grupos historicamente discriminados e excluídos nos espaços sociais.

Todavia a universidade precisa garantir além do acesso a permanência com dignidade das/dos quilombolas e com a ampliação das vagas ofertadas, para que haja uma verdadeira revolução na sociedade e que os grupos minoritários possam ascender socialmente e economicamente.

Assim, a reserva de vaga para quilombola foi adotada pela primeira vez em 2013 através do Edital N.º 9 da Comissão Permanente de Processos Seletivos (COPERPS), de 17 de setembro de 2012, Processo Seletivo Especial (PSE) 2013 – 1/Seleção Diferenciada para Comunidade Quilombola, constituindo o primeiro processo seletivo após a efetivação da reserva de vaga por acréscimo da UFPA, destinado a comunidades quilombolas.

Além de que para compreendermos como esse processo vem se constituindo na Universidade Federal do Pará é necessário fazer uma breve análise de como vem sendo modificando e se tornando um processo cada vez mais democrático e participativo.

1.4 ALGUMAS MODIFICAÇÕES QUE OCORRERAM NOS EDITAIS DAS SELEÇÕES DIFERENCIADAS PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ PARA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO PERÍODO DE 2012 A 2017

Apresentaremos os desdobramentos do Processo Seletivo Especial enquanto política de ação afirmativa da Universidade Federal do Pará, com base nas observações feitas a partir dos editais, das entrevistas e da participação junto aos estudantes quilombolas nos seminários para a elaboração do PSE para quilombolas.

O Processo Seletivo Especial (PSE) com seleção diferenciada inicia-se em 2012 com o primeiro ingresso em 2013 e se deu por meio do PSE 2013 – 1 (Seleção Diferenciada para Comunidade Quilombola) o qual foi regido pela Resolução n.º 4.309 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Pará, de 27 de agosto de 2012, e executado pelo Centro de Processos Seletivos da Universidade Federal do Pará (CEPS/UFPA), assim o Edital n.º 9 da Comissão Permanente de Processos Seletivos (COPERPS), sendo destinando a candidatos oriundos de Comunidades do Quilombo, que não possuam curso superior concluído ou em andamento, por meio de seleção diferenciada descrita no para o preenchimento de duas vagas em cada curso de graduação oferecido nos diversos campus da UFPA, ficando extinta caso não sejam preenchidas. Nesse sentido, o edital em relação aos quilombolas especifica que:

1.2. São consideradas remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Edital, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, dotados de relações territoriais específicas.

1.2.1. A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

2.1.2 Será considerado documento comprobatório da identidade quilombola: a Declaração de Associação Quilombola.

É importante ressaltar que, esse primeiro processo seletivo para comunidades quilombolas foi realizado através de duas fases, a primeira fase correspondeu à prova de redação e conhecimentos gerais de caráter eliminatório e classificatório, e a segunda fase correspondeu à entrevista essa de caráter apenas classificatório. É importante destacar do Edital n.º 9 da (COPERPS) ao destacar que:

6.3.1 A primeira fase tem por objetivo garantir que os candidatos aprovados tenham as competências e habilidades mínimas necessárias a um bom aproveitamento no Curso de Graduação, de modo não só a garantir a qualidade dos futuros profissionais egressos dos cursos, mas também a minimizar a evasão dos graduandos ao longo de sua duração.

6.3.2 A segunda fase tem por objetivo classificar os candidatos de acordo com o grau de adequação de seu perfil aos propósitos do curso e o seu grau de pertencimento às comunidades do campo, a que o curso se destina prioritariamente.

No primeiro Edital n.º 9 – COPERPS, de 17 de setembro de 2012 (PSE 2013 – 1/ Seleção Diferenciada para Comunidade Quilombola) fica claro que apesar de haver um processo diferenciado para quilombolas na UFPA regido por resolução própria (4309/2012), este não levava em consideração as dificuldades ocasionadas na educação desses sujeitos que

são inúmeras, desde a falta de escolas, o tempo sem estudar, a modalidade de ensino, as precariedades, falta de professores, falta de transporte, falta de aula, falta de merenda entre outros, pois o que se buscava naquele momento era fazer certa segregação em torno dos “melhores” estudantes para adentrarem a Universidade, com a desculpa da garantia da qualidade dos futuros profissionais e garantir que houvesse a mínima evasão, o que naquele momento se confrontava com o significado das ações afirmativas e de certa maneira excludente, preconceituosa e até racista.

E no Edital n.º 11 – Coperps, de 18 de setembro de 2013, o qual designou o 11º Processo Seletivo Especial de 2013 – PSE 2013-11, o qual foi feito pela Comissão Permanente de Processos Seletivos (COPERPS), no uso de suas atribuições e de acordo com as resoluções 3.860/2009, 3.861/2009, 3.869/2009, 4.046/2010, 4.047/2010, 4.309/2012, e da Deliberação do dia 18 de setembro de 2013, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), dessa Instituição, torna pública a realização do 11º Processo Seletivo Especial de 2013 (PSE 2013-11), destinado à seleção diferenciada de candidatos indígenas e quilombolas, para o provimento de vagas nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA), para o ano de 2014, bem como, para os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Etnodesenvolvimento, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Nesse edital, diferente do primeiro, foram feitos quatro processos, o que de certa forma fez com que acontecessem alguns problemas de compreensão do mesmo. Assim, para o ingresso em 2014 o mesmo edital abrangeu quatro processos ocasionando dificuldades na interpretação do texto escrito no edital.

É importante destacar que no Edital n.º 11 – Coperps, de 18 de setembro de 2013 (PSE 2013-1) em seu Anexo I, no qual foram colocadas notas de esclarecimentos destinadas aos candidatos quilombolas, reiterando o que seria necessário para ser considerado quilombola perante a universidade, em nota foi publicado que:

Nota 5: A Declaração de Pertencimento deve ser emitida e assinada por Autoridade de Associação Indígena ou Associação Quilombola, liderança tradicional e/ou política e/ou dirigente de associação e /ou movimento social), conforme previsto no Convênio N.º. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificado pelo Estado Brasileiro.

Nota 6: São considerados remanescentes de comunidades dos quilombos, para os fins deste Edital, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, dotados de relações territoriais específicas.

Nota 7: A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

Houve a mudança nos termos do primeiro para o segundo ano do processo seletivo para as comunidades quilombolas, assim, as alterações dos editais vão sendo necessárias à medida que a própria compreensão dos estudantes quilombolas e da universidade vai se modificando entorno do entendimento de diversas situações encontradas durante esse percurso, pois é necessária a incorporação e ressignificação de novos conceitos.

Nesse processo ainda se manteve as duas fases do processo seletivo com a primeira fase redação e prova objetiva e a segunda fase com a entrevista, com mudança no valor atribuído à redação em língua portuguesa e a prova objetiva e na entrevista como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 1: Etapas do PSE 2013

PROVA / ETAPAS	PONTOS	CARÁTER
Prova Objetiva	10,00	Classificatório e Eliminatório
Redação em Língua Portuguesa	10,00	Classificatório e Eliminatório
Entrevista Pessoal	10,00	Classificatório e Eliminatório

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ressaltando o item 8.1 do edital o qual diz que a prova objetiva consisti em 40 questões de múltipla escolha, sendo 05 questões de cada uma das seguintes disciplinas: Língua Portuguesa/Leitura, Matemática, História, Geografia, Física, Química, Biologia e Literatura, a qual teve como base a Matriz de Referência do ENEM 2013. Nesse sentido, a UFPA ainda não leva em consideração as dificuldades educacionais desses sujeitos e o processo que tem como base a seleção diferenciada para esse grupo, nesse edital ainda é possível ver que as diferenças desses sujeitos não são levadas em consideração.

Já no Edital N.º 08 – Coperps, de 01 de setembro de 2014, para o 7º Processo Seletivo Especial De 2014 – PSE 2014-7, destinado à seleção diferenciada de candidatos indígenas e quilombolas, para o provimento de vagas nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA), para o ano de 2015, bem como para o Curso em

Etnodesenvolvimento (Licenciatura e Bacharelado). Ainda causando certa confusão com o curso de Etnodesenvolvimento, pois vêm todos os processos seletivos especiais somente em um edital.

Em relação ao pertencimento étnico quilombola, é ressaltado que:

1.3.1. A Declaração de Pertencimento é o documento comprobatório que demonstra a vinculação social, cultural, política e/ou familiar do candidato com algum povo indígena, comunidade quilombola ou comunidade tradicional. Deve ser emitida e assinada por autoridade local (liderança tradicional e/ou política e/ou dirigente de associação, sindicato e/ou colônia), conforme previsto na Convenção Nº. 169 da OIT.

Houve alguns ajustes em relação à documentação exigida para a comprovação do pertencimento étnico quilombola. Além da mudança em relação às etapas do processo contando na primeira fase com a redação em língua portuguesa, e na segunda fase contado com a entrevista, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 2: Etapas do PSE 2014

PROVA / ETAPAS	PONTOS	CARÁTER
Redação em Língua Portuguesa	10,00	Classificatório e Eliminatório
Entrevista	10,00	Classificatório e Eliminatório

Elaborado pela autora, 2018.

Nesse contexto o histórico escolar é analisado juntamente com a entrevista gerando uma pontuação como podemos observar no item 9.4.2 do edital:

9.4.2. A análise do Histórico Escolar do Ensino Médio será feita em conjunto com a realização da Entrevista, gerando apenas uma nota, na escala de 0 (zero) a 10 (dez).

É possível verificar nesse edital que ainda este não está adequado as realidades educacionais dos quilombolas, pois fazer a junção das notas das entrevistas e do histórico escolar e reforçar a meritocracia ao dar ênfase ao histórico escolar como parte da pontuação.

O Edital N.º 5 – COPERPS, de 20 de outubro de 2015, 5º Processo Seletivo Especial de 2015 – PSE 2015-5, o qual tornou pública a realização do 4º Processo Seletivo Especial destinado à seleção diferenciada de candidatos Indígenas e Quilombolas, que não possuam curso superior concluído ou em andamento, para o provimento de vagas reservadas nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA) para o ano de 2016, bem como para o Curso em Etnodesenvolvimento (Licenciatura e Bacharelado), mediante as condições estabelecidas neste Edital.

No edital n.º 5 – COPERPS, de 20 de outubro de 2015 há mais uma modificação, a seleção fica estritamente vedada à participação de candidatos que estejam cursando ou concluído curso de graduação, evidenciada no item 9.3 que “9.3. Ao candidato que possuir curso superior concluído ou em andamento será atribuída nota ZERO na Entrevista”.

Com o PSE para quilombolas busca-se dar oportunidade para aqueles que iram fazer a sua primeira graduação e sem vínculo com nenhuma instituição (pública e privada) superior. Esse edital diferentemente das edições anteriores foi construído com a participação da comunidade acadêmica, principalmente com a participação dos estudantes indígenas e quilombolas e foi uma das primeiras reivindicações desses estudantes, assim construído a partir de seminários para a elaboração do edital, bem como outro posterior a essa edição.

Além de que em todos os processos a exigência com as declarações de pertencimento vão ficando mais rigorosas, para se evitar o máximo possível de fraudes e que o processo seja realmente para atender os quilombolas.

No Edital N.º 2 – COPERPS, de 20 de setembro de 2016, 2º Processo Seletivo Especial de 2016 – PSE 2016-2, assim neste edital ocorreu outra reivindicação dos estudantes indígenas e quilombolas para que pudessem estar mais presentes no processo, e foi garantido no edital no item 6.2.2 dizendo que:

6.2.2 A documentação apresentada pelo candidato será analisada por uma comissão especial, composta por representantes de lideranças indígenas e quilombolas e docentes da UFPA, designada pela PROEG, que procederá a homologação ou não da inscrição no certame.

Essa solicitação foi feita na tentativa de diminuir as fraudes que ainda persistem e evitar que “quilombolas fakes²” adentrem pela reserva de vaga destinada a quilombolas.

² Termo utilizado pelos estudantes quilombolas em relação a candidatos que não são quilombolas que tentam ou ingressam pela reserva de vagas destinadas a comunidade quilombolas.

E por fim o Edital Processo Seletivo Especial – PSE 2018-1, o qual tornou pública a realização do 2º Processo Seletivo Especial de 2017 (PSE 2017), o texto veio com mais uma modificação a qual leva em consideração a vulnerabilidade do candidato para o ingresso nas vagas reservadas nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela Universidade Federal do Pará (UFPA) para o ano de 2018, mediante as condições estabelecidas neste Edital. Relacionado ao pertencimento étnico no subitem 1.3.2 exige que:

1.3.2. A Declaração de Pertencimento à Comunidade Quilombola deverá ser emitida e assinada por três membros da Diretoria da Associação que representa legalmente a comunidade, de acordo com a lista previamente encaminhada pela Associação de Discentes Quilombolas da UFPA, MALUNGO e/ou CEDENPA.

Contudo, é importante destacar também que desde o primeiro edital do Processo Seletivo Especial para comunidades quilombolas da UFPA, este vem sendo modificado com o objetivo da melhoria da forma como acontece o ingresso e também para evitar possíveis fraudes. Nos dois primeiros processos, era exigida uma prova de múltipla escolha e redação na primeira fase, na segunda fase realizadas as entrevistas e a partir do terceiro processo seletivo em 2015 este passa a ter na primeira fase uma prova de redação e na segunda fase a entrevista, também com a modificação nas condições para a realização da inscrição. Em 2015 os estudantes passam a discutir o edital junto com a universidade em uma comissão e em 2016 passando a ser discutido em seminários, na tentativa de melhorar o processo, porém muita coisa ainda precisa ser melhorada, algumas das demandas e exigências dos estudantes quilombolas foram incorporadas, outras não, consideramos que os seminários abertos apesar de ser uma iniciativa promissora da UFPA, este ainda não conseguiu de fato encaminhar as demandas juntos aos estudantes e a universidade.

Mediante o exposto acima é possível analisar a evolução do PSE para quilombolas na UFPA, assim, à medida que vão ocorrendo os processos, outros critérios vão sendo estabelecidos nos editais, para que de fato este leve as considerações desses sujeitos. Pois, os estudantes quilombolas contribuem significativamente para a melhoria do processo, participando ativamente junto a UFPA nas alterações feitas no edital, assim, o que começa a acontecer de forma mais democrática através dos seminários no qual são convidadas as representações de comunidades quilombolas e indígenas e os estudantes indígenas e quilombolas e também a comunidade em geral, a exemplo tem-se a conquista da inscrição em

primeira e segunda opção de curso e a manutenção das duas etapas do processo: Redação em Língua Portuguesa e Entrevista.

2. A OPÇÃO METODOLÓGICA: UM ENSAIO ETNOGRÁFICO COM OS ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Nesta seção explicitaremos o campo conceitual da análise empreendida sobre a construção da opção metodologia, no qual serão apresentados os caminhos da pesquisa sobre a identidade e permanência dos estudantes quilombolas que ingressaram pelas ações afirmativas, reserva de vagas para quilombolas na Universidade Federal do Pará (UFPA). Na sequência, daremos ênfase para os caminhos trilhados pela pesquisa, que partiram de uma abordagem qualitativa, de viés interdisciplinar com enfoque para um ensaio etnográfico. Também conheceremos o lócus e os sujeitos da pesquisa.

2.1 CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO (CAMPUS GUAMÁ) COMO LÓCUS DA PESQUISA

O lócus dessa pesquisa é a Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Guamá (Cidade Universitária José da Silveira Netto), a qual foi criada através da Lei nº 3191 de 2 de julho de 1957 com o incentivo da criação de obras públicas no período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Atualmente o professor Emmanuel Zagury Tourinho é o reitor da UFPA, empossado no dia 6 de outubro de 2016 como reitor e o professor Gilmar Pereira da Silva como vice-reitor, para o quadriênio de 2016 a 2020.

A Universidade Federal do Pará possui o sistema de campus, sendo este uma unidade regional da UFPA instalada em determinada área geográfica, com autonomia administrativa e acadêmica em interpelação mútua e em interação com a Administração Superior da UFPA na elaboração e consecução de projetos, planos e programas de interesse institucional.

Possuindo 12 campi que são: Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí, se tornando uma universidade multicampi.

Na Figura 1, abaixo, podemos observar o mapa do Estado do Pará e nele identificar a distribuição pelo Estado dos 12 campi que compõe a Universidade Federal do Pará. Ainda é importante destacar a distribuição dos campi, com municípios diversos, com diversos

costumes, saberes, identidades e particularidades que compõe o Estado do Pará e assim, esses grupos socioculturais diferenciados que compõe esta universidade.

Figura 1: Mapa dos Campi da UFPA.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA.

A UFPA caracteriza-se como instituição multicampi, com atuação nos municípios das várias mesorregiões do Estado do Pará. Assenta-se no tripé ensino, pesquisa e extensão, voltados para a produção/socialização/transmissão do conhecimento na Amazônia e para a garantia da formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável local, regional, nacional, global (PDI, 2016-2025, p. 61).

A universidade multicampi tem grande importância para o interior do Estado, pois muitos jovens que pretendem cursar um curso superior não teriam condições de se deslocar para Belém e assim não teriam oportunidades de ingressar no ensino superior. A UFPA tem se posto a promover e contribuir com a educação superior nos interiores do Estado ao destacar em seu Plano de Desenvolvimento Institucional visando que:

Ao se expandir por meio dos *campi* para o interior do estado, a UFPA está promovendo uma alternativa aos moradores daquela região e mostrando que não necessariamente precisa acontecer a migração do interior para a cidade para que se consiga ter acesso ao conhecimento. Sendo assim, a UFPA tem que intensificar atividades para o meio rural e contribuir para evitar o êxodo dos jovens, evidenciando que o meio rural também é um local de oportunidades. Para isso, é preciso mostrar que essa área não é somente agrícola e sim um local onde o turismo, a história e a cultura estão presentes e são formas geradoras de renda para as populações ribeirinhas, indígenas, quilombolas, ou seja, tornar o meio rural multifuncional para a população que lá vive (PDI, 2016-2025, p. 27).

UFPA e a universidade multicampi:

O caráter multicampi da UFPA amplia-se quando esta assume como percurso político e social a Cultura do Conhecimento e a Conservação Ambiental. Neste sentido, ao se expandir por meio dos Campi ao interior do estado, está gerando possibilidades de acesso à formação inicial em nível superior aos moradores dessas regiões, assim capazes de acessar os conhecimentos produzidos historicamente, fortalecendo a compreensão que o meio rural é local de desenvolvimento e oportunidades. O acesso ao ensino de nível superior não é apenas uma exigência econômica, mas um indicador do grau de democracia e de justiça social. É nesta direção que o caráter multicampi se coaduna com um projeto de sociedade e de desenvolvimento na Amazônia (PDI, 2016-2025, p. 62).

É preciso atender as necessidades desses sujeitos e as necessidades de mercado com a qualificação do trabalhador e estabeleceu em seu Plano de Desenvolvimento Institucional que:

Porém a necessidade de qualificação do trabalhador é algo que tende a aumentar bastante para que o Brasil alcance um desenvolvimento socioeconômico alto. Sendo assim, amplia-se a responsabilidade da UFPA em promover uma maior qualificação dos trabalhadores, seja com ensino técnico, graduação e pós-graduação, voltada para o desenvolvimento amazônico sustentável; além disso, uma formação superior será uma forma de as pessoas não só se inserirem em um mercado de trabalho, mas também de participarem efetivamente da sociedade em vez de se colocarem à sua margem (PDI, 2016-2025, p. 28).

É preciso garantir a esses sujeitos o acesso à profissionalização de qualidade e para que haja melhor participação desses sujeitos na sociedade é preciso que estes tenham uma educação que lhe possibilite novas oportunidades de melhoria da qualidade de vida. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional afirma que:

Desta forma, a UFPA tem firmado compromisso social e político com a região amazônica, ao assumir o desafio de sua inserção com a oferta de serviços educacionais, com a produção de pesquisa e tecnologias que gerem a melhoria da qualidade de vida e a equidade social, produzindo ampliação de justiça social, aumento da distribuição de renda com o crescente e contínuo acesso das populações aos níveis mais elevados de ensino e de pesquisa, que tanto colaboram o desenvolvimento local, regional e, por conseguinte, do país (PDI, 2016-2025, p. 61).

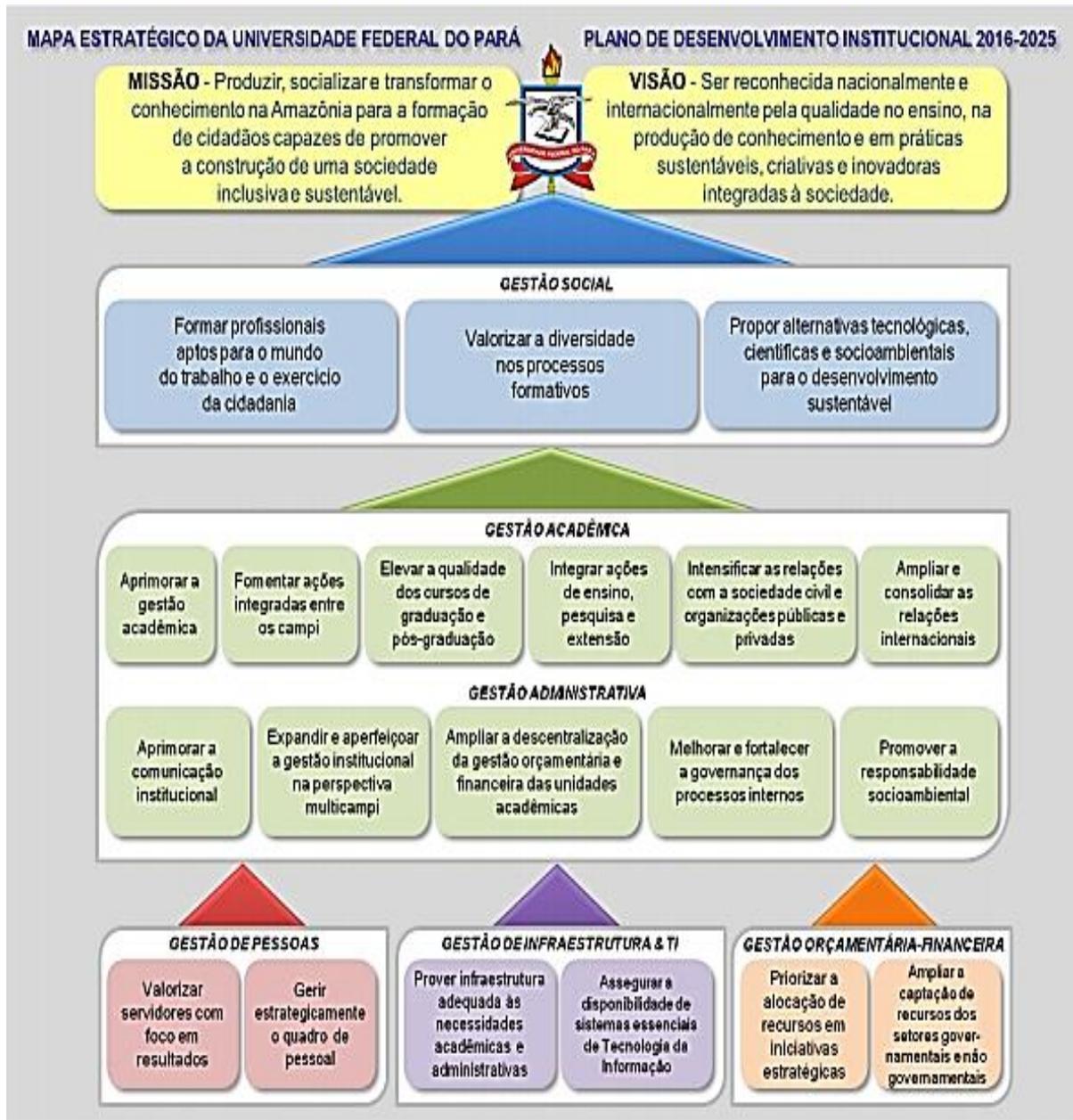
Além de que, a UFPA é a maior instituição do Norte do país e, de acordo com dados relativos a 2015, abriga uma comunidade universitária composta de 61.938, entre professores efetivos, temporários, visitantes, da educação básica e profissional; técnico-administrativos; alunos de pós-graduação doutorado, mestrado e especialização; graduação, alunos da educação básica, educação profissional e tecnológica e em cursos livres.

Tendo como missão institucional “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável”.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (2016-25), os princípios da UFPA são: a) A universalização do conhecimento; b) O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual; c) O pluralismo de ideias e de pensamento; d) O ensino público e gratuito; e) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; f) A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; g) A excelência acadêmica e h) A defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente (PDI, 2016-2025).

A visão da Universidade Federal do Pará é: “Ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade” (PDI, 2016-2025, p. 33). Resumidamente podemos verificar na figura abaixo, um quadro simplificado da Universidade Federal do Pará.

Figura 2: Mapa Estratégico da UFPA.



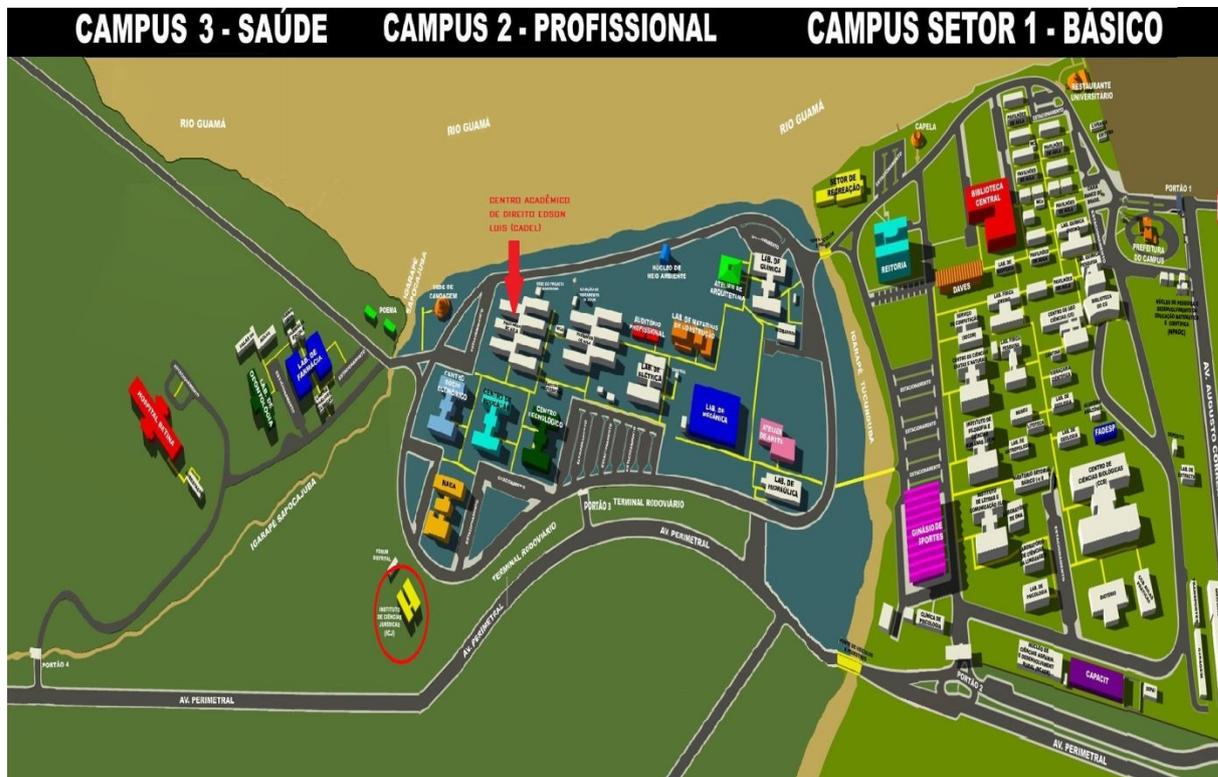
Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA (2016-2025).

A Figura 2, mostra resumidamente elementos importantes que constituem o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA de 2016 a 2025. É importante analisar o PDI para que se possa discutir como a UFPA pensa a universidade para os diversos grupos que compõe essa instituição de ensino.

A escolha da Cidade Universitária José da Silveira Netto como lócus da pesquisa se justifica pelo fato de que é o campus que têm o maior número de estudantes que ingressaram através da reserva de vagas para quilombolas, já que, é o campus que concentra o maior número de cursos o que implica numa maior demanda.

Do primeiro semestre 2013 até o primeiro semestre de 2018 a UFPA possuía o total de 1163 estudantes quilombolas que ingressaram pela reserva de vagas e 729 desses estudantes estão no Campus do Guamá, de acordo com dados disponibilizados pelo Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos (CIAC-UFPA), nesse sentido, também há uma maior concentração de estudantes vindos de diversos municípios de todo o Estado do Pará como Abaetetuba, Baião, Acará, Ananindeua, Moju, entre outros, desse modo, também escolhido por oportunizar ter mais contato com o maior número de municípios, assim, podendo contemplar as mais diversas realidades existentes nesse espaço.

Figura 3: Campus Universitário do Guamá.



Fonte: UFPA

A Cidade Universitária José da Silveira Netto para muitos estudantes quilombolas é um novo espaço de convivência e sociabilidade, e, assim, mediante a extensão, com os prédios, ruas, carros, a qual podemos fazer analogia com uma cidade, causando também certo estranhamento e até medo em primeiro contato em muitos desses estudantes, como podemos observar no trecho mencionado abaixo³ pelo estudante quilombola Zumbi dos Palmares⁴:

Quando vim fazer minha matrícula/habilitação, trazer meus documentos, eu fiz tudinho, quando eu voltei para estudar no meu primeiro dia de aula que eu entrei lá eu fiquei parado no portão me perguntando: o que é que eu vim fazer aqui? Porque eu estava perdido, não sabia o que fazer, um mundo completamente diferente.

Nesse sentido, os sentimentos e entendimentos em relação a universidade são diversos, desde conceitos, sensações e emoções, assim, o campus universitário é instalado às margens do rio Guamá em uma área de aproximadamente 471 hectares, com diversos prédios⁵.

2.2 SITUANDO OS ESTUDANTES QUILOMBOLAS, OS SUJEITOS DA PESQUISA: TERRITÓRIO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

É importante salientar a ressignificação do conceito de comunidade quilombola, pois temos que nos conscientizar das mudanças que ocorrem na sociedade. Segundo Eliana Odwyer (2010, p. 43) remanescente de quilombo é um termo “que vem sendo utilizado pelos grupos para designar um legado uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico”. E segundo Nascimento (2009, p. 205) “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”.

Em atendimento às condições operacionais decorrentes do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, no Artigo 2º, aponta que “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Sobre os elementos que

³ Entrevista realizada para esse estudo, 2018. Foi colocada nesse contexto para mostrar a percepção dos estudantes quilombolas sobre universidade (Ver Quadro 4).

⁴ Nome fictício atribuído a estudante quilombola para essa pesquisa. Como veremos descrito adiante (Ver Quadro 4).

⁵ Figura 2.

constituem os territórios quilombolas, o mesmo Decreto dispõe que são aquelas terras ocupadas pelas comunidades quilombolas e utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Apropriamo-nos do conceito de Anjos (2006, p. 53) para descrevermos o conceito de comunidade quilombola:

O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver.

No contexto normativo encontramos no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que prevê o direito à propriedade das terras ocupadas por remanescentes de quilombo, sendo constituídos a partir de escravos, escravos libertos e não escravos que fizeram a frente resistência de negros ao sistema escravista no Brasil, os quais formaram diversos quilombolas pelo país e estabelecendo novas ocupações de terra. Temos que nos desprender do conceito colonial cujo caracterizavam uma comunidade remanescente de quilombo pela fuga, o número mínimo de pessoas, o isolamento geográfico, a presença de um ambiente selvagem em contraste com a civilização e autoconsumo que remete à ideia de isolamento também com outros grupos e pessoas.

Temos que pensar novas definições que compreendam as novas estratégias de sobrevivência e outras relações sociais criadas para além da fuga e das invasões de terra. Deixando de usar o conceito elaborado com a abolição da escravatura a qual os reduzia à condição de criminosos e fugitivos. Almeida (2002) enfatiza que é preciso desprender-se de conceitos históricos que foram definidos no período colonial, da abolição e da legislação republicana e relativizar um novo coletivo que parte de autodefinições que constituem que chamamos de quilombos não mais numa visão colonial.

É importante destacar que, se antes esses grupos eram vistos como criminosos e fugitivos que pregavam desobediência perante a estrutura política vigente àquela época, com a Constituição Federal de 1988, passam a serem tratados como forma de resistência, o qual lutam por reconhecimento de sua diferença identitária e sua busca por igualdade de direitos.

Conseqüentemente se tornaram público alvo de políticas de reparação aos danos historicamente sofridos.

A Constituição Federal de 1988 assegura, dentre outros direitos, a criminalização da prática do racismo, o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, o acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros, o direito a terras aos indígenas e quilombolas, a proteção às manifestações culturais indígenas e afro-brasileiras (BRASIL, 1988). Para Abdias Nascimento (2009, p. 205) o significado de quilombo vai para além do significado colonial, para ele “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”.

Almeida (1998, p. 54), em relação ao território quilombola rompe com a dimensão histórica, arqueológica e colonialista em torno desse termo reitera que:

O território é construído e conhece alterações a partir da correlação de forças e do grau de poder de coerção exercido pelos antagonistas. A fronteira étnica, neste sentido, consiste numa fronteira política materializada nos marcos ou no reavivamento de pedras de rumo e de limites naturais, cuja imbolgia é acionada para fixar as diferenças. A dimensão histórica e arqueológica dos *quilombos* cede lugar a esta atualidade da mobilização política. As chamadas *terras de preto*, enquanto *terras de quilombo*, não podem ser reduzidas, pois, a sítios arqueológicos ou a categorias documentais vinculadas ao arcabouço jurídico do colonialismo. O fator étnico ganha relevância a partir da mobilização política; a representatividade diferenciada, instituída segundo particularidades locais, que configuram cada situação designada pelo movimento negro como “comunidade negra rural”, parece autorizar, ademais, a formação de entidades representativas mais amplas e de alcance nacional, mas com raízes locais profundas. A identidade étnica e a identidade nacional, consubstanciadas numa entidade de articulação, não se opõem e antes se fortalecem mutuamente [...].

Inicialmente as comunidades quilombolas foram inscritas, na atual legislação brasileira, no Art. 682 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que se refere à afirmação de seus direitos territoriais. Em 2002, essas comunidades são reconhecidas como povos tradicionais, pelo Decreto Legislativo nº 143 que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A definição de comunidades quilombolas contidas no Decreto 4887/2003 é reiterada no Decreto 6040/2007 e no Parecer CNE/CEB 16/2012, como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição,

são ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. (Parecer CNE/CEB 16/2012 p. 02)

Há a insurgência de múltiplas comunidades autoidentificadas como quilombolas, com o um processo de reinvenção e renovação identitária, associada à luta dessas comunidades pelo direito de permanecer nos territórios tradicionalmente ocupados e outros direitos específicos, como: a titulação coletiva e o reconhecimento como terras quilombolas, escola específicas para quilombolas, saneamento e infraestrutura para as comunidades, atendimento e saúde diferenciado, dentre outros.

Falamos de insurgência porque estamos frente ao surgimento de novos sujeitos coletivos, previamente inexistentes como tais, pelo menos identificados dentro dessa categoria: quilombola. Segundo Almeida (2002) os quilombolas estariam dentro das denominadas “novas etnias”, nas quais os processos de identificação e autoconsciência como grupos com características culturais e históricas específicas acompanham um processo de reorganização política, mobilização e elaboração de estratégias para a obtenção de recursos básicos para produzir e consumir, ou seja, uma das dimensões mais importantes da identidade como quilombolas é a de ser um meio para lutar por melhores condições de vida.

2.2.1 Sujeitos da pesquisa: os estudantes quilombolas da UFPA

Os estudantes quilombolas sujeitos da pesquisa são de comunidades quilombolas de alguns municípios do Estado e que ingressaram na UFPA através das ações afirmativas – reserva de vagas para quilombolas – por meio da Resolução Nº. 4.309, de 27 de agosto de 2012.

Para a realização dessa pesquisa foram feitas entrevistas com estudantes quilombolas que cursam graduação na Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Guamá, entre os sujeitos entrevistados é importante destacar que estes são de diferentes cursos e áreas, além de serem de vários municípios como: Abaetetuba, Moju, Baião e Oriximiná. É importante ressaltar que devido o tempo destinado à pesquisa primamos em realizar as entrevistas apenas com os estudantes desses quatro municípios, mas que não comprometem as análises e conclusões deste estudo.

A escolha dos estudantes quilombolas se deu pela disponibilidade em participarem da pesquisa e os cursos também foram escolhidos de modo aleatório, mas sempre tentando prezar pelo máximo de representação evidenciando as áreas das ciências exatas, ciências humanas e ciências sociais. Além de dois requisitos essenciais, primeiramente de acordo com a participação na sala da ADQ, secundamente de acordo com a não participação das ações e nem da sala da ADQ. Também foram escolhidos quatro estudantes quilombolas que desistiram do curso, a qual foi uma tarefa bem difícil, sem saber quem de fato eram os estudantes desistentes, pois não possuía nenhum contato com tais estudantes, além de que eles já estavam afastados a algum tempo da universidade, e também por morarem em comunidades quilombolas que ficam a distâncias consideráveis para encontrá-los, por esse motivo todos os estudantes desistentes são do município de Abaetetuba, e chegaram até mim por outros estudantes quilombolas conforme investigação.

Durante a pesquisa de campo, após observações feitas, e com os critérios estabelecidos, foram escolhidos 15 estudantes quilombolas para a realização de entrevistas, destes 08 participavam ativamente da ADQ e os outros 07 não participavam ativamente, além de 04 estudantes desistentes, em relação a metodologia aplicada, Clifford Geertz (2014, p. 4) reitera que “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante”. A escolha dos sujeitos da pesquisa só foi possível por participar dos encontros, reuniões e outros momentos promovidos pelos estudantes quilombolas os quais me possibilitaram ter contato e conhecer um pouco desses estudantes, sua cultura, seus saberes e como eles se relacionam no espaço da universidade e foi de fundamental importância para que, também pudesse compreender suas lutas, seus anseios, dificuldades e possibilidades para a permanência na Universidade Federal do Pará.

Além das entrevistas com os alunos, foram realizadas entrevistas com o professor Raimundo Jorge, as professoras Zélia Amador e Marilu Campelo, e o técnico administrativo Apolinário, todos da Universidade Federal do Pará, estes escolhidos por terem iniciado o debate na instituição sobre a adoção de ações afirmativas. Assim, considerando-os parte relevante desse estudo, e necessária para que possamos melhor compreender e analisarmos o que se pautava no momento que foi proposto a adoção da política de ação afirmativa na Universidade Federal do Pará até a sua efetivação.

Foram realizadas entrevista semiestruturada, que norteou as entrevistas com três professores e um técnico administrativo da UFPA e com os estudantes quilombolas (Quadro

3), o que permitiu que fosse possível fazer um diálogo com as observações feitas e as respostas dos estudantes quilombolas e professores entrevistados.

Quadro 3: Perguntas realizadas com os sujeitos da pesquisa.

PERGUNTAS	PROFESSORES E TÉCNICO	ESTUDANTES QUILOMBOLAS
	Como surgiu a ideia de cotas na UFPA?	Como se deu o percurso pessoal/acadêmico até o ingresso no ensino superior?
	Como se constituiu cotas para quilombolas na UFPA?	Como avaliam a reserva de vaga para quilombolas?
	Como foi pensada a reserva de vaga para quilombolas e quais os objetivos?	Como ocorrem as questões de permanência?
	Por que cotas para quilombolas?	Como ocorre a re/afirmação da identidade quilombola?
		Como foi a experiência no primeiro semestre?
		Como foi a percepção em sala de aula, por parte de colegas e professores?

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

No decorrer dessas perguntas outras foram surgindo e, assim, foram feitas para melhor compreender e analisar como vem ocorrendo à permanência desses sujeitos na Universidade Federal do Pará, quais as ações, programas e projetos institucionais que a UFPA construiu nesse processo de inserção de grupos minoritários e quais as estratégias de permanência que esses estudantes criam e recriam ao ingressarem na universidade.

É importante destacar que optei por nomear os estudantes quilombolas entrevistados com nomes fictícios, com o intuito de preservá-los e garantir-lhes o direito de livre expressão sem a preocupação de constrangimentos futuros, porém, preocupei-me com quais nomes elegei esses sujeitos; pois compreendia que, não poderiam ser quaisquer nomes. Então como os elegei? Por que não relacionar com a temática desse estudo? Então lhes atribuí nomes de pessoas que lutaram para que esses direitos fossem garantidos e os quais suas lutas merecem destaque nesse campo de estudo, bem como serem valorizados. Abaixo o nome fictício utilizado para os estudantes quilombolas participantes das entrevistas.

Chiquinha Gonzaga é quilombola do município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Tecnologia (ITEC) da UFPA, a estudante ressalta as dificuldades que teve para permanecer no curso e os motivos que a levaram a deixar de frequentar as aulas, a estudante ainda não desistiu, pois espera trocar de curso através da Mobilidade Acadêmica Afirmativa (MOBAF) a qual nutre as suas esperanças em realizar seu sonho que é a conclusão do nível superior. A entrevista com a estudante foi marcada por muita emoção, também por senti que foi um desabafo de toda a pressão que tinha em relação a desistir ou não da universidade, a emoção da estudante foi tão grande ao lembrar a sua trajetória que me comoveu muito enquanto pesquisadora, pois não esperava por tamanha emoção, o choro da estudante veio e foi um choro de desabafo, choro das frustrações por ter abandonado o curso e da pressão dos pais.

Carolina de Jesus é quilombola do município de Abaetetuba e estudante de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Castanhal, a estudante relatou que a questão financeira foi o principal fator para não frequentar mais as aulas, me falou da dificuldade de acessar as bolsas e que o campus de Castanhal não se empenhou em ajudá-la e que isso foi definitivo para o abandono do curso, porém a estudante não cancelou a sua matrícula e se arrependia de não ter “aguentado” mais um pouco as dificuldades, visto que era o sonho dela e da família, e se pudesse voltar a estudar voltaria, e na conversa lhe falei que se ela não tivesse cancelado a matrícula talvez fosse possível seu retorno às aulas, conforme relatado pela estudante, orientei ela que era possível se matricular no próximo semestre e a felicidade foi muito grande a qual pude sentir em seus olhos cheios de lágrimas. A estudante não é do Campus do Guamá locus da pesquisa, mas foi essencial para a compreensão real da desistência de estudantes, pois chegar aos estudantes desistentes não foi uma tarefa fácil, assim, por meio de outros estudantes cheguei até ela e fez parte dos sujeitos da pesquisa.

Elza Soares é quilombola do município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), cancelou o curso. A estudante enfatizou que deixar a filha era muito difícil, pois ficava a semana toda em Belém e decidiu cancelar a matrícula para ficar mais perto da filha, pois para ela era difícil toda a semana deixá-la em casa, além de que o pai também passava a semana fora.

Milton Santos é quilombola do município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Tecnologia (ITEC), cancelou a matrícula, o estudante relatou que as dificuldades com o curso eram muitas, enfatizou que o fato de ter estudado no Sistema Modular de Ensino (SOME) ocasionou num déficit de aprendizagem devido às condições precárias de ensino e

infraestrutura e com isso não conseguiu avançar no curso, assim tomando a decisão de cancelar a matrícula.

Abdias do Nascimento é quilombola do Município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA, atualmente é um dos coordenadores da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA), é atuante dentro do movimento estudantil quilombola, em sua entrevista de quase uma hora de tempo, foi possível sentir o envolvimento do mesmo nas questões dos estudantes, a felicidade de diversas conquistas na Universidade federal do Pará, resultado desse movimento, mas também as frustrações existentes.

Conceição Evaristo é quilombola do Município de Baião e estudante do Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN), a estudante sempre presente na sala da ADQ, porém não tem tanta participação nos movimentos que acontecem e que ela realiza. Em sua entrevista houve muita emoção, pois ela relatou que enfrenta diversas situações para a permanência na universidade, desde saudade da família à a falta de recursos financeiros para permanecer em Belém.

Bob Marley é quilombola do município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal do Pará, o estudante também é muito presente na sala da Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ), participa das discussões e encontros promovidos pela mesma, sua entrevista é marcada por alegrias e emoções, ao lembrar as etapas vencidas, e declara ainda que, as etapas mais difíceis se dão logo com o ingresso na universidade, com as questões de permanência, como a financeira e principalmente a saudade da família.

Luiza Mahin é quilombola do município de Baião e estudante do Instituto de Tecnologia (ITEC), a entrevista da estudante foi marcada por muita emoção, lembrar o percurso até a chegada à universidade não foi fácil para ela, às dificuldades de se manter no curso, de ser manter em Belém, sair de perto de sua família, me sentir privilegiada, pois puder ser naquele momento a oportunidade de desabafo da mesma, ao relatar as suas angustias, enquanto pesquisadora, a entrevista me marcou muito, compreendi que precisava ter maior comprometimento ao analisar as questões de permanência dos estudantes quilombolas na UFPA. A estudante naquele momento que entrevistei a estudante não era tão participativa nas atividades dos estudantes quilombolas na UFPA, porém após outro período de observação em sala pude observar a participação dela, hoje é possível notar seu envolvimento junto a outros estudantes e as atividades desenvolvidas na ADQ.

Martin Luther King é quilombola do município de Moju e estudante do Instituto de Tecnologia (ITEC), o estudante tem uma realidade um pouco diferente, já morava em Belém, saiu de sua comunidade para estudar antes de passar no processo seletivo, mas com dificuldades de permanência na UFPA bem parecidas com a dos outros estudantes, mas já tinha se adaptado a sua outra realidade, sempre ia a sua comunidade, além de morar com a avó, assim diferente dos demais não teve que vim só para Belém. O estudante não participava das atividades da ADQ.

Beatriz Nascimento é quilombola do município de Oriximiná e estudante do Instituto de Tecnologia (ITEC), a emoção marcou essa entrevista, a estudante pode relembrar o percurso até a chegada a universidade, e relatou a saudade da família, pois o município é muito longe de Belém, assim a ida a comunidade ocorre apenas uma vez ao ano. Foi uma entrevista que marcou muito, é uma pessoa muito forte, e apresenta também algumas dificuldades que afetam a permanência na universidade, conta que não encontra muita dificuldade no curso, pois teve um ensino melhor que muitos estudantes quilombolas, destacando que talvez por morar perto de mineradoras a educação tenha se tornado um pouco melhor, visto que as escolas têm investimentos, pois atende também os filhos dos trabalhadores das empresas. A estudante, talvez por vim do movimento social, ao chegar a Universidade Federal do Pará se engajou na luta em prol de melhorias para os quilombolas, durante o período de observação participante, está foi a única quilombola que chegou na sala e já interagindo, participando ativamente das atividades, lembro-me que foi no período de inauguração da sala. E hoje é uma das coordenadoras da ADQ, com forte atuação e engajamento na luta pela garantia de direitos e valorização dos estudantes quilombolas na UFPA.

Marielle Franco é quilombola do município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará, ressalta em sua fala as dificuldades no ensino fundamental e médio e as quais contribui para dificultar a permanência na universidade, pois para ela, não ter uma boa base no ensino fundamental e médio, implica em maiores dificuldades no decorrer do curso superior, a estudante tem envolvimento nas atividades dos estudantes quilombolas na UFPA, sempre estando presente na sala da ADQ.

Dandara dos Palmares é quilombola do município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Ciências da Educação (ICED), a estudante tem vivência e experiência dentro do movimento social quilombola, na luta em defesa do território, ressalta em sua fala a

resistência e o orgulho por ser mulher e negra, e relata também que é preciso resistir à universidade, ao racismo institucional, em sua entrevista relata o encanto pelo ensino superior, e da certeza de conclusão do ensino superior, que para ela será uma vitória familiar e da comunidade, mostrando em sua fala força e superação. A estudante é muito presente nas discussões e atividades da sala da ADQ desde o seu ingresso na UFPA e nas lutas pautadas pelos estudantes quilombolas.

Agostinho Neto é quilombola do município de Moju e estudante do Instituto de Tecnologia da UFPA (ITEC), o estudante relatou principalmente as dificuldades de adaptação em Belém, e principalmente a reforçando as dificuldades financeiras que poderiam comprometer terminar os estudos e ressaltou a importância da bolsa permanência do MEC como a possibilidade de terminar os estudos. Ele não participava no período de entrevistas das atividades da ADQ.

Tereza de Benguela é quilombola do município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará, a estudante ressalta que por falta de condições financeiras trancou por um período o curso, pois não tinha condições de se manter em outro município e que a família dela também não teria condições de arcar com as despesas de aluguel, transporte, alimentação. Além de ressaltar que tem muito orgulho de ser quilombola, no período de observação a estudante não participava das atividades desenvolvidas pelos estudantes quilombolas, mas atualmente é muito envolvida com as questões e discussões que envolvem os quilombolas na UFPA e é uma das coordenadoras da ADQ.

Florestan Fernandes é quilombola do município de Moju e estudante do Instituto de Ciências da Arte (ICA), ressalta que não enfrentou nenhum problema em relação a ser quilombola no instituto que estuda, além de se sentir incluído por outros estudantes e por professores. Ressalta que as dificuldades maiores para permanecer na UFPA é a questão financeira, pois vem de família humilde e que não tem condição de se manter em Belém, talvez essa entrevista tenha sido mais “desabafo” do que uma entrevista, o estudante ressaltou com muita emoção a trajetória até a chegada a universidade. Ressaltando que no período de entrevistas esse estudante não participava das atividades desenvolvidas pelos estudantes quilombolas na universidade, porém atualmente o vejo participando das atividades e discussões da ADQ.

Nelson Mandela é quilombola do município de Moju e estudante do Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN), o estudante relatou principalmente as dificuldades de

adaptação em Belém, e algumas falas marcaram muito a entrevista pelo fato de que em alguns trechos da entrevista o estudante colocou que não compreendia o porquê do processo seletivo para quilombolas, talvez hoje tenha outro conceito em relação à existência da reserva de vaga para quilombolas na UFPA. Ele não participava no período de entrevistas das atividades da ADQ.

Anastácia é quilombola do município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal do Pará, a estudante relatou as dificuldades financeiras que enfrentou durante o curso, e ressaltou a importância da bolsa permanência do MEC, pois a estudante acredita que sem a bolsa já teria desistido, sendo e para ela um dos meios para se manter em Belém estudando, a estudante participa bastante na sala da ADQ.

Ângela Davis é quilombola do município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará, resalta em sua fala as dificuldades no ensino fundamental e médio, pois estudou no Sistema Modular de Ensino (SOME) o que contribui para dificultar a permanência na universidade, pois para ela, não ter uma boa base no ensino médio, implica em maiores dificuldades em permanecer na universidade, a estudante não participava das atividades dos estudantes quilombolas, porém após a inauguração da sala da ADQ a estudante se engajou no movimento estudantil quilombola e atualmente é uma das coordenadoras da Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ-UFPA).

Zumbi dos Palmares é quilombola do município de Abaetetuba e estudante do Instituto de Tecnologia (ITEC), o estudante ressaltou a importância desse processo para as comunidades quilombolas e para a sua família, pois foi o único de dez filhos a ingressar no ensino superior, falou também das dificuldades de se estudar longe de casa, em outra cidade e também de estudar no Sistema Modular de ensino (SOME). Sua fala estava carregada de emoção ao descrever as dificuldades que enfrentou para chegar à universidade e as dificuldades encontradas para permanecer em seu curso e aponta o cálculo como a principal causa. O estudante ainda relata muito orgulhoso de ter iniciado juntamente com outra estudante quilombola de Serviço Social a discussão e a luta para a criação da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA), participando ativamente até a inauguração da sala e resalta que só foi possível graças a outros estudantes se mobilizarem para se organizarem enquanto associação.

Podemos ver resumidamente o nome fictício, o instituto e o município de cada estudante quilombola que participou da entrevista abaixo no Quadro 4.

Quadro 4: Quadro resumido dos nomes fictícios dados aos estudantes quilombolas entrevistado e o instituto e município.

Nome Fictício	Instituto	Município
Chiquinha Gonzaga	Instituto de Tecnologia	Abaetetuba
Carolina de Jesus	Pedagogia (Campus Castanhal)	Abaetetuba
Elza Soares	Instituto de Ciências da Saúde	Abaetetuba
Milton Santos	Instituto de Tecnologia	Abaetetuba
Abdias do Nascimento	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Abaetetuba
Conceição Evaristo	Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Baião
Bob Marley	Instituto de Ciências Biológicas	Abaetetuba
Luiza Mahin	Instituto de Tecnologia	Baião
Martin Luther King	Instituto de Tecnologia	Moju
Beatriz Nascimento	Instituto de Tecnologia	Oriximiná
Marielle Franco	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Abaetetuba
Dandara dos Palmares	Instituto de Ciências da Educação	Abaetetuba
Agostinho Neto	Instituto de Tecnologia	Moju
Tereza de Benguela	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Abaetetuba
Florestan Fernandes	Instituto de Ciências da Arte	Moju
Nelson Mandela	Instituto de Ciências Exatas e Naturais	Moju
Anastácia	Instituto de Ciências Biológicas	Abaetetuba
Ângela Davis	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	Abaetetuba
Zumbi dos Palmares	Instituto de Tecnologia	Abaetetuba

Fonte: Fonte: elaborado pela autora, 2018.

A partir dos nomes dados aos estudantes quilombolas conforme a descrição do Quadro 4, adiante será utilizado somente esses nomes ao fazermos referências aos estudantes quilombolas, sujeitos da pesquisa.

2.3 DA IDENTIDADE À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA UFPA: PERSPECTIVA DE UM ENSAIO ETNOGRÁFICO

Partimos da questão que o ingresso de estudantes quilombolas através da reserva de vagas se faz através do pertencimento étnico quilombola, por sua ancestralidade, o direito a terra, e convivência com a comunidade quilombola a qual pertence e/ou pertenceu, pois há uma expectativa de sua comunidade de origem com esse ingresso.

Assim, minha trajetória em torno do meu objeto de pesquisa se inicia quando me deparei com a tentativa de organização dos estudantes quilombolas para a criação do que viria a ser a Associação dos Discentes Quilombolas da Universidade Federal do Pará (ADQ-UFPA), numa manhã de sábado, no dia 24 de outubro de 2015, não imaginava que seria um marco para a realização desta pesquisa, pois ver a tentativa de organização destes estudantes acabou por aguçar várias perguntas em torno do ingresso desses sujeitos na universidade, principalmente no viés que concerne à luta pela permanência. Assim esse trabalho tem como problema de pesquisa: como os estudantes quilombolas constroem mecanismos para a identidade e permanência e na UFPA- Campus Universitário do Guamá?

A discussão sobre a política de cotas na Universidade Federal do Pará me ocupa hoje, academicamente e cotidianamente enquanto pesquisadora, porém, meu envolvimento inicial com a questão foi por acompanhar de perto a luta pela criação da Associação Universitária Quilombola (AUNIQ) UFPA que naquele momento em 24 de outubro de 2015, era pautado a permanência na universidade de estudantes quilombolas. Esse acompanhamento se deu mediante convite de Valdinei Gomes para participar das assembleias para a criação da associação, o que me despertou um interesse em acompanhar o debate. Posteriormente após um período de discussões a associação é criada de fato com a mudança de nome para ADQ-UFPA, assim, surgindo vários questionamentos sobre a organização, quem eram/são esses sujeitos e se a associação seria um instrumento para a permanência na UFPA, bem como para a re/afirmação da identidade quilombola.

Em meio a essas discussões me questionava como observadora: o que a UFPA tem de políticas para esses sujeitos? Pois naquele momento o que se ouvia era que quando chegavam à universidade não tinham a quem procurar, não se conheciam e que era fundamental um ponto de encontro e de ajuda para esses estudantes. E sobre a identidade quilombola? Mediante que se tinham relatos que alguns estudantes negavam o ingresso na universidade pela reserva de vaga para quilombola.

Outros questionamentos pessoais foram feitos: a reserva de vagas para quilombolas, a identidade quilombola e permanência na UFPA poderiam ser discutidas numa dissertação? Após me aprofundar no tema, percebi que sua discussão é necessária e fundamental para a compreensão desses sujeitos na universidade e para que se possa repensar as questões relacionadas à permanência, pois promoverá reflexões importantes que vão para além do acesso ao ensino superior.

Mediante isso, buscou responder o principal objetivo desta pesquisa que foi: analisar como se estabelece a identidade e a luta pela permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Guamá, que ingressaram nesta instituição através da reserva de vaga para quilombolas no período de 2013 ao primeiro semestre de 2018.

E para atingirmos o principal objetivo proposto definimos como objetivos específicos: a) Fazer um breve apanhado sobre a política de ação afirmativa no Brasil e a implantação na UFPA; b) Discutir a partir da trajetória dos estudantes quilombolas da UFPA como ocorre o reconhecimento e a re/afirmação da identidade quilombola no espaço da Universidade; c) Apontar como os estudantes quilombolas se organizam para garantir a permanência na UFPA.

Assim, o aprofundamento da investigação e da análise orientada pelo problema de pesquisa escolhido, com a finalidade de melhor atender as perspectivas dos estudos das relações sociais envolvidos nessa pesquisa e para que viessem a contribuir para a compreensão do fenômeno observado optou-se pela abordagem qualitativa. Que para Maria Cecília de Souza Minayo (2009, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar o que

faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Nessas condições a abordagem qualitativa⁶ faz uso da subjetividade, possibilita o envolvimento entre sujeito e objeto, a qual também contribui para que possamos superar o positivismo-lógico da produção do conhecimento, possibilitando que a pesquisa leve em consideração o conjunto das representações materiais e simbólicas que se constroem a partir de diferentes visões de mundo, de seu contexto social, cultural e institucional.

Utilizamos também a pesquisa bibliográfica realizada a partir dela, a revisão da literatura existente sobre o tema, pois para Gil (2008, p. 50) a “pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesse sentido o levantamento bibliográfico é de suma importância para a pesquisa, pois “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50).

Também fizemos uso da pesquisa documental, que conforme nos remete Marconi e Lakatos (2009, p. 157) “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Assim, utilizei os documentos disponíveis junto aos registros da UFPA existentes sobre o tema, como atas, resoluções, pareceres, decretos, editais os quais pude ter acesso no decorrer da pesquisa. Gil (2008, p. 51) corrobora que:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Assim, os documentos utilizados na pesquisa documental para essa pesquisa são de primeira mão, de acordo com Gil (2008), pois utilizamos documentos oficiais que foram

⁶ Segundo Bogdan e Biklen (1994) a investigação qualitativa, surgiu no final do século XIX e início do século XX, atingindo o seu apogeu nas décadas de 1960 e 1970 por via de novos estudos e divulgação.

disponibilizados pela Universidade Federal do Pará, e outros documentos disponíveis na internet.

Ainda para a elaboração desse trabalho, o esforço metodológico se voltou à realização de um estudo etnográfico, já que pretendemos fazer uma descrição mais profunda do espaço desses estudantes na universidade e principalmente com maior ênfase para a sala da ADQ-UFPA a qual é o espaço que há maior concentração desses estudantes, sendo possível estabelecer uma relação mais próxima dentro de seu contexto social e cultural.

Devido à exiguidade do tempo para o desenvolvimento desse estudo, para não correremos o risco de chamar qualquer forma de investigação de etnografia, assim, achamos mais prudente chamarmos esse estudo de ensaio etnográfico do que nomeá-lo de fato como uma etnografia.

A utilização dos elementos da abordagem etnográfica se justifica pela necessidade de entender melhor como esses sujeitos que estão dentro da universidade constroem sua resistência, a identidade, como se relacionam com a realidade acadêmica e a luta para a permanência e (re)afirmação da identidade. Assim, este ensaio etnográfico é sobre/com as/os estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará e também com alunos desistentes.

O período de pesquisa de campo, observações e entrevistas ocorreram no período de outubro de 2017 a junho de 2018 e após a qualificação desse trabalho surgiu à necessidade de voltar a campo, de modo que, a partir de novembro de 2018 a janeiro de 2019 estive em campo buscando os estudantes quilombolas que desistiram do curso e aplicando-lhes entrevistas. Assim, como sustenta o método, para chegar a tais resultados, tentei fazer o exercício de participar ativamente das atividades realizadas por esses sujeitos, bem como participar das reuniões, seminários e principalmente do principal local de encontro desses sujeitos à sala da Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ). Procurei observá-los/observá-las, ouvi-los/ouvi-las e entender seus pontos de vista, ou seja, perceber o modo como compreendiam, vivenciavam o espaço da Universidade Federal do Pará.

A pesquisa etnográfica possibilitou, por meio de observações, de entrevistas com os estudantes quilombolas identificar alguns de seus desafios, dificuldades, conquista e perspectiva acerca da vida acadêmica a partir do ingresso através da política de ação afirmativa, por meio da reserva de vagas para quilombolas.

Mediante o exposto recorreremos a Geertz (2014, p. 31), o qual reforça que a etnografia é “[...] interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação

envolvida consiste em tentar salvar o "dito" num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis". Utilizaremos esse conceito para reforçar que essa pesquisa parte também de interpretações a partir de meu convívio enquanto pesquisadora, segundo as observações feitas durante a pesquisa de campo.

Apropriando-nos de Geertz (2014, p. 14) ao dizer que, o “etnógrafo ‘inscreve’ o discurso social: ele o anota. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimentos passados, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente”, durante o período do ano de 2017 as observações com/nos espaços desses sujeitos foram mais intensas e que me possibilitaram fazer diversas reflexões sobre a importância desse processo para as comunidades quilombolas, pois o estudo etnográfico se propõe trabalhar para além da superficialidade dos fatos analisados, preocupa-se em aprofundar a pesquisa do cotidiano e no cotidiano, de forma a mergulhar principalmente nas práticas sociais desenvolvidas pelo sujeito ao longo de suas trajetórias políticas, sociais, individuais e coletivas.

Além dos estudos de Geertz (2014), utilizamos os conceitos de Roberto Cardoso de Oliveira (2000) para melhor entender e aplicar os elementos da pesquisa etnográfica. Dessa maneira, Cardoso de Oliveira (2000, p. 18) mostra três características importantes para a pesquisa etnografia que são:

O *olhar*, o *ouvir* e o *escrever* podem ser questionados em si mesmos, embora, em um primeiro momento, possam nos parecer tão familiares e, por isso, tão triviais, a ponto de sentirmo-nos dispensados de problematiza-los; todavia, em um segundo momento - marcado por nossa inserção nas ciências sociais -, essas "faculdades" ou, melhor dizendo, esses *atos cognitivos* delas decorrentes assumem um sentido todo particular, de natureza epistêmica, uma vez que e com tais atos que logramos construir nosso saber. Assim, procurarei indicar que enquanto no olhar e no ouvir "disciplinados" - a saber, disciplinados pela disciplina - realiza-se nossa *percepção*, será no escrever que o nosso *pensamento* exercitar-se-á da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências voltadas a construção da teoria social. (Grifos do autor)

Durante a pesquisa de campo esses conceitos foram essenciais para a realização dessa pesquisa, pois um complementa o outro, sendo necessário olhar para si e para além dos símbolos, é preciso compreender o contexto a qual estão inseridos os estudantes quilombolas. Ouvir esses sujeitos, o que eles/elas têm a dizer, foi indispensável para compreendê-los.

Cardoso de Oliveira (2000, p. 21) aponta que, “portanto, se o olhar possui uma significação específica para um cientista social, o ouvir também goza dessa propriedade”, assim, resumidamente, o trabalho etnográfico exige explorar o uso dos sentidos para qualquer interpretação, primeiramente olhar e ouvir para depois escrever. Ainda nos apropriando de Cardoso de Oliveira (2000, p. 21-22) o qual nos remete a importância do uso desses sentidos:

[...] tanto o ouvir como o olhar não podem ser tornados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. Ambas complementam-se e servem para o pesquisador como duas muletas - que não nos percamos com essa metáfora tão negativa - que lhe permitem caminhar, ainda que tropeçante, na estrada do conhecimento. A metáfora, propositalmente utilizada, permite lembrar que a caminhada da pesquisa é sempre difícil, sujeita a muitas quedas. É nesse ímpeto de conhecer que o ouvir, complementando o olhar, participa das mesmas condições desse último, na medida em que está preparado para eliminar todos os ruídos que lhe pareçam insignificantes, isto é, que não façam nenhum sentido no corpus teórico de sua disciplina ou para o paradigma no interior do qual o pesquisador foi treinado.

Os sentidos se complementam, para que possamos, ao observar, poder compreender a realidade ou o mais próximo dela, pois o ato de escrever se “torna-se tanto ou mais crítica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 25). O ato de escrever deve ser exercitado em um gabinete, buscando comparar com as anotações de campo, no diário, nos rabiscos em nossas cadernetas de anotações, no que foi observado e escutado.

Nessas condições o ato de escrever pode ser o processo mais solitário e que talvez o que mais exige de todo o processo de pesquisa, porém, um processo necessário, pois é nesse momento de escrita que vamos construindo e reconstruindo conceitos. Dessa maneira, devemos entender que para escrever com excelência em nosso gabinete (nosso cantinho) onde produziremos nossos escritos, no qual traremos tudo àquilo que foi feito durante o período de pesquisas, com as observações, as entrevistas e as leituras feitas. Assim o escrever é textualizar é “trazer os fatos observados” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 25).

Assim, o pesquisador tem sua autonomia em seu métier, na conversão dos seus dados coletados no que ele olhou e ouviu, sendo que, esses dados considerando-os nunca puros, devido à dialética existente entre eles, pois podendo até em seu gabinete sofrer alterações no que foi observado, de maneira que são marcados pela interpretação do pesquisador, pois a subjetividade do pesquisador é levada em consideração. Mas sempre mantendo a ética que é

imprescindível para a escrita de qualquer trabalho acadêmico que exige um rigor das análises dos fatos observados, além de trabalhar com sujeitos sociais que precisam ser respeitados.

Nesse sentido, mantive o esforço para conduzir este ensaio etnográfico primando por relatar as subjetividades desse grupo, e recorrendo sempre os estudos e autores da área para compreender esses sujeitos para não comprometer as análises e tampouco fazê-las levando em considerações somente as minhas subjetividades e manter certa imparcialidade, para não comprometer os resultados finais da pesquisa.

Além de que, a transcrição dos trechos das entrevistas que aqui fizemos se optou por corrigir partes da ortografia, e o léxico no texto, mas não interferindo de maneira alguma o sentido das falas dos sujeitos entrevistados, somente para se evitar causar algum constrangimento. Ainda para a realização e viabilidade deste trabalho utilizei como base as técnicas tradicionais de pesquisa da antropologia como: o trabalho de campo, com uso de entrevistas com questões abertas, entrevistas⁷ intensivas⁸, observação participante, e análise de documentos.

A partir dos dados coletados, realizamos inúmeras reflexões teóricas na tentativa de responder às seguintes questões: Quem são estes sujeitos? Quais as dificuldades vivenciadas? Quais as estratégias que desenvolvem para a permanência na universidade? Quais os desafios e dilemas no espaço da universidade? Quais diálogos interculturais possíveis de serem realizados entre os saberes dos estudantes quilombolas e o conhecimento científico? De que forma o ingresso de jovens quilombolas nos cursos de graduação da Universidade Federal, através das políticas de cotas, contribui para a sua organização e a identidade? E como a Universidade Federal do Pará se preparou e/ou está preparada para receber esses estudantes quilombolas que ingressaram pela política de cota? Essas questões surgem da necessidade de compreender o processo de permanência dos estudantes quilombolas e de como esses estudantes estão se tornando protagonistas de suas próprias histórias.

⁷ “[...] A entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p. 134).

⁸ Alguns autores colocam a questão de qual dos dois tipos de entrevista é o mais eficaz, estruturado ou o não estruturado. Nas entrevistas semiestruturadas fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários *sujeitos*, embora se perca a oportunidade de compreender como é que os próprios sujeitos estruturam o tópico em questão. Se bem que este tipo de debates possa animar a comunidade de investigação, a nossa perspectiva é a de que não é preciso optar por um dos partidos. A escolha recai num tipo particular de entrevista, baseada no objetivo da investigação. Para além disso, podem-se utilizar diferentes tipos de entrevista, em diferentes fases do mesmo estudo. Por exemplo, no início do projeto pode parecer importante utilizar a entrevista mais livre e exploratória, pois nesse momento o objetivo é a compreensão geral das perspectivas sobre o tópico. Após o trabalho de investigação, pode surgir a necessidade de estruturar mais as entrevistas de modo a obter dados comparáveis num tipo de amostragem mais alargada. (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p. 135-136).

As análises realizadas ao longo desse processo se orientam e se fundamentam em matrizes e conceitos no campo da educação, da sociologia, história, geografia e da antropologia entre outras. Assim, essas áreas tiveram que ser integradas para pudéssemos guiar a pesquisa. De tal modo, temos uma pesquisa interdisciplinar que segundo Hilton Japiassu (1976, p. 81) “ao entrar num processo interativo, duas ou mais disciplinas ingressam ao mesmo tempo, num diálogo em pé de igualdade. Não há supremacia de uma sobre as demais. As trocas são recíprocas. O enriquecimento é mútuo”. É enriquecedor trabalhar com a interdisciplinaridade⁹, visto que há uma incoerência no trabalho com as disciplinas separadamente, devido ao ser humano precisar ser compreendido para além de campos específicos de saberes, pois precisa ser compreendido em sua totalidade. Nesse sentido, estudiosos e especialistas deveriam olhar para todas as áreas do conhecimento como uma postura interdisciplinar, que para Georges Gusdorf (1976, p. 26):

A exigência *interdisciplinar* impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as contribuições das outras disciplinas. Uma epistemologia da complementariedade, ou melhor da convergência, deve pois, substituir a da dissociação. À totalização incoerentes de palavras não compatíveis entre si, deve suceder a busca de uma palavra de unidade, expressão da reconciliação do ser humano consigo mesmo e com o mundo. (Grifos do autor)

A exigência interdisciplinar nesse estudo possibilitou transcender a especialidade, acolhendo as contribuições de outras disciplinas, superando a dissociação dos saberes entre elas. Assim, Japiassu (1976) nos chama a atenção para a importância da pesquisa interdisciplinar que para ele seria a superação de trabalhar isoladamente as disciplinas. Desse modo “tudo nos leva a engajar-nos cada vez mais na pesquisa das aproximações, das interações e dos métodos comuns às diversas especialidades. Eis o que chamaremos de “pesquisas interdisciplinares”” (JAPIASSU, 1976, p. 40). Concordando com o autor, o qual faz crítica em relação à fragmentação do conhecimento nas ciências humanas, e considera que hoje, em relação aos estudos e pesquisas, tudo nos leva ao engajamento de diversas disciplinas ao mesmo tempo.

Nesse sentido o campo me mostrou e possibilitou participar do dia a dia com esses sujeitos, fazendo com que eu reafirmasse meu compromisso enquanto pesquisadora, e fez com que eu me aproximasse do meu objeto de estudo e fazendo de algo desconhecido – o

⁹ Ver em JAPIASSU, 1976.

estudo sobre as relações raciais, imbricadas nos estudos sobre os estudantes quilombolas – se tornar parte fundamental da minha trajetória profissional e pessoal. E sobre as políticas de ações afirmativas que são essenciais para que possam superar as desigualdades existentes na sociedade.

3. BREVE ANÁLISE DOS DADOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS EM RELAÇÃO À SELEÇÃO DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA UFPA: EVOLUÇÃO, TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Buscar-se-á nesta seção, fazer uma breve análise dos dados disponibilizados pelo Centro de Indicadores Acadêmicos da UFPA (CIAC-UFPA) sobre o Processo Seletivo Especial (PSE) para comunidades quilombolas, cujo período analisado é referente aos primeiros seis processos seletivos, equivalentes ao primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2018. Nesta seção, também será analisada as políticas e programas institucionais da UFPA voltada para os estudantes, com ênfase para os programas e políticas institucionais destinadas especificamente aos estudantes quilombolas que ingressam pela política de ações afirmativas na referida instituição através da reserva de até duas vagas por acréscimo com a efetivação da Resolução N°. 4309, da Universidade Federal do Pará, além disso, será enfatizadas e analisadas as primeiras falas dos estudantes quilombolas sobre as políticas e programas institucionais da UFPA destinados a eles.

Assim, daremos início à verificação de alguns dados fornecidos pelo Centro de Indicadores Acadêmicos da UFPA (CIAC) sobre o número de estudantes quilombolas que ingressaram desde o período de 2013 ao primeiro semestre de 2018, as desistências e os concluintes que dará embasamento para fazermos afirmações e tirarmos algumas conclusões sobre o PSE para quilombolas na UFPA.

3.1 DADOS DO CIAC DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ SOBRE O PROCESSO SELETIVO ESPECIAL PARA QUILOMBOLAS: INGRESSO, CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, TRANCAMENTO DE MATRÍCULA E CONCLUINTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

As análises dos dados atinentes ao Processo Seletivo Especial (PSE) para Quilombolas, o qual é realizado e implementado através da Resolução n°. 4309, de 27 de agosto de 2012 da Universidade Federal do Pará, sendo parte essencial desse estudo. Nesse sentido, os dados foram obtidos junto ao Centro de Indicadores Acadêmicos da UFPA (CIAC) dizem respeito ao ingresso, evasão e término do curso de graduação desses estudantes. Além disso, por meio dos dados, das observações e das entrevistas realizadas junto a esses

estudantes, foi possível descrever com mais exatidão como vem ocorrendo o processo de permanência e identidade desses estudantes na UFPA.

Retomando as discussões sobre a adoção das políticas de ações afirmativas no ensino superior é importante ressaltar que desde ano de 2000 várias Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de todo o país passaram a fazer adoção de políticas de ações afirmativas de cunho Étnico-Racial e social. Cabe salientar que o sistema de cotas tem promovido o ingresso da população que não adentrava a universidade pública, assim, temos a partir das ações afirmativas o ingresso da população em vulnerabilidade social e econômica, a saber: negros e negras, pessoas com deficiências, indígenas e quilombolas nas universidades públicas brasileiras, e a Universidade Federal do Pará faz parte desse processo ao aderir às políticas de ações afirmativas para o ingresso no ensino superior.

Nessa perspectiva, a UFPA é uma das primeiras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a adotar as políticas de ações afirmativas, aderidas no ano de 2005, constituída primeiramente com o sistema de cotas sociais para os estudantes que cursaram todo o ensino médio em escola pública e com no mínimo 40% (quarenta por cento) dessas vagas destinadas aos candidatos que se declararem pretos ou pardos e optarem por concorrer ao sistema de cotas referente a candidatos negros, e posteriormente em 2009, com a reserva de duas vagas por acréscimo para indígenas e em 2012 foi reservado duas vagas por acréscimo para quilombolas e em 2018 a reserva de uma vaga para Pessoas com Deficiência (PcD).

Ressaltando que o Processo Seletivo Especial para quilombolas surge na UFPA como pauta e reivindicação do movimento negro, demandadas da necessidade da educação superior, e em busca da superação e correção das desigualdades educacionais impostas a esses sujeitos durante o período colonial e que perduram na atualidade, assim, surgindo também como reparação mediante a escravidão. Nesse sentido Paula (2008, p. 47) analisa que:

São inúmeras as iniciativas da sociedade civil organizada no campo da luta pela igualdade racial no Brasil. Se tomarmos o movimento negro como referência, constatamos que sua luta se desenvolveu no pré-abolição em diferentes campos: nos quilombos, nas rebeliões urbanas e rurais, nas irmandades religiosas e em muitos outros. Mas, desde a pós-abolição e a suposta liberdade, a maior demanda desse movimento está centrada na educação da população afro-brasileira.

Convém salientar a importância das ações afirmativas para as comunidades quilombolas, a fim reparar as distorções e desigualdades sociais, se tornando um importante

instrumento para que haja de fato a efetivação de medidas que garantam o acesso à educação superior e que oportunizem a esses sujeitos melhores condições de vida. Segundo Beltrão (2009, p. 14) corrobora que:

O sistema de cotas tem por propósito amenizar e corrigir, em parte, a gritante desigualdade e exclusão preconizada pelas práticas tradicionais de seleção adotadas nas universidades brasileiras, que não levam em conta as disparidades da formação básica dos estudantes em escolas públicas e em escolas privadas, além da exclusão percentual do ingresso de estudantes negros, indígenas e portadores de necessidades especiais.

Com base em Beltrão ressalto que anterior às políticas de cotas as instituições de ensino ofereciam vagas universais para todos, mas de maneira que não atendia uma parcela significativa da sociedade brasileira, como a periferia, a juventude negra, camponeses, alunos da escola pública, entre outros. Segundo Nilma Lino Gomes (2012, p. 738):

[...] à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam a grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas.

Gomes (2012) retoma a análise sobre a luta do movimento negro em prol de políticas públicas para a educação e assim, se tem a luta por políticas de cotas emergindo como fator principal no contexto de lutas, nesse sentido, Paula (2008, p. 233) corrobora que “sem políticas afirmativas, a mudança social será muito lenta, retardando a instituição de uma igualdade racial efetiva baseada na justiça e na equidade de direitos”.

Desta maneira, o estudante quilombola Abdias do Nascimento ressalta a importância da política de cota para quilombola que:

Para mim, no meu ponto de vista falando sobre cotas é a palavra chave do nosso ingresso aqui na UFPA. A gente sabe se não fosse essa política, se algum dia a gente iria ter essa oportunidade de fazer o ensino superior, então essa é a palavra-chave, que nos garante, que nos dá esse direito, de poder adentra e fazer o ensino superior tanto pra minha comunidade, como pra todas as outras que tem pessoas que já adentraram no ensino superior. Então a gente ainda ver esse discurso que não era pra ter, que é contra as cotas raciais, então a gente imagina que se não tivesse essas cotas como iríamos ter uma oportunidade de fazer o ensino superior, de adentra a universidade, a

gente sabe que o ensino que a gente tem não é o suficiente pra pode competir de igual, comparando com o ensino urbano, então esse projeto de cotas é a base que nos possibilita, e nos dá às melhores condições de adentrar no ensino superior.

Nessa perspectiva, o estudante quilombola Abdias do Nascimento analisa que, se não existisse a política de cotas, dificilmente eles teriam acesso ao ensino superior, haja vista que, as dificuldades enfrentadas no decorrer da trajetória escolar os colocam em situações desiguais em relação a estudantes da cidade e enfatiza que a política de cota é uma oportunidade para adentrar ao ensino superior.

Pode se observar a importância da política de cota da UFPA para as comunidades quilombolas nas narrativas abaixo dos estudantes quilombolas Ângela Davis, Luiza Mahin e Zumbi dos Palmares os quais ressaltam que:

A prova dos quilombolas dá uma oportunidade muito grande para todos nós, eu vejo que a maioria que entrou comigo está se formando, e muitos dando retorno pra sua comunidade de alguma maneira, participando de algum projeto, de alguma ação, e 90% desse povo que está na UFPA hoje, pela prova dos quilombolas não teria condição de entrar pelo Enem, não porque, não tivesse a capacidade de passar, porque não tinha oportunidade de fazer um bom cursinho, não tinha quem ajudasse a fazer uma boa redação, não tinha quem ensinasse outras matérias pra gente. (Zumbi dos Palmares)

Eu fiz também o ENEM, mas não conseguir passar, então o PSE ele foi importante nesse sentido que eu achava que coisa de universidade era pra gente rica, a partir desse momento que começou esse processo do PSE vi que muita gente estava vindo para cá, conseguido passa e não custava tentar. (Ângela Davis)

Eu estudei muito pra eu passar na prova quilombola, mas pro ENEM já é outro nível já, é outra coisa, é mais concorrência, é mais difícil, não que não seja difícil passar na prova quilombola, mas a comunidade, a associação quilombola é muito importante. (Luiza Mahin)

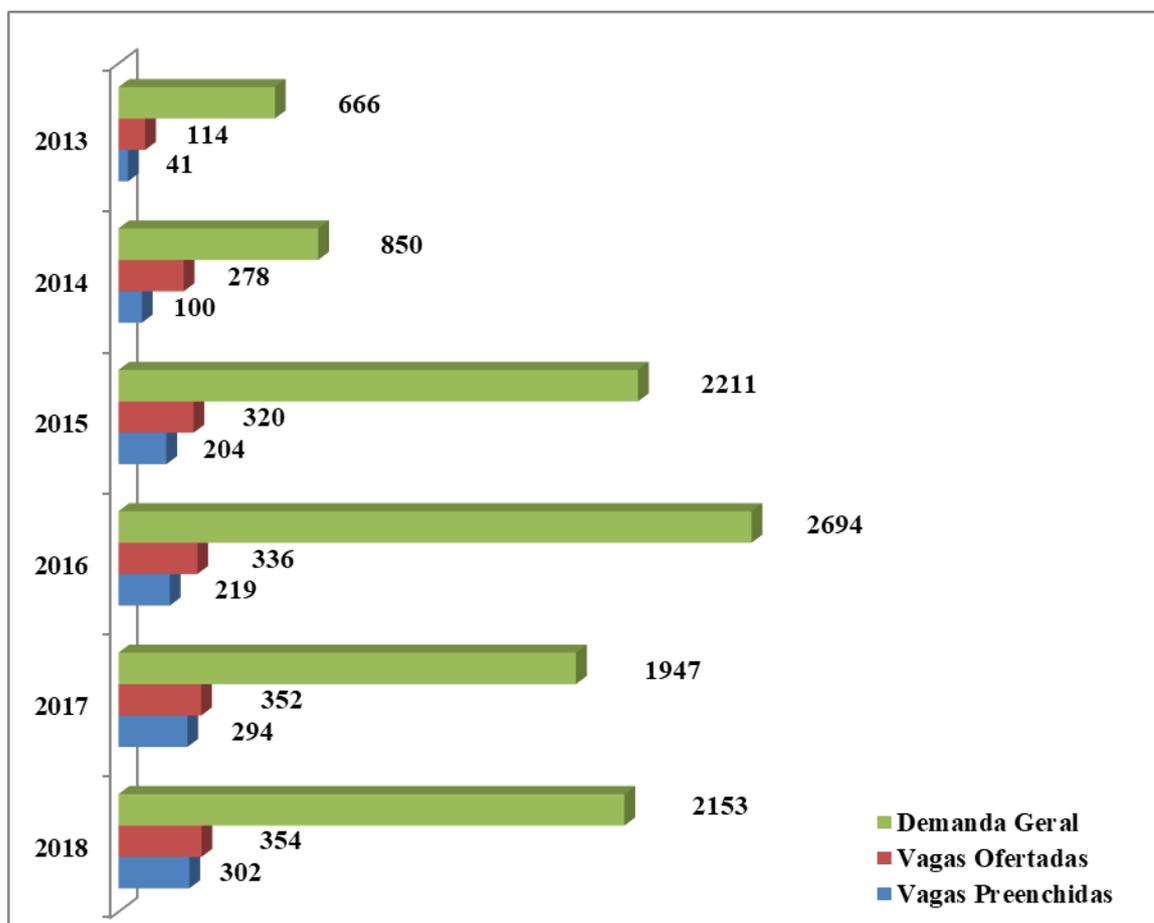
Analisando as falas acima, é possível reafirmar a importância que esse processo tem para esses estudantes, considerando-se que, para muitos é a única oportunidade de ingressar no ensino superior devido a vários fatores, entre eles a escolarização ofertada a essas comunidades. Beltrão (2011, p. 31) reitera que “o edital de seleção para as vagas reservadas, ao abraçar a pertença étnica como critério fundamental, está vislumbrando a necessidade de tal política beneficiar não somente um indivíduo, mas o grupo ao qual ele pertence”.

Ainda para a autora (2011, p. 31) salienta ainda que “ao justificarem o interesse pela formação superior, fazem referência à vontade de atuar junto à comunidade, resolvendo

problemas cotidianos e questões políticas das relações com a sociedade envolvente”, esse processo é fundamental tanto para os sujeitos como para as comunidades quilombolas.

Diante das falas acima dos estudantes quilombolas daremos início às análises dos dados disponibilizados pelo CIAC. Sendo que, durante os 06 Processos Seletivos Especiais (PSE) realizados pela Universidade Federal do Pará, destinados a comunidades quilombolas através da Comissão Permanente de Processos Seletivos (COPERPS) para as comunidades quilombolas. Atualmente há muitos estudantes quilombolas adentrando a universidade através desse processo, como podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Demonstrativo da oferta, da demanda e do número de estudantes quilombolas que ingressaram no ensino superior na UFPA nos anos de 2013 a 2018.

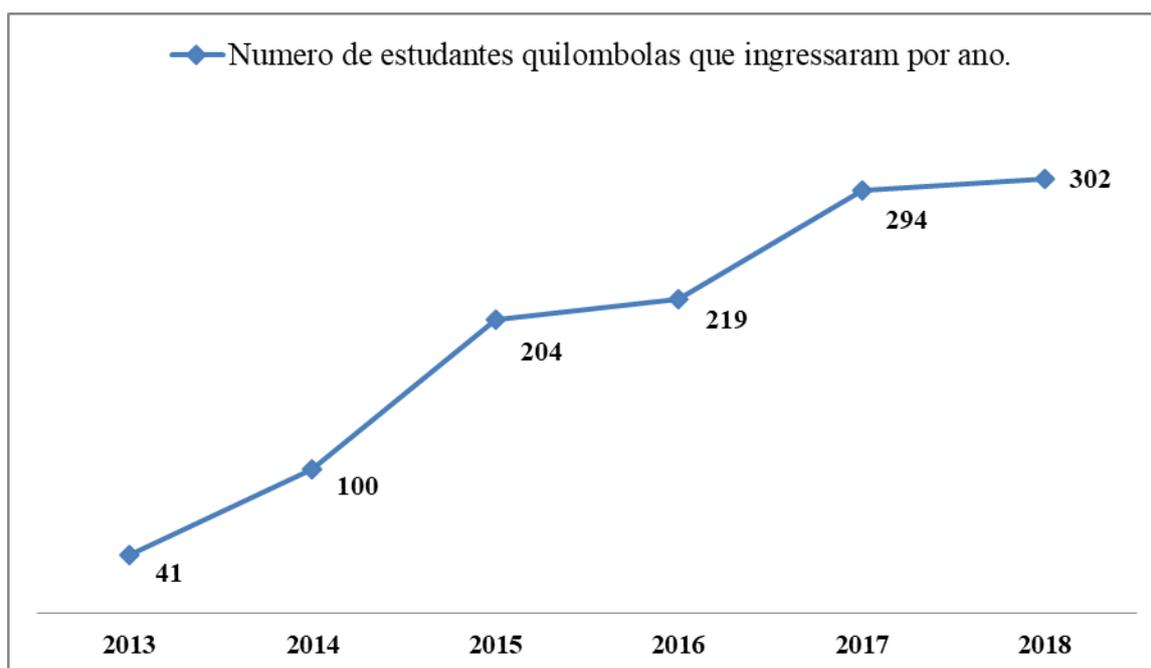


Fonte: CIAC-UFPA (2018)

Reiteramos que o período analisado do PSE equivale ao ingresso de estudantes quilombolas desde o primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2018. Portanto, conforme o gráfico 1, podemos verificar que no decorrer da realização dos processos

seletivos, as demandas de sujeitos aumentaram consideravelmente a cada ano. É possível também verificar que há grande disparidade entre o número de vagas ofertadas e o número de inscritos no processo seletivo, fazendo com que seja necessário que esse processo seja reavaliado pela UFPA em relação à quantidade de vagas reservadas aos quilombolas, pois desde a criação da resolução em 2012 é reservada somente até duas vagas por acréscimo para quilombolas nesse processo seletivo, entretanto, desde o primeiro processo há o aumento do número de candidatos, assim, é perceptível um crescente aumento no número de estudantes quilombolas que ingressaram no período de 2013 a 2018, como podemos observar no Gráfico 2.

Gráfico 2: Quantitativo de estudantes quilombolas que ingressaram por ano na UFPA.



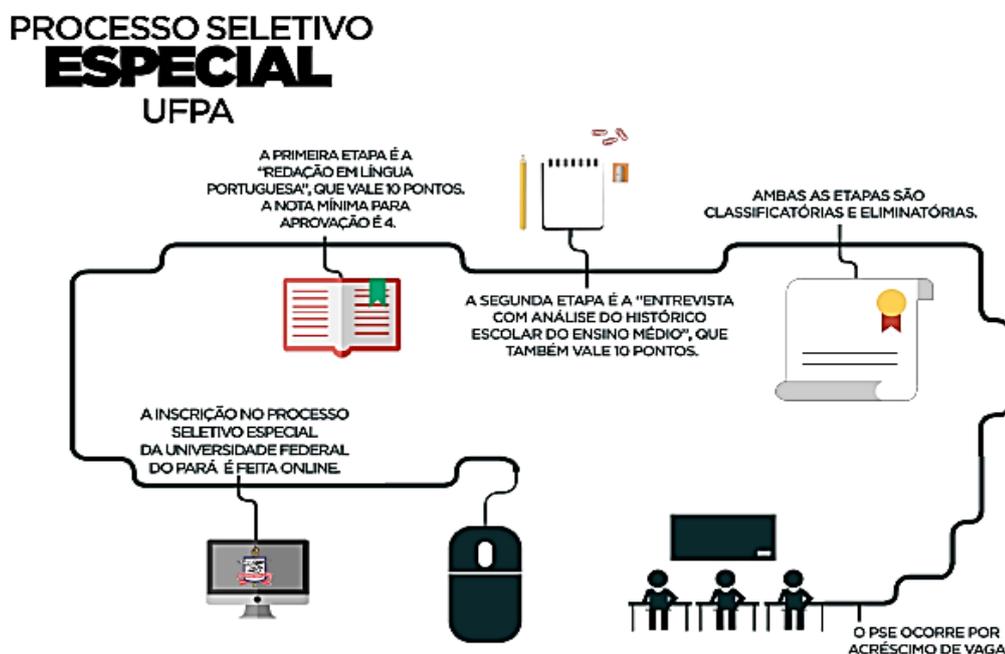
Fonte: CIAC-UFPA (2018)

Assim, do primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2018 ingressaram na UFPA 1163 estudantes quilombolas. É importante ressaltar que a cada processo realizado há o aumento do número de estudantes que ingressam nesta instituição por meio da reserva de vaga para quilombolas. Já no ano de 2013 e 2014 foram os dois anos com menor número de inscrição de candidatos quilombolas, podemos justificar com base de que nesses dois processos havia pouca informação e divulgação do PSE para quilombolas, portanto, podemos inferir que esse pode ter sido um dos motivos de haver pouca demanda nos dois primeiros

processos realizados. E posteriormente do ano de 2015 a 2016 houve um considerável aumento na demanda e no ingresso de quilombolas na UFPA. Por conseguinte, nos anos de 2017 a 2018 houve mais um crescente em relação ao ingresso de estudantes quilombolas. Portanto, do ano de 2018 em relação ao ano de 2013 o número de estudantes quilombolas que ingressaram foi quase nove vezes maior.

É importante destacar que, as comunidades quilombolas do Estado do Pará são comunidades camponesas e o acesso à informação é bastante limitado, o que se dá também pela dimensão territorial, assim, em alguns lugares as informações demoram mais a chegar, dificultando os primeiros anos desse processo, de tal modo que, muitos possíveis candidatos não tiveram conhecimento do processo em 2012, pois a divulgação do edital e a inscrição o processo acontece quase que exclusivamente via internet. A figura abaixo mostra resumidamente como ocorre o processo de inscrição.

Figura 4: O processo de inscrição no Processo Seletivo Especial para Quilombolas na UFPA.



Fonte: UFPA.

A professora Zélia Amador de Deus (2013) concedeu uma entrevista para o Portal Carta Maior e faz algumas ressalvas em relação às etapas do Processo Seletivo Especial para comunidades quilombolas da Universidade Federal do Pará, pois para ela é imprescindível

que quando uma política é destinada a certo grupo social, significa que esta política necessita alcançar esses sujeitos, assim, salienta que:

Quando você tem uma política pública, e essa política pública é para alcançar determinado sujeito, ela deve ser dotada de mecanismos que permitam o alcance daqueles sujeitos específicos. Se ela não vem com esses mecanismos, ela não vai conseguir alcançar 100% do público a quem se destinam as ações afirmativas.

Haja vista que, é um processo diferenciado e esse tem que atender as necessidades desses sujeitos, bem como atentar para a realidade das comunidades quilombolas, já que muitas comunidades quilombolas ainda não possuem acesso à energia elétrica e, assim, sem acesso a internet. Além disso, no Estado do Pará, segundo dados da Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (MALUNGO) até o ano de 2018 tem-se um número de 420 comunidades remanescentes de quilombos no Estado do Pará, conforme demonstra a Figura 6. Ainda em relação às dificuldades de acesso a informações sobre o Processo Seletivo Especial (PSE) chegarem às comunidades quilombolas, a estudante quilombola Beatriz Nascimento ressalta que:

Não chegava a informação desse processo pra gente, nós não tínhamos essa informação de que aqui tinha reserva de vaga para quilombola, não sabíamos, e no ano que nós soubemos, que foi um amigo do meu irmão que falou que ele tinha visto no jornal, foi o ano que nós nos inscrevemos.

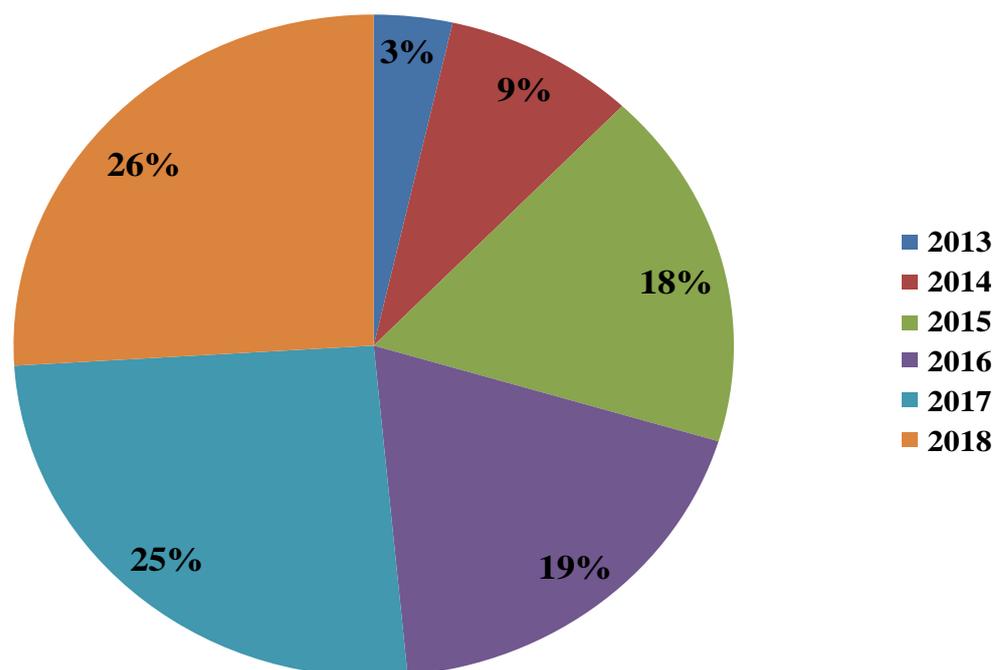
No primeiro dia do meu processo 2016/2017 nós viemos e estava uma data da prova e essa prova foi adiada e como nós não tínhamos nada de informação, nós não soubemos do adiamento, os meus irmãos pagaram passagem, eu como já estava morando aqui eu não paguei, mas eles pagaram passagem pra vim fazer a prova no caso [...] como nós somos de longe a gente não tinha informação alguma, foi isso que eu discuti com o diretor do CIAC, do CEPS não sei bem, questionando.

Há um longo processo até que as informações de fato cheguem às comunidades mais longínquas e para esses sujeitos quilombolas algumas situações se tornam complexas como a estudante quilombola relata acima o fato ocorrido com seus irmãos. Assim, o estudante quilombola Zumbi dos Palmares corrobora que:

Quando eu comecei a ouvir falar da prova dos quilombolas já tinha se passado dois processos, bem pouca gente fez, não era divulgado, em 2014 já teve uma divulgação maior e foi aí que eu soube desse processo e me inscrevi.

ingresso, o que equivale aos seis primeiros processos seletivos já realizados que compreende o ano de 2013 a 2018.

Gráfico 3: Porcentagem do número de estudantes quilombolas que ingressaram por ano na UFPA, compreendidos no período do primeiro de 2013 ao primeiro semestre de 2018.



Fonte: CIAC-UFPA (2018).

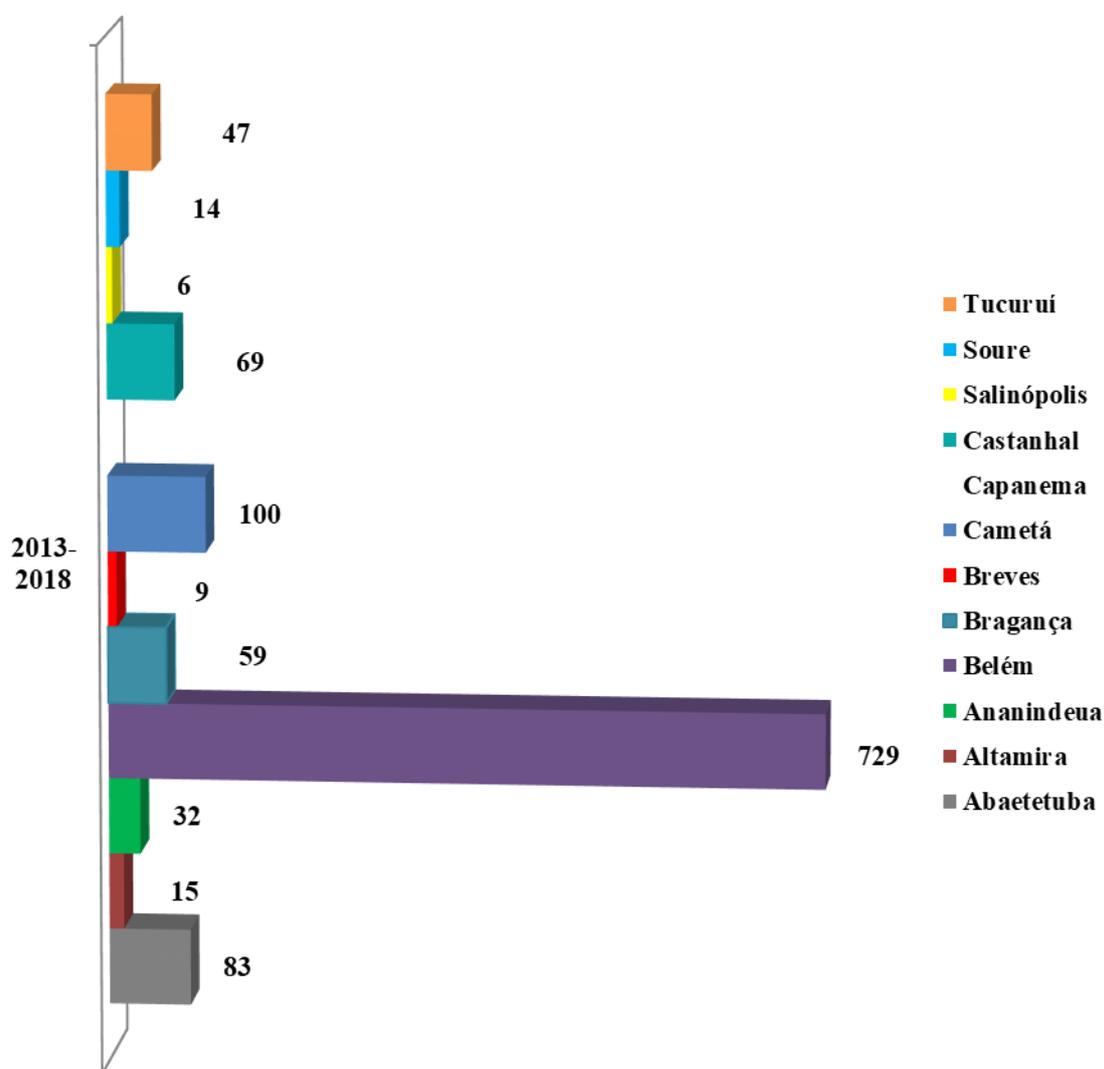
Por conseguinte, segundo dados disponibilizados pelo CIAC-UFPA (2018) revelam que a UFPA possui um total de 1163 estudantes quilombolas distribuídos em seus 12 campus. Logo, as políticas de ações afirmativas de acesso ao ensino superior da UFPA trouxeram a presença significativa de estudantes indígenas, quilombolas, negros, deficientes e de estudantes da escola pública, compreendendo uma maior diversidade de sujeitos na universidade e em cursos que historicamente eram majoritariamente ocupados por uma elite. Santos (2009, p. 183) ressalta que:

As políticas de acesso ao ensino superior trouxeram a presença significativa de estudantes pretos e pobres a cursos que historicamente não se observava esta “nova presença”. Tais estudantes foram identificados como “aqueles que entraram pela janela” ou que “tiraram a vaga de outros mais capazes ou preparados”. Os estudantes ingressos pelo sistema de reserva de vagas

também encontraram inúmeras e agudas dificuldades para se manter no curso superior.

Evidenciamos também que nos 12 campus da UFPA ingressou um total de 434 estudantes quilombolas, sendo que a universidade multicampi tem papel fundamental na democratização do acesso no ensino superior. A seguir veremos o número de estudantes quilombolas ingressos do ano de 2013 a 2018 na UFPA por campus.

Gráfico 4: Número de estudantes quilombolas por campus da UFPA de 2013 a 2018.



Fonte: CIAC-UFPA

Mediante o gráfico acima, podemos verificar que os campus da UFPA que possui maior número de estudantes quilombolas respectivamente são: o Campus do Guamá (Cidade

Universitária José da Silveira Neto) lócus da pesquisa, o Campus de Cametá, o Campus de Abaetetuba e o Campus de Castanhal, observando os últimos três campi, estes são os mais próximos a Belém, com maior facilidade de acesso e deslocamento.

É importante destacar o panorama geral dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará em torno da situação da matrícula dos discentes, o qual se verifica que é grande disparidade entre matrículas ativas e concluintes, e é possível analisar o número de matrícula cancelamento desses estudantes.

Assim, é possível observar no Quadro 5 abaixo, que há um número expressivo de estudantes quilombolas que cancelaram a matrícula, a afirmação pode ser comprovada através de dados disponibilizados para esse estudo por meio do Centro de Indicadores Acadêmicos da UFPA (CIAC). No quadro a seguir, podemos observar de maneira geral a situação da matrícula dos estudantes quilombolas que estavam matriculados no primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2018:

Quadro 5: Situação da matrícula dos estudantes quilombolas da UFPA do ano de 2013 ao primeiro semestre de 2018.

SITUAÇÃO DA MATRÍCULA DOS ESTUDANTES	TOTAL
Ativo	1043
Cancelado	109
Concluído	09
Trancado	02

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Observando o quadro acima, é possível fazermos algumas reflexões em torno do cancelamento das matrículas desses estudantes, como: Quem são esses estudantes? Estão em quais cursos e institutos? A falta de recursos financeiros contribui para o cancelamento da matrícula? Quem são os professores? A sua identidade política e cultural é valorizada? O que de fato faz com que haja a desistência? Essas perguntas precisam ser respondidas pela instituição através de pesquisas com esses estudantes. Trataremos dessas questões na IV seção a partir das vozes desses estudantes.

Deste modo, o Campus do Guamá (Cidade Universitária José da Silveira Netto) tem o maior número de estudantes matriculados e em vista disso na mesma perceptiva, o índice de

matrícula cancelada é proporcional. E o Campus de Tucuruí é o campus do interior com maior número de cancelamento de matrícula, com 11 matrículas canceladas, que correspondem principalmente aos cursos de engenharia. Como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 6: Número de estudantes, cancelamento, trancamento e conclusão por campus.

CAMPUS	MATRICULADO	CANCELADO	TRANCADO	CONCLUÍDO
Abaetetuba	83	06	02	02
Altamira	15	01	--	--
Ananindeua	32	01	--	--
Bragança	59	04	--	01
Castanhal	69	02	--	01
Salinópolis	06	--	--	--
Tucuruí	47	11	--	--
Breves	09	01	--	--
Soure	14	--	--	--
Cametá	100	05	--	--
Belém	729	78	--	05
TOTAL	1163	109	02	09

Fonte: Fonte: elaborado pela autora, 2018.

É importante ressaltar que os dados obtidos são disponibilizados a partir do vínculo institucional desses estudantes, não significa que esses não contenham equívocos, em razão de pode haver estudantes que abandonaram o curso e não comunicaram a universidade, ou pode ocorrer de estarem matriculados e não estarem frequentando as aulas, pois não há acompanhamento desses estudantes na UFPA, assim, estar matriculado não garante que de fato esteja estudante esteja frequentando as aulas.

Até o primeiro semestre de 2018 foi possível verificar que dos 141 estudantes quilombolas que ingressaram na instituição, apenas nove concluíram o ensino superior. Assim, restando 132 estudantes sem terem concluindo o curso e que estão em período de conclusão se levarmos em consideração cursos de duração de 5 anos para aqueles que ingressaram em 2013 e cursos de duração 4 anos de duração para aqueles que ingressaram em

2014, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de se pensar em políticas institucionais de acompanhamento para a verificação do que tem levado esses estudantes a ainda não terem concluído o curso, o que será possível através de diálogos com esses estudantes e com ações que visem corrigir as problemáticas enfrentadas

Siss (2008, p. 09) faz as seguintes reflexões:

Democratizar o acesso à universidade é um passo. Entretanto, como se viabiliza a democracia de realização dos alunos negros e indígenas, quando comparados aos alunos brancos das universidades brasileiras? Quais os mecanismos que asseguram a permanência não subalternizada desses alunos na universidade? O que nos ensinam as experiências de universidades pioneiras na implementação das políticas de cotas étnicas ou racialmente definidas?

Essas reflexões são fundamentais para que a universidade possa perceber a necessidade de estarem reavaliando e repensando esse processo. Como analisa a estudante quilombola Tereza de Benguela:

Ela facilitou a nossa entrada, mas dar um suporte pra que a gente permaneça na universidade, isso ela não deu, mesmo porque a gente passa esses três meses sem receber, sem ajuda que eles nos dão agora após três meses, porque tem todo o processo de cadastro, de análise, sem contar que essa ajuda pro estudo, mas pra gente permanecer precisa de muito mais, principalmente em relação ao curso, a gente precisa de mais conhecimento e também pessoas que nos direcionasse no curso e também na nossa permanência na universidade, porque são culturas diferentes, pessoas diferentes dos nossos costumes, e ela deveria dar mais subsídio para gente, pra que a gente possa permanecer.

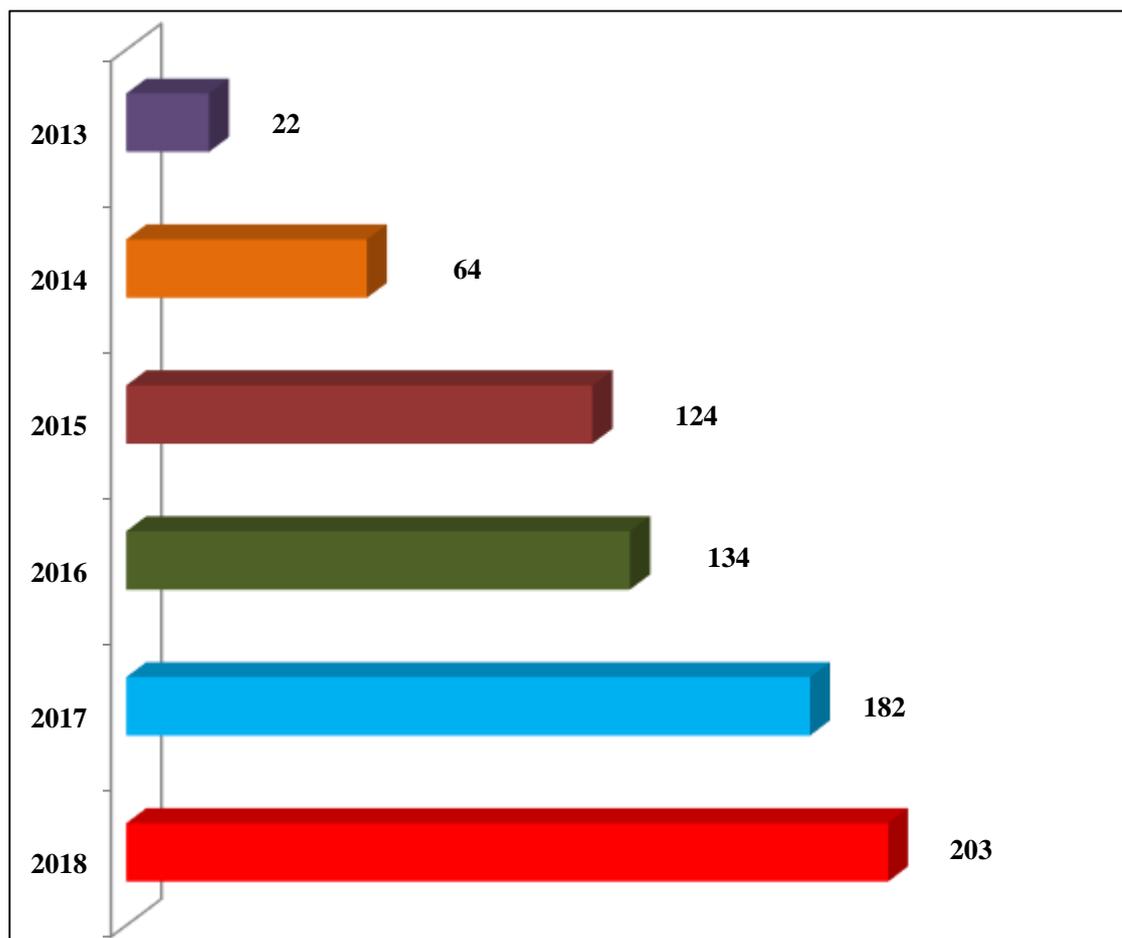
Pois segundo a Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira do IBGE (2018, p. 104) em relação à permanência e conclusão do ensino superior ressalta que:

As melhorias recentes no acesso ao ensino superior não foram suficientes para superar o baixo percentual da população brasileira com ensino superior completo, o perfil de rendimento mais privilegiado de seus estudantes, a persistente desigualdade nas taxas de ingresso por rede de ensino médio frequentado e as barreiras econômicas impostas aos jovens para dar continuidade aos seus estudos.

A partir das considerações já expostas, daremos ênfase nas análises referentes aos estudantes quilombolas do Campus do Guamá, pois este foi escolhido como lócus da

pesquisa, assim, reitera que ingressou um total de 729 estudantes quilombolas nos diversos cursos e institutos por ano como demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 5: Número de estudantes quilombolas por ano de ingresso na UFPA/Campus Guamá compreendido entre o primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2018.



Fonte: CIAC-UFPA.

No Campus do Guamá até o segundo semestre de 2018, há um número total de 729 estudantes quilombolas e cresce consideravelmente em casa processo. Podemos visualizar no quadro abaixo a distribuição dos estudantes quilombolas no Campus supracitado por institutos, assim, é possível verificar quais os institutos que há maior evasão dos estudantes quilombolas, optou-se em não elencar o nome dos cursos desses estudantes, a fim de que estes pudessem se sentir mais à vontade para a entrevista.

Quadro 7: Números de estudantes quilombolas matriculados e cancelamento na UFPA por instituto do ano de 2013 a 2018.

Faculdade/Instituto	Nº de Matrícula por Instituto	Nº de Cancelamento de Matrícula por instituto
Instituto de Ciências da Educação	47	04
Instituto de Ciências da Saúde	90	08
Instituto de Ciências Exatas e Naturais	66	17
Instituto de Ciências Jurídicas	33	00
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	112	11
Instituto de Tecnologia	138	19
Instituto de Ciências Biológicas	47	06
Instituto de Letras e Comunicação	63	04
Instituto de Ciências da Arte	28	02
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	72	04
Instituto de Geociências	18	03
Instituto de Educação Matemática E Científica	13	01
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural	02	00
TOTAL	729	79

Fonte: Fonte: elaborado pela autora, 2018.

No Campus do Guamá, existe um maior número de vagas e maior demanda, com aumento considerável a cada processo seletivo. No Campus do Guamá 12 institutos e 01 núcleo têm estudantes quilombolas que ingressaram pelo processo de reserva de vagas, entre os institutos com maior número de ingressos de estudantes quilombolas são respectivamente, o Instituto de Tecnologia (ITEC), o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Instituto de Ciências da Saúde (ICS) e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

O Instituto de Tecnologia (ITEC) da UFPA possui a maior número de estudantes que ingressaram através da reserva de vaga para quilombolas, porém há o maior número de cancelamento de matrícula, e que na maioria das entrevistas realizadas esses estudantes relatam vários fatores influenciam na evasão e nas dificuldades com o curso, como a

fragilidade da educação básica, a falta de compreensão por parte dos professores e colegas em sala de aula que não compreenderem o processo diferenciado, a não adaptação no, entre outros.

Na subseção a seguir, daremos ênfase aos programas de assistência e integração para os estudantes da Universidade Federal do Pará, pois é necessário analisamos as políticas e programas institucionalizados que são específicos da universidade para os estudantes quilombolas.

3.2 PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL: ANÁLISE DOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ PARA ESTUDANTES QUILOMBOLAS

Um dos fatores importantes que devem ser considerados e analisar é se existem programas e projetos voltados à valorização da identidade e a permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará e quais são, assim, será analisada nesta subseção se há e quais são as políticas institucionais específicas para esses estudantes, utilizaremos para essa análise o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2016-2025) da UFPA. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional a Universidade Federal do Pará sobre os programas para os estudantes de graduação da universidade, esta possui dois tipos de políticas institucionais que são: os programas de integração estudantil e os programas de assistência estudantil.

A assistência estudantil se dá por alguns programas que são regidos através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), decreta em seu artigo 1º que “O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010).

Além de que, o seu Art. 2º mostra quais os objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que são:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Assim, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025 da UFPA é ressaltado que, a assistência estudantil deve ser indissociável do tripé ensino, pesquisa e extensão, pois tem que a perspectiva de possibilitar à inclusão dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e possibilitando a participação desses estudantes nas atividades acadêmicas com as mesmas condições de outros discentes, assim é oferecida assistência básica para que direitos sociais sejam garantidos, principalmente as suas necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Ainda de acordo com o PDI da UFPA em relação à assistência estudantil este se refere que:

“[...] diante da complexidade das necessidades do ser humano, a Política de Assistência Estudantil no contexto do Ensino Superior não pode atender apenas às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Tendo como prioridade o estudante em vulnerabilidade socioeconômica, para o objetivo de uma formação ampla dos graduandos, outras ações devem ser realizadas, a partir de um caráter universal por meio de programas e projetos de Atenção à Saúde (física e mental); Incentivo à Formação de Cidadania e Cultura; Esporte e Lazer, Acessibilidade, Inclusão digital, Ensino de Línguas Estrangeiras e Apoio Pedagógico visando ao bem-estar, à redução das retenções e de evasão escolar, e ao aumento de desempenho acadêmico. Todas essas ações devem fazer parte da Assistência Estudantil no contexto universitário, a fim de colaborar com a formação ampliada dos estudantes, para além da sua formação acadêmico-profissional” (PDI, 2016-2025, p. 125).

Institucionalmente a Universidade Federal do Pará tem o Programa Institucional de Assistência e Integração Estudantil (PROAIS) voltado para o processo de democratização das condições de permanência e de formação acadêmica como direito social dos estudantes da UFPA e busca a inclusão dos quais estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica para que possam concluir o curso superior e visando também a diminuição da evasão e retenção desses estudantes de forma com uma formação integral, sejam eles oriundos de nossa região, de outros estados ou de outros países.

Atualmente a política de assistência é coordenada pela Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria.

Esses programas têm papel fundamental para que o estudante conclua o curso de graduação, principalmente os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois muitos estudantes se mantêm por meio dos auxílios e bolsas que a

instituição disponibiliza, visto que há um movimento intenso entre repetência e evasão, dessa maneira, a permanência tem que ser garantida para além do acesso. Apoiando-nos em Paula (2004, p. 190) ao ressaltar que:

A democratização do acesso requer também uma mudança de concepção da própria universidade, que deve prover recursos para a permanência do estudante no curso, pois “nem sempre a igualdade de condições (equidade) será assegurada com o ingresso na Universidade”, apesar dos esforços dos serviços de assistência estudantil. É fato que os estudantes mais pobres, cotistas ou não, “enfrentam maiores dificuldades, tanto de cunho financeiro quanto acadêmico, que seus colegas de classe média”.

Assim, o processo de democratização do acesso ao ensino superior não termina com o acesso, pois corresponde apenas o primeiro passo, de modo que, perpassa pela garantia da permanência dos estudantes na universidade e consistir em garantir subsídios através de políticas e programas para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam concluir o curso superior, conforme Santos (2009, p. 78) “Uma efetiva democratização da educação requer, certamente, políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional”.

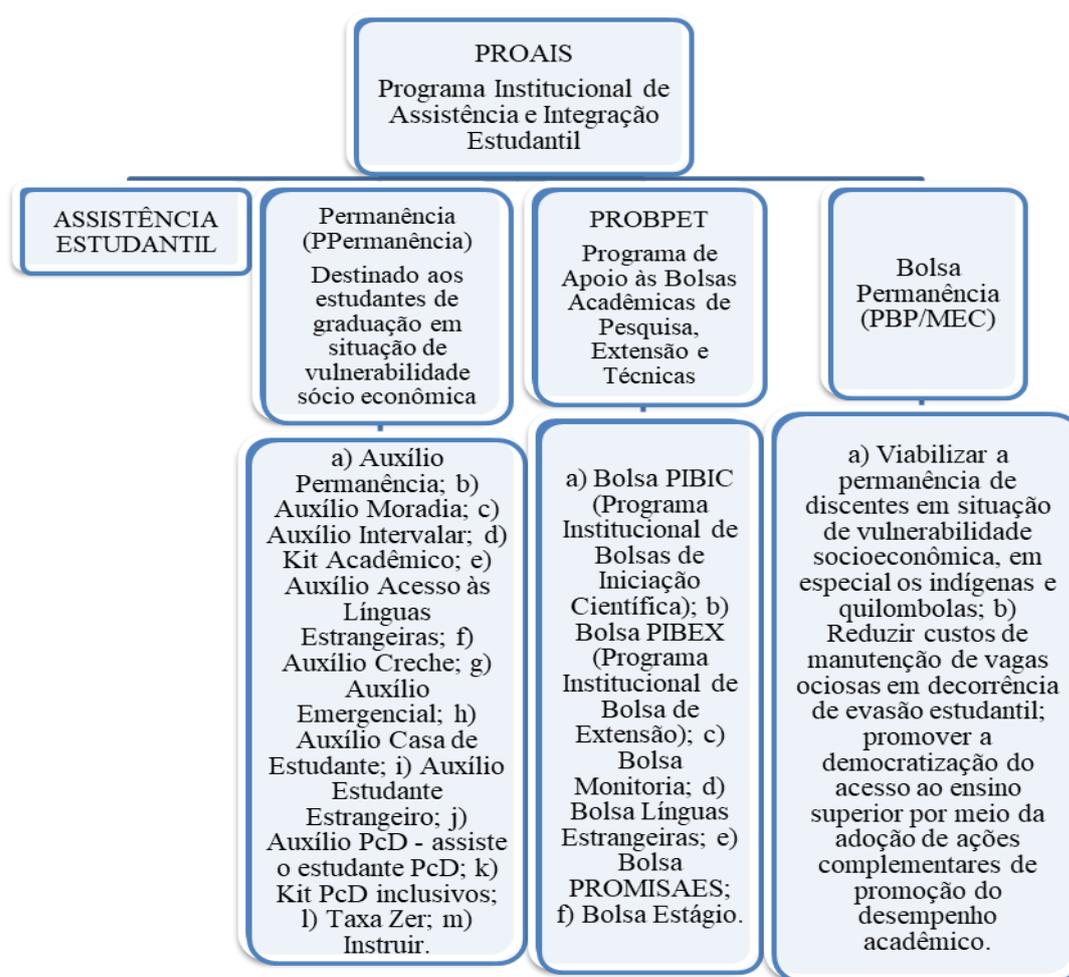
No entanto, é preciso garantir através de programas e políticas institucionais a permanência dos estudantes quilombolas na universidade. Conforme Beltrão (2011, p. 34) “para além das questões discutidas, ressalte-se que o direito de acesso não encerra o compromisso social das instituições universitárias”, pois estes estudantes perpassam cotidianamente por inúmeras dificuldades no decorrer do curso superior e que com o ingresso desses estudantes surgem novas demandas de políticas e programas institucionais para atender esses sujeitos durante o percurso acadêmico.

3.2.1 Assistência estudantil da UFPA

A assistência estudantil tem como objetivo criar condições de acesso e aproveitamento a formação, desempenho acadêmico e a permanência aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em cursos regulares presenciais da Universidade Federal do Pará, que se dá por meio de concessão de subsídios financeiros, que também são denominados de auxílios.

O PROAIS em relação à Assistência Estudantil é constituído por três programas: Permanência (PPermanência); Apoio às Bolsas Acadêmicas de Extensão, Pesquisa e Técnicas (PROBPET); e Bolsa Permanência (PBP/MEC), subsidiando os discentes com auxílios (financeiros) diretos.

Figura 6: Resumo dos programas de assistência estudantil da UFPA.



Fonte: Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O Programa de Apoio às Bolsas Acadêmicas de Pesquisa, Extensão e Técnicas (PROBPET) busca estimular a inclusão social por meio da extensão universitária, a pesquisa, monitoria e outras ações similares são destinadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica mediante a concessão de bolsas acadêmicas, em caráter de ação afirmativa.

E o Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação (PBP/MEC) é um programa do Governo Federal com concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em IFES em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a discentes indígenas e

quilombolas com finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para sua permanência e até a conclusão do curso de graduação. Assim, é o programa que atualmente atende a maioria dos estudantes quilombolas e que disponibiliza mensalmente uma quantia de R\$ 900,00 reais, mas é preciso ir além. Também existe o auxílio moradia com edital específico para estudantes quilombolas que ocorre a partir do ano de 2017, conquista dos estudantes indígenas e quilombolas, mas este não consta no PDI da UFPA.

3.2.2 Integração estudantil da UFPA

Em relação à integração estudantil, cujo objetivo é conceder por meio de parcerias e projetos de extensão aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica subsídios indiretos (serviços) voltados para atenção à saúde biopsicossocial (serviços: médico-laboratorial, psicossocial e odontológico) e ao esporte e lazer; apoio pedagógico como: nivelamento da aprendizagem, inclusão e autonomia digital, cursos de línguas estrangeiras, viagens acadêmicas (políticas, esportivas e culturais), realização de eventos acadêmicos; à moradia estudantil e acompanhamento psicopedagógico; e ao acompanhamento do desempenho acadêmico de cada aluno assistido, culminando com as ações bolsa de apoio à atividade acadêmica e a disponibilidade de ônibus universitário.

E em relação à integração estudantil se tem os seguintes programas: Apoio Pedagógico (PROAP), Casa de Estudantes Universitários (PROCEUS) e Programa Estudante Saudável (PES), e destina-se a subsidiar os discentes com auxílios (serviços).

O Programa de Apoio Pedagógico (PROAP) agrega projetos que assistem os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômicos para a equidade em atividades acadêmicas, científicas e culturais no decorrer do percurso acadêmico e para ao mesmo tempo, reduzir o índice de retenção e evasão na Universidade. A finalidade do PROAP é proporcionar a esses estudantes o acesso amplo e irrestrito às ações de apoio pedagógico, em caráter de assistência e integração estudantil, com vistas à inclusão social e democratização do ensino.

E o Programa Estudante Saudável (PES) agrega projetos que assistem os estudantes, com especial atenção os de vulnerabilidade socioeconômica, em âmbito individual e coletivo, em serviços de assistência e atendimento à saúde; prevenção de agravos; diagnóstico e

tratamento de baixa complexidade, com vistas ao bem-estar e à qualidade de vida, contribuindo para sua permanência até a diplomação.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2025) a Superintendência de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará (SAST/UFPA) em suas ações potenciais compromete-se a “continuar apoiando os programas, projetos e ações de Assistência e Integração Estudantil, que atualmente estão sendo desenvolvidos, bem como a articular novas metas de expansão do quantitativo de estudantes a serem assistidos” (PDI, 2016-2025, p. 133). Assim, com o “compromisso de criação de novas iniciativas, sempre com o objetivo de ampliar a assistência aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica” (PDI, 2016-2025, p. 133).

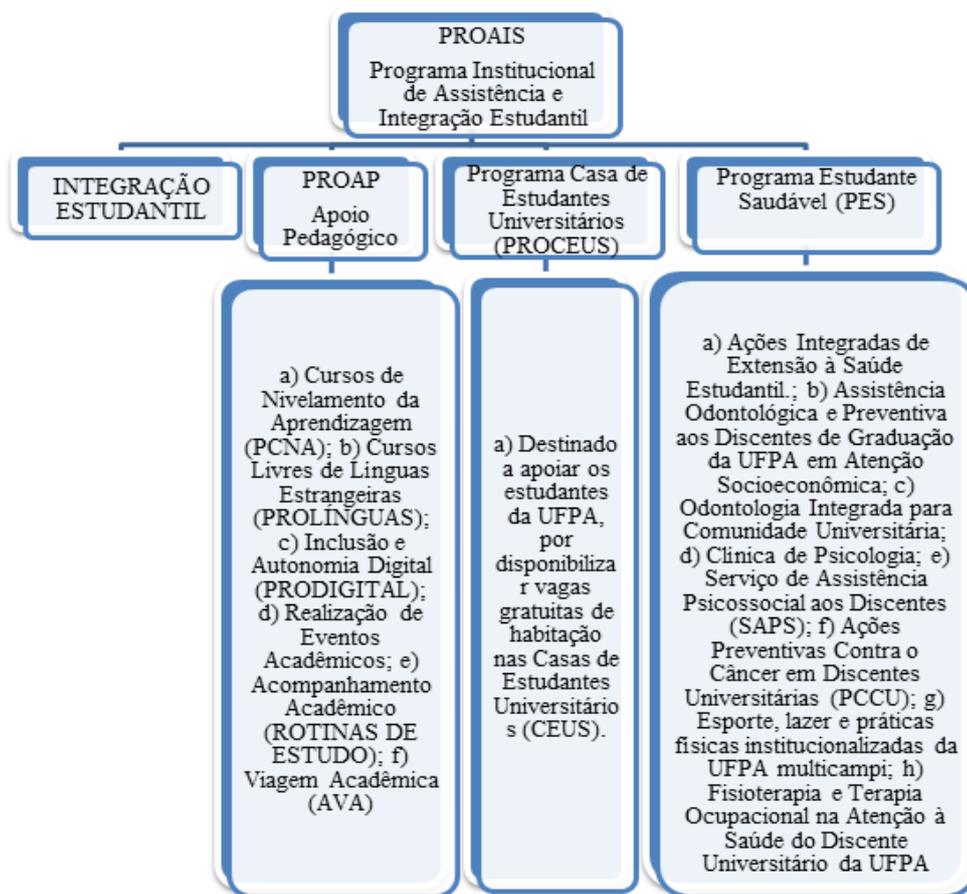
Ainda são pontuadas as novas iniciativas estratégicas a serem realizadas pela SAEST no decênio 2016-2025 para a assistência estudantil: a) Programa de Alimentação Estudantil (PRORU): referente ampliação das ações do Restaurante Universitário (RU) aos campi do interior, por meio de outras modalidades de oferta de alimentação equilibrada e de baixo custo à comunidade universitária. E para a integração estudantil: a) Programa de Apoio às Entidades Estudantis (PROENT) referentes às ações para entidades estudantis quanto à reforma de espaços físicos, subsídios financeiros (diretos e/ou indiretos) para a aquisição de materiais de consumo, equipamentos, mobiliário, impressão de periódicos; b) Programa de Apoio às Ações Culturais Universitárias (PROCULT) que visa a ampliar a atuação da SAEST na área cultural por prestar apoio financeiro à produção e promover a distribuição gratuita de produtos culturais, com o selo SAEST-UFPA aos estudantes a publicação de livros e revistas e realização de eventos culturais em parceria com a PROEX, permitindo a inclusão dos estudantes em vulnerabilidade social e seu acesso à cultura; o Programa de Esporte e Lazer Universitário (PROEL): tem como objetivo o apoio à realização de eventos esportivos universitários na UFPA, assim como incentivo à realização de atividades de lazer dos estudantes universitários; apoio também à participação estudantil nos eventos esportivos locais, estaduais, regionais e nacionais, como os Jogos Universitários Paraenses (JUP’S), a Liga Norte-Nordeste e os Jogos Universitários Brasileiros (JUBS); d) o Programa de Comunicação, Informação e Divulgação das Ações de Assistência Estudantil (PROCOMUNICA): relacionado à informação e técnicas em ambiente computacional, acesso ao ambiente online, assim como ao treinamento em áreas correlatas à informática.

E Por fim, há o incentivo à criação de Núcleos de Assistência e Integração Estudantil (NAIS) nos demais campus da UFPA, estruturados com equipe técnica composta de:

assistente social, pedagogo e psicólogo, de forma a construir uma rede de apoio descentralizada, sob a coordenação da SAEST e do próprio Campus, mais próximas dos estudantes, em especial aos de situação de vulnerabilidade econômica (PDI, 2016-2025).

Na Figura 6 é possível observar resumidamente os programas da Integração Estudantil da UFPA.

Figura 7: Resumo dos programas de assistência estudantil da UFPA.



Fonte: Fonte: elaborado pela autora, 2018.

É importante destacar as diferenças sobre o que é permanência e o que assistência estudantil. Assim, resumidamente nos baseando em Heringer (2013) considera-se que as políticas de permanência são mais abrangentes, pois englobam aspectos relacionados a diferentes formas de inserção pela universidade, inclusive os programas de assistência. Já os programas de assistência se destinam àqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, o que pode comprometer o seu vínculo com a universidade, principalmente

no abandono do curso superior. A ajuda financeira, a moradia estudantil, o restaurante universitário e o vale transporte são exemplos de programas de assistência que podem ser considerados mais emergentes, visto que sem esses programas muitos estudantes teriam que deixar a universidade, trancar, e enfrentar inúmeras dificuldades para permanência. Pois, conforme a Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira do IBGE (2018, p. 104) em relação ao ensino superior ressalta que “tendo em vista esse panorama de desigualdades que permeia o acesso, permanência e conclusão do ensino superior brasileiro, há muito que avançar em termo de políticas públicas para que a expansão desse nível tenha como prioridade a inserção de grupos desfavorecidos”.

Com base no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (PDI-UFPA) para o período de (2016-2025) é possível verificar que não existe uma política institucional específica para os estudantes quilombolas, o que oficialmente se encontra no plano são políticas universais para todos os estudantes de graduação da Universidade Federal do Pará. Apesar de que:

A UFPA, nos últimos anos, vem adotando postura ativa na promoção das ações afirmativas e possui um conjunto de políticas que marcam o novo posicionamento adotado pela instituição, apesar do acirrado debate. (Beltrão, 2011, p. 19)

Em relação à assistência e integração estudantil destinada a estudantes quilombolas, é preciso que a universidade avance com programas e políticas que sejam específicas e eficazes e com direcionamento que devem se fazer presente desde o ingresso até a conclusão do ensino superior desses estudantes. Apesar da UFPA afirmar um compromisso com o ingresso dos grupos minoritários na instituição de acordo com o PDI (p. 73)

Universidade Federal do Pará amplia, no entanto, seu compromisso com a sociedade, trabalhando no sentido de aprimorar sua capacidade para incorporar agentes e demandas diversas. Para tanto, a Instituição firma seu compromisso com a incorporação de estudantes que, tradicionalmente, não têm a Universidade no seu horizonte, por meio de alguns princípios: garantia de vagas para estudantes egressos de escolas públicas; vagas destinadas a políticas de ação afirmativa voltadas para minorias raciais e étnicas (como exemplo pode ser citado um processo seletivo especial para indígenas e quilombolas); estabelecimento de condições para que detentores de deficiência não apenas consigam ingressar, mas, sobretudo, concluir a sua trajetória acadêmica.

A Universidade Federal do Pará no que concerne a responsabilidade social garante o ingresso desses grupos até a conclusão do curso, porém não especifica as políticas que serão aplicadas. O IBGE (2018, p. 104) analisa que:

As melhorias recentes no acesso ao ensino superior não foram suficientes para superar o baixo percentual da população brasileira com ensino superior completo, o perfil de rendimento mais privilegiado de seus estudantes, a persistente desigualdade nas taxas de ingresso por rede de ensino médio frequentado e as barreiras econômicas impostas aos jovens para dar continuidade aos seus estudos.

Por esse ângulo, a estudante quilombola Marielle Franco reforça em sua fala que a implantação de políticas destinadas aos estudantes quilombolas tem que ser discutida em conjunto com os estudantes quilombolas e a universidade, e declara que:

Não adianta criar políticas se tu não conversas com as pessoas que precisam dela, a universidade precisa ir em busca dessas informações, ver o que os quilombolas necessitam e a partir daí implementar políticas voltadas para nós. Porque senão nunca conseguirá de fato atender as nossas necessidades.

Nesse sentido, Siss (2003, p. 110) considera que:

Leis ou intervenções políticas que compreendam ações do Estado, voltadas para determinados grupos específicos os quais, historicamente são colocados em desvantagem, quando acompanhadas de políticas universalistas, podem ser extremamente úteis para reduzir os altos índices de desigualdades existentes entre esses grupos, como por exemplo, entre brancos e afro-brasileiros. Elas podem concorrer, como o apontam os resultados de suas aplicações em outros países, para equiparar ambos os grupos na raia de competição por bens materiais e simbólicos em momentos específicos [...] as políticas sociais compensatórias racialmente definidas, ainda que não se constituam como intervenções governamentais suficientemente potentes para eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, elas desempenham o significativo papel de corrigi-las na atualidade, ao promoverem as igualdades de oportunidade e de tratamento, o que certamente concorre para uma democracia de resultados, além de trazerem efeitos imediatos e consequentes.

Considerando-se que, as políticas e programas institucionais devem primar pela inclusão dos grupos minoritários no contexto educacional, assim, Benakouche (2003, p. 134) ressalta que:

[...] o ‘excluído’ pode até ter aptidões para acompanhar e ter sucesso no ensino dispensado, mas se ele não tiver determinadas pré-condições (recursos de subsistência e para adquirir livros) do aprendizado, ele não vencerá as barreiras sociais e escolares (bloqueios de aprendizado e meios de subsistência) postas pela sociedade. Nesse espírito, torna-se absolutamente concebível que as ações do Estado na área de educação possam ser, entre outras coisas, as de inclusão social. Vale dizer que o Estado passa a criar condições materiais e institucionais que permitam garantir aos excluídos sociais, em especial os pobres, acesso à educação superior.

Assim, as políticas e programas institucionais para os grupos minoritários tem que possuir mecanismos que visem à redução e eliminação das desigualdades sociais existentes no espaço da universidade e sociedade. Desse modo, infere-se que a implementação de políticas e programas institucionais para os grupos minoritários tem que ser pensadas conjuntamente entre esses grupos e a universidade afim de que sejam mais eficientes e adequadas a esses sujeitos. Santos (2009, p. 186) ressalta que:

É claro que o grande ideal é o de uma educação de qualidade para todos, mas para chegarmos a isso precisamos de um processo (talvez longo) de equiparação entre negros e brancos no País. Até chegarmos ao ideal da educação para todos, será necessário promover a educação de cada um, principalmente daqueles que até então foram excluídos desse processo. Feitas as correções sociais, podemos pensar em políticas universais. Por isso mesmo é que as políticas afirmativas não se pretendem eternas, mas têm um prazo limitado e depois precisam ser reformuladas ou mesmo extintas.

Porém, analisando a fala de alguns estudantes entrevistados, a UFPA tem alguns projetos para esses estudantes, estes são realizados através de professores com projetos de extensão e também o PCNA – Programa de Cursos de Nivelamento da Aprendizagem para esses estudantes, através do PET/QI que é coordenado pela professora Isabel Cabral e Aldo Freitas Vieira como ressalta os estudantes quilombolas Zumbi dos Palmares e Bob Marley:

[...] a gente teve a professora Rosi Prado que foi muito parceira da associação, no início foi que nos ajudou a consegui muita coisa e uma dessas que foi o nosso PET/QI que era pra ajudar os estudantes de cálculo, os estudantes da área das exatas. (Zumbi dos Palmares)

Inclusive eu agradeço muito o pessoal do PET Quilombola, que ajudaram bastante que eu ia pra lá, porque eu tinha aula às vezes duas vezes na semana e os outros dias eu ia pra lá, eles davam aula de reforço e isso foi um ponto que me ajudou bastante a superar essas dificuldades. (Bob Marley)

Esses programas são essenciais principalmente para os estudantes quilombolas das áreas das ciências exatas os quais consideram que são as mais delicadas, haja vista que, há inúmeras dificuldades em torno da escolarização desses sujeitos, as dificuldades e fragilidades no ensino, o acesso à escola, como corrobora o estudante quilombola Zumbi dos Palmares:

Conheço algumas pessoas que desistiram pela falta de identificação com o curso mesmo, dois irmãos, todos da engenharia, desistiram porque não conseguiram avançar dentro dos cálculos, e tinha essa dificuldade da relação com a turma, tinha essa dificuldade de aprendizagem com os cálculos, e chegou o momento que eles desistiram mesmo porque não conseguiam entender nada.

Segundo o estudante quilombola Zumbi dos Palmares a universidade tem sido acessível no diálogo, principalmente após a criação da ADQ, com várias reivindicações atendidas, como podemos ver na seguinte fala:

A universidade pra nós tem sido bem acessível, isso eu posso dizer por que depois da criação da associação nós conseguimos ter diálogo com a reitoria, mesmo com muitas dificuldades, uma vez ou outra o Maneschy nos recebia, e melhorou muito depois do Tourinho, pois a gente conseguiu ter esse acesso direto com a reitoria e aí todas as nossas demandas que a gente apresentava, nem tudo era aceito, mas algumas coisas eram acatadas.

O estudante Zumbi dos palmares enfatiza que não foi só por parte da reitoria, mas que alguns professores também que se sensibilizam com os estudantes quilombolas, como relata abaixo:

A professora Lúcia Arada também ela nos ajudou a organizar algumas coisas em relação a essa permanência na universidade, eu lembro que o pessoal da SAEST nos ouviam, a gente colocava as demandas pra eles e eles ouviam, acho que a universidade mesmo com todo esse racismo, essa discriminação, ela tem sido parceira sim dos quilombolas, apesar de tudo tem sido parceira porque, quando eu digo universidade eu não estou me referindo a reitor, digo de modo geral, porque a gente tem vários professores que foram muito parceiros da associação e são parceiros até hoje, pra ajudar os estudantes, tem professor que se disponibilizou a dar aula de matemática, de física, de química para os estudantes que estivessem com dificuldades, teve professor que se disponibilizou em ensinar informática para os estudantes que não soubessem mexer em computador.

A exemplo, temos alguns professores que através de projetos de extensão aprovados pela universidade são desenvolvidos para atender esses estudantes, como ressalta o estudante quilombola Abdias do Nascimento em relação ao empenho de professores:

[...] há muitas lacunas a ser preenchidas, porque a gente já tem hoje o acompanhamento de um projeto que dá acompanhamento não só pedagógico como também melhora o nosso desempenho que é um projeto de suporte em todas as dificuldades que a gente encontra no curso a gente tem como recorrer é aberto principalmente pros indígenas e quilombolas então a gente senti que a universidade dá um suporte nessa parte pra gente.

É possível analisar que existe relevância em ações pontuais de docentes da UFPA para a melhoria nas condições de permanência desses estudantes nos cursos de graduação, contudo, deve haver mais incentivos por parte da universidade de se ter projetos de extensão voltados para os estudantes quilombolas. Nesse sentido, deve existir maior incentivo nos projetos de extensão da universidade nas áreas da educação devido às lacunas existentes, com a disponibilização de aulas extras, principalmente nas áreas das ciências exatas e biológicas e nas áreas de promoção da cultura e identidade quilombola.

Portanto, em relação à democratização do acesso ao ensino superior e com base em Beltrão (2011, p. 23) “pode-se afirmar que as vagas reservadas tentam promover justiça no acesso ao ensino superior”, ressaltamos que, o processo seletivo realizado através de uma política de ação afirmativa deve considerar, em primeiro lugar, as diferenças de trajetória social e de formação do grupo a que se destina tal política, para poder criar estratégias, políticas e programas eficazes para a garantia da permanência desses estudantes na universidade e que para Santos (2009, p. 119-120):

O emprego de medidas de ação afirmativa na seleção de estudantes nas Instituições de Ensino Superior Públicas evidenciou a necessidade de políticas para a garantia da permanência destes jovens nas universidades, por um lado e por outro a inserção qualificada deles nos demais campos sociais, a fim de possibilitar-lhes oportunidades de mobilidade social.

Desse modo, evidenciamos a importância de trazer os dados da assistência e da integração estudantil para que seja possível analisar as políticas e programas estudantis oficiais da UFPA e destes verificar quais eram destinadas especificamente para os estudantes quilombolas, pois somente o acesso não garante que os discentes permaneçam até o fim de

seu curso, pois as realidades são diversas, o que implica numa adversidade de situações na qual esses estudantes perpassam durante o curso.

4. “A GENTE COSTUMA MATAR UM LEÃO, TALVEZ UM CACHORRO, TALVEZ UM GATO QUE SEJA POR DIA AQUI DENTRO”: É PRECISO REFLETIR SOBRE A PERMANÊNCIA, A PARTIR DA VIVÊNCIA, DA LUTA E DA VOZ DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UFPA

O título faz referência a fala da estudante quilombola Dandara dos Palmares, estudante do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da UFPA e residente no município de Abaetetuba-PA e, foi retirado da entrevista realizada para esse estudo no dia 12 de setembro de 2018 e, assim, julgamos apropriado nomear a terceira seção com a frase acima, haja vista que foram abordadas nesta seção as questões relacionadas à permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará. Deste modo, a fala da estudante quilombola ressalta as dificuldades e os desafios que enfrenta no cotidiano para a permanência na instituição.

Nesta seção, buscar-se-á, analisar o que dizem os protagonistas da pesquisa (os estudantes quilombolas da UFPA), assim, analisar o que dizem os estudantes quilombolas em relação aos desafios e avanços e os mecanismos para a re/afirmação da identidade e permanência na UFPA.

4.1 A TRAJETÓRIA PESSOAL/ACADÊMICA DO ESTUDANTE QUILOMBOLA ZUMBI DOS PALMARES: GARANTIA DE DIREITOS E OPORTUNIDADES

As histórias de vida de muitos estudantes quilombolas se aproximam, desde ao modo de vida, a relação com o campo – rios, ramais, estradas, comunidade, relações familiares, afetivas, modo de ser e viver – e também compartilham e vivenciam as dificuldades e mazelas educacionais impostas a esses sujeitos, como escolas sem estrutura, sem professores, transporte, entre outros, considerando-se que, estes entraves impulsionaram as desvantagens educacionais que se iniciam no ensino fundamental, perpassam pelo médio, originando, assim, muitas lacunas na aprendizagem, com destaque para áreas das ciências exatas, no caso mais preciso a disciplina de matemática, causando infortúnios a muitos estudantes quilombolas, principalmente aqueles que ingressam em cursos nas áreas que exigem conhecimento das ciências exatas (relatado pelos estudantes quilombolas durante o processo de entrevista), todavia, também as histórias de vida se convergem em relação à superação e o

ingresso no ensino superior, visto que, estes sujeitos em muitos casos foram/são os únicos da família a ingressarem numa universidade pública, além de sonhos compartilhados, como o sonho de uma vida melhor e de poderem concluir o ensino superior.

Justificando que o convite feito para o estudante Zumbi dos Palmares parte da tentativa de compreendermos com mais profundidade e precisão as necessidades e os desafios que os estudantes quilombolas enfrentam ao ingressar na Universidade Federal do Pará através do Processo Seletivo Especial (PSE) e analisar a importância que esse processo que apesar de suas limitações têm aumentado à inserção dos estudantes quilombolas na universidade. Além de investigar como esses sujeitos criam e recriam soluções e estratégias para permanecerem na universidade bem como analisar os desafios e as perspectivas enfrentados para a afirmação da identidade quilombola no espaço universitário. Portanto, seu percurso pessoal, histórico e acadêmico nos ajudará a compreender e analisar os dados referentes a pesquisa

Nesse sentido, iniciamos evidenciando o relato do estudante quilombola Zumbi dos Palmares, partimos do seu percurso pessoal e acadêmico até o ingresso à universidade. De acordo com a narrativa do estudante quilombola Zumbi dos Palmares é importante destacar a sua fala sobre alguns problemas vivenciados que perduraram durante a educação básica. Nesse sentido, relata que:

O ensino fundamental e o ensino médio foi um processo muito difícil, na época em que eu estudava só tinha até a quarta série na escola perto de casa, e pra continuar os estudos precisava me deslocar para outra comunidade, que era no Médio Itacuruçá (eu sou do Baixo Itacuruçá), só que era distante, nós não tínhamos transporte. O único meio de transporte da época era canoa, então de canoa dava uma hora, uma hora e meia de uma comunidade pra outra, isso dependendo da maré. E quem tinha uma condição um pouco melhor ia estudar na cidade, eu e a minha família não tinha condição, então eu tive que continuar meus estudos na comunidade mais próxima, que era o Médio Itacuruçá-São João na Escola Manoel Pedro Ferreira (Estudante Zumbi dos Palmares).

A depoimento acima do estudante Zumbi dos Palmares retrata os obstáculos por ele enfrentados durante o início de sua vida acadêmica e que influenciam diretamente nas oportunidades socioeconômicas e o acesso ao ensino superior a esse sujeito, visto que, a realidade educacional vivenciada por muitos estudantes quilombolas perpassam pelas mesmas condições enfrentadas pelo estudante Zumbi dos Palmares e que não podem ser baseados em princípios meritocráticos no que tange o acesso à educação superior, haja vista que, as

oportunidades de acesso à educação de qualidade não são as mesmas para todos. Assim, Beltrão (2013, p. 3) corrobora que:

Acontece que o desempenho do estudante é influenciado pelas oportunidades oferecidas durante a trajetória escolar (diretamente relacionada às condições socioeconômicas da família, as políticas públicas promovidas pelo Estado, entre outros fatores), portanto, a oportunidade é construída socialmente. O mérito, desta feita, tornar-se-ia padrão de comparação problemático, caso visto como critério isolado, pois, os privilégios estão distribuídos desigualmente entre as classes sociais e independem do potencial e do conhecimento dos estudantes.

Sua trajetória escolar é constituída de inúmeras dificuldades, podemos destacar a falta de transporte para ir à escola, o acesso à escola na própria comunidade, pois em muitas comunidades camponesas não se tem a possibilidade de continuidade dos estudos, pois o ensino na maioria das comunidades camponesas acontece no máximo até o 5º ano do ensino fundamental, fazendo com que muitos desistam de continuar os estudos e/ou se deslocarem para outras comunidades que disponibilizam o ensino a partir do 6º ano do ensino fundamental até o ensino médio ofertado principalmente pelo Sistema Modular de Ensino (SOME)¹⁰ ou até mesmo se deslocar diariamente e/ou semanalmente ou se mudar para a cidade. Como ressalta a fala abaixo do estudante Zumbi dos Palmares:

[...] depois de muita insistência minha, minha mãe me matriculou, mas achando que não ia conseguir, matriculou eu e a minha outra irmã. Então ela comprou uma canoazinha para nós e a gente foi. No meio do ano minha irmã desistiu, mas eu continuei. Ai dependendo da maré a gente gastava entono de uma hora, uma hora e meia, até duas horas de canoa quando a gente estava muito indisposto e com fome e quando a maré tá contra é muito ruim só para uma pessoa remar devido à distância de uma comunidade pra outra e ai a gente ainda tinha que deixar a canoa numa olaria e caminhar cerca de uns 400 metros até chegar à escola e foi uma época muito difícil porque nem sempre tinha merenda na escola, nem sempre dava tempo de comer pra ir pra escola e como estudava no SOME os professores faltavam muito, geralmente chegavam na segunda feira de tarde ou na terça de manhã e na quinta já retornavam, o ensino era bem fraco, bem fraco mesmo. A escola era bem simples, só tinha quatro salas na época, eu não tive oportunidade de estudar diretamente na escola, estudei mais no barracão da comunidade e quando chovia a gente tinha que correr para o cantinho, não tinha cadeira pra todo mundo, alguns estudavam em pé, outros sentados, a maioria das cadeiras eram tudo danificadas, quebrada e os professores bem poucos ensinavam o

¹⁰ Ressalto que, não foi feito um estudo aprofundado em relação ao SOME, pois este não é um dos objetivos da pesquisa, porém o SOME aparece diversas vezes nas falas dos estudantes quilombolas, assim, será aprofundando em estudos posteriores.

que tinham que ensinar, a pior parte foi a de matemática mesmo, o ensino foi bem básico mesmo. (Estudante Zumbi dos Palmares).

Destarte, as ações afirmativas são importantes para esses sujeitos, pois com o ingresso através de seleção diferenciada é garantido seu direito a diferença e também por assegurar à igualdade de oportunidades as minorias sociais, haja vista que, para esses sujeitos há uma grande desvantagem que vem desde o acesso a escola, as dificuldades de transporte, a precariedade do ensino, as dificuldades financeiras, entre outros fatores, que influenciam diretamente na vida de crianças e jovens os quais não tiveram acesso à educação de qualidade.

Deste modo, as ações afirmativas vêm possibilitando o acesso desses sujeitos à universidade, o que para muitos era um sonho, considerado algo muito distante da realidade e hoje através das ações afirmativas muitos conseguiram romper com as barreiras impostas ao longo dos anos e atualmente estão cursando engenharias, medicina, direito, fisioterapia, licenciaturas entre outros cursos. Como podemos verificar na fala abaixo do estudante Zumbi dos Palmares:

E depois que eu terminei meu ensino médio eu parei de estudar, eu lembro que teve duas ou três universidades particular que funcionou lá, mas a gente não tinha condições de pagar, mas só davam filosofia, teologia e nenhuma me interessava, mas não tinha condições de pagar, muitos fizeram, se formaram mas não receberam o diploma até hoje porque levaram calote das universidades. Aí eu queria continuar meus estudos. Eu lembro que no nosso ensino médio também o vestibular era feito de três provas, uma no primeiro ano, uma no segundo ano e uma no terceiro ano, os professores levavam a ficha de inscrição e tinha que fazer uma xerox, eles botavam em cima da mesa e quem for fazer a o vestibular tira uma xerox aqui, preencha seus dados para fazer a prova, acho que era Prise e Prossel, que tinha a primeira, a segunda e a terceira prova e somava os pontos pra poder, como não muito esse incentivo por parte dos professores pra gente fazer vestibular, ir pra universidade praticamente ninguém fazia, ai eu me mudei pra cidade, fiz alguns cursos de computação, tentei o Enem acho que umas três vezes, uma vez que eu passei em matemática e pedagogia, um pra São Felix do Xingu em matemática e pedagogia pro Rio Grande do Sul mas não tive como estudar. (Estudante Zumbi dos Palmares).

Ressaltando também que nesse contexto do estudante supracitado, que mesmo com todas as dificuldades no decorrer da sua vida acadêmica, conseguiu concluir o ensino fundamental e o ensino médio no SOME e anos mais tarde conseguindo ingressar no ensino superior através das ações afirmativas para quilombolas na UFPA. Nesse sentido, ingressar no ensino superior numa universidade pública passa a ser realidade na vida de muitos sujeitos quilombolas e principalmente da juventude, o que é resultado das lutas em prol do ingresso de

afrodescendentes no ensino superior, no qual as comunidades quilombolas também estão incorporadas nessa luta.

O estudante Zumbi dos palmares ressalta com emoção que é “o caçula de 10 irmãos e atualmente o único que consegui entrar na Universidade”, assim, as dificuldades enfrentadas pelo estudante até a chegada a universidade foram inúmeras, contudo o estudante garante que as próximas gerações de sua família terão mais oportunidades em relação à educação e ressalta que atualmente seus sobrinhos já estão cursando o ensino superior numa universidade pública e destaca que atualmente muitos jovens da sua comunidade também têm garantido o ingresso no ensino superior em universidade pública e muitos já ingressaram através do Processo Seletivo Especial para quilombolas da Universidade Federal do Pará. Assim, temos a educação como fator principal que garante os acessos a esses sujeitos a reais e mais oportunidades na sociedade, participando de forma mais evidente na determinação de melhores condições de trabalho e da mobilidade social aos grupos minoritários. Pois no Brasil especificamente, o ensino superior ainda se encontra enraizado a manutenção e a reprodução das desigualdades sociais (HASENBALG, 2003). Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018, p. 93) em pesquisa realizada sobre os indicadores sociais, ressalta que:

De acordo com o *Education at a glance 2018: OECD indicators*, o Brasil é o país que apresenta as maiores taxas de empregabilidade e o maior retorno salarial para a população que possui ensino superior completo em relação a todos os 36 países da ODCE e 10 países parceiros da organização. Uma pessoa com o diploma de graduação no Brasil ganhava, de acordo com a publicação, 2,5 vezes mais do que alguém com diploma de ensino médio, sendo que a média na OCDE era de 1,6 vezes mais. Essa diferença acentuada de prêmio salarial no mercado de trabalho entre níveis de instrução é uma característica comum de sociedades extremamente desiguais e a principal maneira pela qual as pessoas dos estratos mais elevados mantêm seus filhos em posições no topo da hierarquia ocupacional. De acordo com a nota da publicação *Education at a glance 2018: OECD indicators* elaborada para o País, o Brasil figura entre as sociedades mais desiguais do estudo, perdendo apenas para a Costa Rica. Expandir o acesso a esse nível de ensino, ampliando a participação de grupos desfavorecidos, seria uma forma de promover maior igualdade de oportunidades no País, conclui o relatório da OCDE. (Grifos do autor)

O relato do Estudante Zumbi dos Palmares é importante à medida que nos faz refletir sobre as mazelas educacionais existentes em muitas comunidades quilombolas e camponesas, o que é uma realidade da educação brasileira, assim a adoção de ações afirmativas para esses sujeitos vai além da questão de dívida histórica, perpassam por todo o processo de exclusão

dos grupos minoritários e pela luta dos movimentos sociais para a garantia de direitos e principalmente o acesso à educação. Assim, no contexto das ações afirmativas Beltrão (2013, p. 6) ressalta que:

No processo de modificação da Postura do Estado brasileiro para contemplar a diversidade cultural estão inseridas ações referentes à saúde, ao saneamento, à segurança e à educação e, em especial, às políticas afirmativas de acesso à educação universitária.

De tal modo, é importante também fazer uma análise do que tem sido para as comunidades quilombolas o Processo Seletivo Especial (PSE), com reserva de até duas vagas por acréscimo para esses sujeitos. Pois este é um movimento político que envolve todos esses sujeitos no qual começam a adentrar espaços que antes eram negados, no qual as relações de poder impostas não permitiam o acesso à educação, principalmente ao ensino superior. Nesse sentido, nos apoiando em Piovesan (2008, p. 890) ao apontar que:

Para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais. Com efeito, a igualdade e a discriminação pairam sob o binômio inclusão-exclusão. Enquanto a igualdade pressupõe formas de inclusão social, a discriminação implica a violenta exclusão e intolerância à diferença e à diversidade. O que se percebe é que a proibição da exclusão, em si mesma, não resulta automaticamente na inclusão. Logo, não é suficiente proibir a exclusão, quando o que se pretende é garantir a igualdade de fato, com a efetiva inclusão social de grupos que sofreram e sofrem um consistente padrão de violência e discriminação.

O direito a diferença precisa ser garantido para que os grupos minoritários possam garantir a igualdade de oportunidades, conforme Piovesan (2008, p. 890) “a discriminação ocorre quando somos tratados iguais, em situações diferentes; e diferentes, em situações iguais”, a diferença precisa viabilizar o direito à igualdade sob a perspectiva de que tal direito deve moldar-se no respeito à diferença e à diversidade. Piovesan (2008, p. 890) enfatiza que “as ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo – no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório –, mas também prospectivo – no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade”. Para a autora, as ações afirmativas estão para além da política de reparação social para com a população negra do país, mas também a de possibilitar a esses sujeitos superar as condições de desigualdades

impostas no decorrer dos séculos principalmente a condições de vida que foram impostas e ao passado escravista a que foram submetidos.

4.2 O PROTAGONISMO DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E CONQUISTAS NA BUSCA PELA PERMANÊNCIA

Os estudantes quilombolas foram/são protagonistas de diversas lutas, conquistas e desafios no espaço da Universidade Federal do Pará que repercutem diretamente na questão da permanência na universidade, e se tem início a partir de 2015 com a tentativa de se organizarem em associação.

Nesse sentido, a criação da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA)¹¹ decorre do protagonismo exercido pelos estudantes quilombolas, assim, é importante ressaltar o porquê da sua criação e para compreendemos o processo que perpassa a permanência e identidade desses sujeitos na universidade.

No dia 24 de outubro de 2015 se inicia o processo de assembleia para a criação naquele momento da Associação Universitária Quilombola da UUFPA (AUNIQ-UFPA), impulsionada pelo estudante quilombola Valdinei Gomes, estudante do curso de Engenharia Civil e morador da comunidade quilombola Itacuruçá, no município de Abaetetuba e a estudante quilombola Érika Silva da Conceição estudante do curso de Serviço Social, moradora da comunidade quilombola Abacatal, no município de Ananindeua, contando também com o apoio das professoras da UFPA Rosi Prado e Mara Rita Duarte de Oliveira que foram essenciais em todo o processo e o senhor Edilson da Conceição que é o presidente da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA)¹².

A primeira reunião para a criação da associação que representasse os estudantes quilombolas aconteceu em Abaetetuba, na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), único lugar naquele momento que possibilitou e viabilizou a reunião, posteriormente com o

¹¹ Ressalto que estive presente desde 2015, quando iniciou as discussões e assembleias para a criação da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA, a qual se denominou AUNIQUE-UFPA. Participei como convidada de todas as assembleias que ocorrem primeiramente no município de Abaetetuba e posteriormente em Belém, no Campus Guamá.

¹² As referidas professoras e o senhor Edilson da Conceição estiveram presentes na reunião a convite dos estudantes quilombolas.

envolvimento de mais estudantes quilombolas houve a necessidade de ocorrerem outras reuniões e, assim, na assembleia do dia 20 de fevereiro de 2016 é criada a Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA). Sobre o processo da criação da ADQ o estudante quilombola Valdinei Gomes ressalta que:

A partir do momento que eu comecei a ter contato com alguns indígenas, que vi a resistência deles, a luta deles dentro da UFPA para mostrar que eles eram indígenas, e eu ficava me perguntando por que a gente não faz isso? A gente não mostra que a gente é quilombola? Por que a gente não fala de onde a gente veio? Não fala quem nós somos? Se os indígenas fazem isso, a gente pode. Mas os indígenas já tinham uma associação formada a um bom tempo e que dava esse suporte, acho que foi a partir daí que eu tive a ideia de ter uma associação de quilombolas dentro da UFPA, eu sabia que tinha passado muita gente. Mas cadê esse pessoal? Que eu não encontrava, eu não conhecia e a única menina que passou comigo a Rosinha, era nós dois, dois perdidos dentro da universidade, no curso de engenharia civil. E a gente conversava: cadê os outros? Entrou muita gente aqui, e a gente não vê esse pessoal, ninguém fala nada, foi daí que tive a ideia de procurar as pessoas, saber se tinha alguma organização na UFPA, se tinha alguma representação de quilombola na universidade, não tinha nada, pelo menos formalmente ninguém tinha conhecimento de nada, nem informalmente, porque eu passei semanas procurando quem era quilombola na UFPA e ninguém se apresentava como quilombola.

O estudante quilombola Zumbi dos Palmares apresenta alguns dos questionamentos feitos possibilitou vislumbrar para a criação da Associação dos Estudantes Quilombolas, e que precisavam ter alguma estratégia para saber quem eram os estudantes quilombolas da UFPA e se organizarem.

Além de ressaltar a importância da contribuição e parceria dos estudantes indígenas da UFPA, pois os mesmos já tinham a sua associação denominada Associação dos Povos Indígenas Estudantes na UFPA (APYEUFPA), a qual foi de fundamental importância para impulsionar a criação da Associação dos Discentes Quilombolas, além de auxiliá-los na elaboração de seu estatuto, como podemos verificar na fala abaixo do estudante quilombola Zumbi dos Palmares:

Ai foi que eu procurei os indígenas pra perguntar pra eles como é que fazia uma organização de estudantes na universidade, na época a Juma era estudante de direito, e a Juma disse: olha Valdinei nós fizemos, assim. E ai que eu comecei a chamar os quilombolas que eu conhecia, que estavam na universidade para organizar uma associação, e os indígenas vieram nos apresentar o estatuto deles, reunimos, nos deram uma cópia, pra gente começar a dar os primeiros passos pra criar a nossa associação. E nós

começamos a olhar o estatuto, passamos por e-mail para várias pessoas para olhar, dar a sua contribuição, para a gente criar nosso estatuto da associação.

A criação da associação foi pautada com a principal missão de garantir a permanência dos estudantes quilombolas na UFPA, em razão de que, a primeira dificuldade que estes estudantes observavam era de ser ter tantos outros estudantes quilombolas e estes não se conheciam e também porque não se tinha um lugar como referência, que proporcionassem o encontro desses estudantes para a troca de experiências, informações, convivência, reivindicações e acolhimento. Ressalto que, os principais problemas naquele momento que dificultavam a permanência dos estudantes quilombolas na universidade eram/são em relação à moradia, alimentação, a saudade de casa, as dificuldades no curso, entre outros, que impulsionaram a organização desses estudantes, a fim de tentar melhorar as condições de permanência na UFPA. Adiante, daremos destaque para algumas conquistas dos estudantes quilombolas na universidade.

4.2.1 As conquistas dos estudantes quilombolas na UFPA a partir da criação da Associação dos Discentes Quilombolas da Universidade Federal do Pará (ADQ-UFPA)

Ainda falta muito, a gente sabe que tudo que foi conquistado não foi porque a universidade quis dar, teve luta, resistência, teve briga pra ter o que temos hoje, não foi tudo dado, há vocês estão aqui então toma sala, toma computador pra vocês aprenderem a usar computador, está aqui professor pra ensinar cálculo, que eu saiba não foi nada dessa forma e eu acho que dar pra melhorar muita coisa ainda, muita coisa mesmo, a universidade quando eu falava que tem sido parceira, a UFPA é a única universidade do Brasil que tem um auxílio emergencial pra indígena e quilombola, que na ausência das bolsas eles liberam esse auxílio emergencial para os estudantes se manterem, nós temos um edital para auxílio moradia para indígenas, quilombolas e populações tradicionais que foi uma luta nossa de quilombola e indígena que conseguimos esse edital a universidade não deu, nós que demos a proposta, nós que sugerimos e eles foram adequando como achavam que dava pra fazer, nós temos o taxa zero no RU, que não foi a universidade, há está aqui, toma o taxa zero, nós fomos lá e a gente precisa da taxa zero pro RU e a universidade fez o processo que tinha que fazer pra liberar, mas no geral eu penso assim, é parceira com toda as suas dificuldades (Zumbi dos Palmares).

De início ressalto a fala do estudante quilombola Zumbi dos Palmares o qual faz um breve apanhado do que se tem avançado em relação a melhorias das condições de

permanência na UFPA e destaca que as conquistas resultam da luta coletiva desses estudantes na universidade.

É importante destacar que através da organização dos estudantes quilombolas a partir de 2015 com criação da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA) várias conquistas ocorreram, as quais foram/são de significativa importância para a permanência desses estudantes na UFPA, de modo que, conseguiram ser ouvido pela universidade através de diálogos e reivindicações, e também terem mais visibilidade. Nessa perspectiva, a estudante quilombola Ângela Davis corrobora que:

Eu entrei em 2015, logo no começo até a associação ela estava se formando, ainda não tinha tanto esses cursos voltado para nós, mas existiu alguns cursos, por exemplo, oficinas para a elaboração das referências, pra ABNT, não específico pra quilombola, era no geral. Agora como a associação já está há algum tempo, já começou e aí a gente está ganhando espaço, agora a gente já tem vários cursos direcionados para os quilombolas, indígenas.

Abaixo são elencadas algumas das primeiras conquistas estudantes quilombolas na UFPA, ressaltando que essas conquistas se deram através das demandas, reivindicações e lutas desses estudantes.

1. No ano de 2015 ocorreu a primeira participação dos estudantes quilombolas nas discussões do PSE, que foi a discussão do edital, pois era preciso que este de fato tivesse mais próximo da realidade das comunidades quilombolas. O que atualmente é realizado através de seminários aberto, assim, participam os estudantes quilombolas ingressos, representantes de comunidades quilombolas e demais interessados.
2. Taxa Zero no Restaurante Universitário da UFPA (RU), assim, os estudantes quilombolas que ingressaram a partir de 2016 na UFPA através do Processo Seletivo Especial (PSE) para quilombola podiam se alimentar no RU, sendo garantido o almoço e o jantar a todos os estudantes quilombolas sem bolsa.
3. Participação na banca de avaliação documental dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Especial para quilombolas (a avaliação documental acontece para a homologação das inscrições no processo seletivo). Nesse sentido, os estudantes podiam analisar junto com a comissão organizadora do processo

seletivo possíveis fraudes no processo referente à documentação, assim, os estudantes cujas inscrições fossem indeferidas, precisariam fazer novamente a entrega da documentação exigida.

4. A participação de estudantes quilombolas como fiscais e observadores no Processo Seletivo Especial (PSE) para comunidades quilombolas. Os observadores depois de assinar termo de confidencialidade participam das bancas de entrevistas no PSE.
5. Auxílio emergencial para estudantes quilombolas da UFPA. Este auxílio foi solicitado por estudantes quilombolas que não conseguem acesso a bolsas como a Bolsa Permanência do MEC ou a bolsas da própria universidade. Também a bolsa já foi acionada devido ao não houve pagamento das bolsas permanência do MEC durante o período de 02 meses consecutivos, haja vista que, para muitos estudantes quilombolas essa a única renda.
6. Auxílio moradia específico para estudantes quilombolas, sendo solicitação das associações. Assim, há edital específico para os estudantes indígenas e quilombolas tendo com base em critérios e condições aqui definidos, em acordo com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº. 7.234/2010, complementado pelo Decreto nº. 7.416/2010 do governo Federal.
7. Mobilidade Acadêmica Afirmativa (MOBAF), que surgiu na tentativa de diminuição da evasão através da mudança de curso, garantindo a permanência. O MOBAF consiste em um sistema de mobilidade interna que possibilita aos alunos indígenas e quilombolas, aprovados em processos seletivos especiais da UFPA em anos anteriores, a troca de curso na Universidade. O processo é semelhante à Mobilidade Acadêmica Interna (MOBIN), que oferta vagas que estão ociosas na Instituição.
8. A conquista de uma sala para a Associação dos Discentes quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA). A associação não possuía sala/sede ou qualquer outro espaço físico para encontros e reuniões, sendo uma reivindicação perante a Reitoria da UFPA.
9. A criação da Assessoria da Diversidade e Inclusão Social (ADIS). A ADIS é uma assessoria vinculada diretamente à Reitoria, responsável pelo

planejamento, pela coordenação, pela definição, pela implementação e pelo acompanhamento de políticas referentes às ações afirmativas com atuação integrada com as diversas Unidades da UFPA.

As conquistas da Associação dos Discentes Quilombolas estão associadas ao acesso e posteriormente as pautas em relação à permanência na universidade e a exigência para que a UFPA assumira de fato o compromisso com estes estudantes que ingressam por seleção diferenciada, assumindo o compromisso com a diversidade.

A partir da criação e posteriormente a inauguração da sala da ADQ, a dinâmica em relação à vivência na universidade tem se modificado e se tornando também um território simbólico para os estudantes quilombolas, conforme análises apresentadas abaixo. Assim, daremos ênfase às discussões sobre permanência a partir da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA e inauguração da sala.

4.2.2 A ADQ e suas múltiplas representações: do quilombo ao quilombinho, da identidade a permanência.

Eu fiquei muito feliz quando eu soube que nós quilombolas íamos ter um espaço na universidade, [...] e a sala da ADQ veio juntar esses quilombolas que estavam dispersos. Eu conheci muitos quilombolas, fiz muitas amizades através da sala da ADQ, e às vezes a gente tem trabalho para fazer e eu não tenho internet em casa, vou lá na sala da ADQ, sempre tem alguém ajudando [...]. [...] ali a gente está sempre ajudando um ao outro no que precisar [...]. Lá um da força para o outro [...], e isso é um incentivo para a gente continuar. (Bob Marley)

As frases acima são do estudante quilombola Bob Marley e realçam o importante papel que a Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA) tem para esses estudantes, pois nesses espaços há o compartilhamento de conhecimento, de integração, de ajuda, de relações afetivas, são as territorialidades da coletividade, dos sentimentos e união na busca por condições de permanecer na universidade. Nessa perspectiva, Almeida (2004, p. 10) aponta que:

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre

e aquisição de materiais como cadeiras, impressora, wi-fi, computadores foram destinadas a sede das associações desses estudantes.

Durante o ato solene de inauguração das salas das associações dos estudantes indígenas, estrangeiros e quilombolas da UFPA, a Associação dos Discentes Quilombolas (ADQ-UFPA) foi representada pelo estudante quilombola Valdinei Gomes do Curso de Engenharia Civil da UFPA e morador da comunidade quilombola de Itacuruçá, no município de Abaetetuba, Figura 9.

Figura 9: Estudante Valdinei Gomes proferindo a fala representando a Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA).



Fonte: Alexandre de Moraes

A fala do estudante quilombola Valdinei Gomes¹³ relata um pouco a trajetória de lutas desses estudantes no espaço da Universidade Federal do Pará e ressalta a importância de se ter uma sala/espço onde os estudantes quilombolas possam se encontrar, se organizar, reunir e

¹³ O nome do estudante quilombola foi utilizado com autorização. E este estudante fez a fala durante a inauguração da sala da ADQ.

poder encaminhar suas demandas, haja vista que, antes da criação e inauguração da sede da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA várias reuniões e atividades foram realizadas no hall da reitoria da UFPA e/ou em outros lugares quando disponíveis, o que ocasionava dificuldades de encontro e organização desses estudantes na universidade.

O estudante Valdinei Gomes proferiu a seguinte fala:

Desde 2013, nós temos estudantes quilombolas dentro da universidade, e as lutas foram continuando por permanência, por mais respeito e mais compreensão das diferenças. Em 2015, nós conseguimos criar a nossa Associação, que hoje vem nos respaldando e lutando por melhorias e garantias de permanecer dentro da universidade. Agora, tem uma sala onde a gente vai ter como referência, um espaço para nós. É de suma importância para que os próprios quilombolas saibam se localizar e saibam onde buscar apoio e se sentir amparados e familiarizados. Porque as famílias quilombolas não são só de uma comunidade. O estado todo é quilombola, o Brasil é quilombola. Então nós estamos aqui para garantir que nossos direitos sejam respeitados dentro dessa Universidade, e assim a gente vai avançar cada vez mais.

Assim, essa foi uma reivindicação desses estudantes junto à reitoria da UFPA. Além de que, foi possível observar a grande emoção do estudante em sua fala ao relatar o percurso até adentrarem a sala, lembrando os encontros no hall da Reitoria da UFPA, além das conquistas da associação. O que nos faz refletir sobre a necessidade desses estudantes de se ter um espaço de aproximação e afetos entre eles, porém, motivados pelos desafios em relação à permanência na universidade e movidos por problemas comuns entre eles, pelas dores, mas também pelas alegrias, assim, relatam os estudantes quilombolas. Deste modo, apoiando-nos de Almeida (2018, p. 35) ao elucidar que “As dores e os traumas narrados permitem visualizarmos os deslocamentos dos afetos tristes em direção aos afetos alegres, o que nos leva pensar da importância de criação de espaços outros de subjetivação”, portanto, esses estudantes criam e recriam suas relações identitárias, comunitárias e de fortalecimento do grupo e buscam sempre novas estratégias para garantirem a permanência e a re/afirmação da identidade quilombola na UFPA.

As relações afetivas precisam ser compreendidas em relação à família e comunidade ao se deslocarem, pois estes formam um novo território de afetos, como aponta Almeida (2018, p. 33) que “Territórios de afetos não são definidos pela identidade jurídica quilombola, mas pela relação que se estabelece com o lugar e com aqueles que nele vivem”, assim, com base em Almeida (2018) foi possível identificar que os estudantes quilombolas ao chegarem a

Belém formam novos territórios afetivos, ao dividirem o aluguel com outros estudantes e principalmente nas relações e interações que ocorrem na sala da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA), nas suas relações de troca, na cultura, identidade, apoio, amizade, no modo de ser e viver, na identificação com o outro, a dor, as alegrias, portanto, os compartilhamentos de emoções propiciam a um novo território que também é um território de afetos.

A conquista da sala da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA) representa um marco para os estudantes quilombolas da UFPA, assim, perpassando pela identidade, permanência e território desses sujeitos. Como apontam os estudantes quilombolas Dandara dos Palmares e Abdias do Nascimento:

A questão do espaço é conquista. Foi uma das conquistas por um espaço, para que a gente possa até se harmonizar, a questão da chegada dos calouros aqui, então esse espaço foi o centro, receptivo, quem chegava, por exemplo, ia procurar alguém e tínhamos que esperar na parada “olha vai esperar lá na parada o povo que está vindo”, hoje tem a sala “olha vai pra ADQ, me encontra lá na ADQ”, a gente tem uma referência, então a sala, acho que ela é isso a nossa referência. (Dandara dos Palmares)

Porque aqui a gente se sente mais à vontade, a gente sente que é uma parte de nossos quilombos, porque a gente tem direito de expressão, a gente tem nosso direito de se expressar, dependendo da nossa dificuldade da gente chegar e falar, a gente tem nosso ambiente de convívio, ambiente de diálogo entre as pessoas, a gente tem nossas reuniões nas quais a gente apresenta nossas dificuldades, as dificuldades que nossas comunidades estão passando, que nossos quilombos estão passando, de tudo que está correndo dentro do nosso território então esse é o melhor ambiente que chega a se comparar com nosso quilombo, com nossa comunidade. (Abdias do Nascimento)

A sala é o ponto de encontro dos estudantes quilombolas e também é o local dos debates, das trocas, das lutas, das relações afetivas e, além disso, assume papel importante de apoio e luta para a permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará, se tornando referência para esses estudantes, e se aproximando para muitos de “um novo” lar ou/e a “extensão” de suas comunidades quilombolas. Para Marques (2009, p. 344) a relação entre quilombo e comunidade é intrínseca, pois segundo ele:

Quilombo, [...] não é apenas uma tipologia de dimensões, atividades econômicas, localização geográfica, quantidade de membros e sítio de artefatos de importância histórica. Ele é uma comunidade e, enquanto tal, passa a ser uma unidade viva, um *lócus* de produção material e simbólica.

Institui-se como um sistema político, econômico, de parentesco e religioso que margeia ou pode ser alternativo à sociedade abrangente.

Nesse sentido, a estudante quilombola Anastácia em comparação a sua comunidade e a sala da ADQ corrobora que:

Lá a gente chega parece que está em casa, à gente se sente muito à vontade com os amigos, onde a gente pode se reunir, inclusive lá eu conheci muitas pessoas que até antes eu poderia passar perto mais eu não sabia que eram quilombolas e lá todos chegam, um fala com o outro, se abraça, a gente conversa, foi uma coisa muito boa que aconteceu pra gente foi essa sala lá.

O depoimento da estudante quilombola Anastácia configura-se em elementos da identidade, assim, fazendo parte de uma comunidade, com aspectos culturais, ritos e rituais que os identificam, os aproximam e também os diferenciam de outros grupos na universidade, deste modo, tem-se simbolicamente existe um perfil característico desses estudantes quilombolas e são determinantes da etnicidade desse grupo, com as relações comuns existentes entre eles, como o modo de vida em suas comunidades originais, as relações afetivas, a ancestralidade, a luta pela terra, a condição racial, econômica e social. Assim,

O vínculo positivo que liga vários grupos étnicos em um sistema social englobante depende da complementariedade dos grupos no que concerne certos traços de suas características culturais. Essa complementariedade pode fazer emergir uma interdependência ou uma simbiose e constitui as áreas de articulação anteriormente referidas, ao passo que, nos campos não há complementariedade não pode haver base para uma organização segundo linhas étnicas – não haverá interação, ou uma interação sem referência à identidade étnica. (BARTH, 1998, p. 200)

Nesse sentido, é importante ressaltar o conceito de comunidade, assim, Cohen (1985, apud SANTOS 2010, p. 231) analisa que:

A comunidade como experimentada por seus membros – não consiste em estrutura social ou “no fazer” do comportamento social. Ela é inerente “no pensar” sobre ela. É nesse sentido que podemos falar de comunidade como um construto simbólico antes que estrutural. Ao se procurar compreender o fenômeno da comunidade, nós temos que considerar suas relações sociais constituintes como repositórios de significado para seus membros, não como um conjunto de elos mecânicos.

A sala da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ- UFPA) se apresenta e representa uma comunidade, construída no contexto das relações e interações sociais dos estudantes quilombolas que dela participam. Nesse sentido, Santos (2010, p. 231) analisa que:

Este conceito de comunidade serve para se analisar que a etnicidade se constrói nos limites da sociedade menor. A estrutura comunitária dos quilombos se estabelece por meio de vínculos demarcados pelo pertencimento. O sentimento de pertença se estabelece através da ligação do grupo a terra, o que configura na expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais se confrontam e se relacionam. Nesses grupos, o parentesco constitui-se por meio de normas que indicam ligação ou exclusão de membros.

A professora Zélia Amador de Deus (2012, p. 234) ressalta que negros e negras lutam historicamente e se organizam para a garantia de direitos, pois estes:

Criam associações. Estabelecem alianças. Se (re)aproximam da África. Encontram semelhantes em outros territórios da África negra, de maneira a afirmar um discurso de unidade. Portanto, a resistência venceu. Atravessou os tempos. Não cessou de tecer teias. Construiu redes. Atravessou, não apenas o tempo. Atravessou, também, o espaço e rompeu fronteiras. Em suma, atravessou o espaço circunscrito à Nação.

Para o Reitor da Universidade Federal do Pará, o professor Emmanuel Zagury Tourinho, em relação às salas das associações, enfatizou que “a partir de agora o bloco D é o pavilhão da inclusão, uma conquista dos discentes indígenas, quilombolas e estrangeiros”, nesse sentido, a partir das análises da fala do reitor e das observações e entrevistas realizadas durante a pesquisa, podemos afirmar que o Bloco D a partir das sedes das associações dos estudantes indígenas, quilombolas e estrangeiros ganham uma nova dinâmica e significado em sua caracterização e viabiliza para que haja maior inclusão desses grupos de diversidades na UFPA. Ainda segundo Reitor:

Nós vivemos em uma sociedade que produz cotidianamente a exclusão e a desigualdade, que tolera o racismo e a discriminação. Em uma sociedade assim, a universidade deve empoderar os excluídos e combater a desigualdade e a discriminação. A diversidade cultural, em todas as suas expressões, é uma das nossas maiores riquezas, e hoje nós demos mais um pequeno passo para valorizá-la na UFPA.

Na fala do Reitor da Universidade Federal do Pará o professor Emmanuel Zagury Tourinho assume o compromisso com a diversidade de sujeitos e grupos existentes nesta universidade, garantindo a diversidade identitária e cultural desses sujeitos. Na Figura 10 é possível visualizar o professor Emmanuel Zagury Tourinho proferindo a sua fala, juntamente com a representante do DCE, representante dos povos indígenas, o vice-reitor o professor Gilmar Pereira entre outros.

Figura 10: Reitor da UFPA, o professor Emmanuel Zagury Tourinho proferindo sua fala na inauguração das sedes das associações dos estudantes Indígenas, Estrangeiros e Quilombolas.



Fonte: UFPA

Na inauguração estavam presentes vários representantes da Universidade Federal do Pará, além de representação dos estudantes indígenas, estrangeiros, quilombolas e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPA, assim, o evento contou com a participação da diversidade da universidade, os estudantes puderam fazer suas falas e externar as

conquistas que obtiveram na UFPA, além de cobrar mais iniciativas que garantam a permanência na universidade.

Durante o período de pesquisa de campo, a qual foi realizada na sala da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA, pude perceber que a sala é mais que um espaço de encontro dos estudantes quilombolas, a sala significa o território, luta, encontro de novas amizades e resistência, pois nesse espaço é onde se pauta as demandas das lutas e reivindicações dos estudantes quilombolas, como ressalta o estudante quilombola Abdias do Nascimento sobre a criação da ADQ:

Foi um ganho muito grande a criação da nossa associação aqui dentro da universidade, porque é um grupo coletivo nos quais todos lutam pelo mesmo direito, pelo direito de todos, não existe individualidade, então com a nossa associação aqui à gente se sente mais seguro, porque a gente tem um aparato melhor, tanto pra lutar por nossos direitos, quanto também fazer o nosso acompanhamento nas nossas dificuldades que a gente tem aqui dentro. Então a nossa associação nos dá todo esse suporte, tanto financeiro de ir à busca dos meios financeiros que nos mantêm a nossa permanência na UFPA, e quanto às dificuldades que a gente tem própria dos nossos cursos, das nossas faculdades, então nossa associação aqui eu posso fala que vem em primeiro lugar porque ela que nos dá essa base de apoio.

Assim, é importante elucidar que conforme as entrevistas e observações na sala da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA) pude constatar que este é o principal local na UFPA que esses estudantes re/afirmam e compartilham a identidade comum entre eles “ser quilombola”, assim, havendo a valorização e ressignificação da identidade quilombola.

De tal modo que, o estudante quilombola Zumbi dos Palmares descreve com carinho e emoção que “a sala é como se fosse nosso quilombinho”, fazendo referência a sala da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA). Nesse sentido, Almeida (1998, p. 53) destaca que:

O uso difuso da categoria *quilombo*, ressemantizada e tornada fator de mobilização política, reveste-se hoje de um significado de afirmação étnica, que transcende, entretanto, à ideia jurídica de reparo de injustiças históricas. Inscrevem-se, neste processo, as práticas e ações sociais que visam a garantir a terra representada, *lato senso*, como conjunto dos recursos naturais considerados imprescindíveis ao grupo. Neste sentido é que *quilombo* se torna, mais que objeto de reflexão, um tema obrigatório da ordem do dia do campo de poder, ao mesmo tempo em que constitui um critério político-organizativo para os movimentos que começam a se estruturar em tomo de

entidades locais de representação — as chamadas “associações de moradores” e “associações de remanescentes de quilombos”, ambas organizadas de acordo com unidades sociais designadas como “povoado”, “sítio” e/ou “centro” — e de articulações mais amplas que pretendem a delegação em termos nacionais.

Há uma pluralidade de estudantes quilombolas que frequenta a sala, por serem de comunidades e municípios paraenses diferentes, o que possibilita haver maior diversidade de sujeitos e culturas, além de possibilitar o companheirismo e o compartilhamento de conhecimentos, culturas, histórias e afetos, além de enfrentarem problemas parecidos, mas este também é um espaço político para esses estudantes, já que é o local onde articulam suas demandas e se organizam em movimento.

As estudantes quilombolas Beatriz Nascimento e Ângela Davis explanam sobre a representação simbólica da sala da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA ao destacarem que:

É um espaço de luta, é ali que a gente senta, que a gente articula (tem tal coisa pra fazer, vamos fazer), resolver o problema do Mec (fazer oficina de cartazes), se reunir pra ouvir um pouquinho do outro pra saber as dificuldades pra que a gente possa ajudar, a gente está criando políticas próprias, nossas, que é pra ajudar um ao outro. (Beatriz Nascimento)

Um território, porque a gente não tem uma referência aqui, por exemplo, em Belém, e assim, quando tu vais para a sala, tu encontra pessoas da sua comunidade, é um território fora do lugar de origem, é uma conquista realmente. (Ângela Davis)

Os estudantes quilombolas constituíram um esquema de horários conforme a disponibilidade de cada um para se responsabilizarem pela sala, assim, estes têm que abrir, fechar e responsável pela conservação do espaço.

A utilização do espaço pelos estudantes quilombolas se dá de inúmeras formas, como por exemplo, para a troca de informações e ajuda, para fazerem trabalhos, para a utilização dos computadores, para conversarem, para se reunirem e para realizarem atividades, planejamento e estratégias para a permanência e melhores condições na universidade e também como local de descanso para grande parte dos estudantes que passam o dia toda universidade e também para aqueles que após grandes filas no RU se direcionam para a sala para descansar.

A Figura 11 abaixo mostra a vista panorâmica da sala da ADQ em um dia com movimentação.

Figura 11: Vista panorâmica da sala da ADQ.



Fonte: ADQ.

Ainda em relação à sala e os estudantes quilombolas é importante destacar que muitos estudantes participam ativamente da sala da ADQ e de suas atividades, outros nem tanto, mas todos os estudantes quilombolas sabem que a partir do momento que precisam de apoio, a associação está para atendê-los, como relata os estudantes quilombolas Abdias do Nascimento e Marielle Franco:

Esse é um encontro muito construtivo dentro do nosso coletivo, dentro da nossa associação, porque a gente acaba vendo a realidade de outros amigos, de outros companheiros, de outras comunidades, de outros quilombos e assim, dependendo da dificuldade de cada um que se encontra aqui a gente até mesmo entra em diálogo, em debate, vendo essa dificuldade e junto com a associação vendo a melhor forma da gente está ajudado a revolver essas tais dificuldades, que todos encontram aqui dentro da UFPA (Abdias do Nascimento).

É um marco para nós discentes quilombolas ter uma associação que nos representa, até para aqueles que se escondem com medo de ser discriminado, eles sabem que quando precisarem eles vão ter esse apoio. (Marielle Franco)

É importante destacar que nos eventos realizados pelos próprios estudantes quilombolas e pela UFPA os quais acompanhei como observadora no período de pesquisa, foi possível notar a maneira carinhosa de identificação e denominação desses estudantes, aos quais se apresentam como “irmãos quilombolas”, que pode ser definida pelo fruto do companheirismo existente entre eles e também a história comum do seu povo. Além disso, existe a comparação e identificação da sala com o seu lugar de origem, com o território quilombola, como mencionado abaixo pelos estudantes quilombolas Beatriz Nascimento e Zumbi dos Palmares:

É um território, nosso território, nosso território aqui dentro da universidade.
(Beatriz Nascimento)

A sala represente hoje pra nós a nossa casa na UFPA, o nosso espaço de refúgio na UFPA, porque, mesmo tendo a associação antes da sala os alunos ainda ficavam perdidos na universidade, ainda ficavam pelos corredores das suas faculdades porque não sabiam pra onde ir, não sabiam quem procurar, não sabiam quem era quilombola, quem não era. A sala se tornou um ponto de refúgio, de encontro porque tu sabes, tu és quilombola, mesmo tu não participando da associação tu sabe que tem uma sala e que se se tu for lá tu vai encontrar outro quilombola [...]. Nosso ponto de refúgio, nosso ponto de encontro, que a gente tem essa segurança que indo lá tu vai ter um quilombola ali que vai te receber, mesmo que tu não conheça, tu sabe que vai ter alguém, tu sabe que tu não está perdido, em qualquer lugar da universidade que tu esteja, que tu se sentir só, tu sabe se tu for pra sala, tu vai encontrar alguém lá [...]. (Zumbi dos Palmares)

Anteriormente a criação da ADQ-UFPA havia dificuldade de encontro, de localização na UFPA e que implicavam na organização desses estudantes, como analisa a estudante quilombola Marielle Franco:

Eu acho muito interessante o papel da ADQ, eu entrei em 2015, eu sou do processo de quando não existia ainda a associação na universidade, então a gente teve bastante dificuldade na questão de deslocamento dentro da universidade, tu eras tudo perdido, tu não sabias onde ficava nada [...] quando tu não sabe fazer determinada coisa no computador tu vai lá que tu tem alguém que vai te orientar sobre aquilo, mas quando eu entrei em 2015 eu não tive isso, como hoje as demais pessoas tem esse privilégio.

Até o ano de 2017 os estudantes quilombolas eram convidados a participarem das atividades referentes à Semana da Consciência Negra na UFPA promovidas por grupos de pesquisas, entre outros, todavia, no ano de 2018 a ADQ promoveu a sua própria semana e

convidou a comunidade acadêmica para participar das atividades propostas que se constituíram de diversas formas, com palestras, apresentações de dança afro-brasileiras, apresentações musicais que foi realizado em parceria com o Diretório Central dos Estudantes da UFPA (DCE-UFPA) como podemos ver na Figura 12 abaixo:

Figura 12: Programação da Semana da Consciência Negra 2018 promovida pela ADQ.

DCE UFPA Gestão Por Todos os Cantos Apresenta:

Semana da Consciência Negra

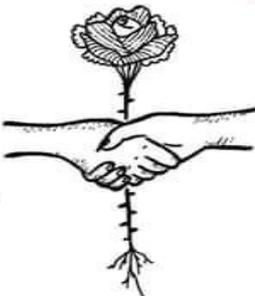
PROGRAMAÇÃO:

Segunda-feira 19/11:
II Seminário de Consciência Negra
Início: 08h30
Local: Auditório Haiton Correa (Altos ICJ)
Realização: CADEL

Sexta-feira 22/11
Oficinas de Turbante e Trança
Início: 16h
Local: Jardim do Bloco D - Básico
Realização: DCE UFPA - ADQ

Quarta-feira 21/11
Roda de Conversa
Início: 9h30
Local: Hall do Mirante
Realização: DCE UFPA

CINEFAU: "Negritudes"
Início: 16h
Local: Auditório da FAU
Realização: CAAU



DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA
LOCAL: Jardim do Bloco D/Básico - Sala da ADQ

<p>09h Roda de Conversa: Memória, Compromisso e Protagonismo do nosso povo Quilombola.</p> <p>11h Apresentação Cultural - Lundum</p> <p>15h CINEDEBATE: Samba de Cacete</p> <p>18h Roda de Carimbó - Samba de Cacete</p>	<p style="text-align: right;">19h Grupo de Carimbó - Cobra Venenosa</p> <p style="text-align: right;">20h Desfile das Misses</p> <p style="text-align: right;">22h Encerramento</p>
--	--

***Venda de comidas e artesanato o dia inteiro**

Realização:






Fonte: ADQ.

O dia foi marcado pelo debate em torno das questões étnico racial, da valorização e reafirmação da cultura afro-brasileira e a identidade negra, contando com expressiva

participação dos estudantes quilombolas e de outros estudantes, como podemos verificar nas figuras abaixo:

Figura 13: Apresentação dos Estudantes Quilombolas no dia da Consciência Negra na UFPA.



Fonte: ADQ.

Entre os processos culturais construídos pelos homens e pelas mulheres na sua relação com o meio, com os semelhantes e com os diferentes, estão as múltiplas formas por meio das quais esses sujeitos se educam e transmitem essa educação para as futuras gerações. É por meio da educação que a cultura introjeta os sistemas de representações e as lógicas construídas na vida cotidiana, acumulados (e transformados) por gerações e gerações. (GOMES, 2003, p. 170)

Neste contexto político, social e cultural as populações negras e quilombolas construíram sua identidade de luta e resistência, assim, a Semana da Consciência Negra

representa um dia simbólico de lutas e reivindicações de reconhecimento e valorização da identidade étnica desses sujeitos.

Figura 14: Participação de estudantes na programação da Semana da Consciência Negra dos estudantes quilombolas da UFPA.



Fonte: ADQ.

Nesse sentido, quando pensamos a articulação entre educação, cultura e identidade negra, falamos de processos densos, movediços e plurais, construídos pelos sujeitos sociais no decorrer da história, nas relações sociais e culturais. Processos que estão imersos na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, entre a memória e a história. (GOMES, 2003, p. 171)

Desde 2015 os estudantes quilombolas vêm sendo protagonistas de suas histórias e com a criação da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA esse movimento tem se intensificado, assim, os estudantes quilombolas foram/são protagonistas de diversas conquistas e lutas na universidade e sempre em movimento e fazendo movimentos.

Ainda a estudante quilombola Beatriz Nascimento reitera que é preciso que estes sejam vistos por toda a universidade, que tenham mais visibilidade e que sejam reconhecidos, com sua cultura e identidade, como podemos observa na fala abaixo:

Eu digo que a gente está preso aqui dentro dessa sala e que a gente não pode ficar apenas preso aqui, a gente precisa botar pra fora, esse povo precisa nos enxergar, nos identificar, essa cultura é quilombola, porque nós somos misturados, somos negros urbanos, é uma coisa que eu acredito que a gente precisa fazer ainda, é nos posicionar na verdade, as pessoas precisam saber que nós estamos aqui, as pessoas precisam ver determinadas características nossas, e identificar que essa pessoa é quilombola, essa cultura, essa dança, essa música é quilombola, porque nós ficamos misturados.

Assim, existe a preocupação e a necessidade desses estudantes ocuparem outros espaços para o seu fortalecimento cultural e identitário, pois a sala é o lugar de organização e encontros, mas não pode ser o único e exclusivo lugar para se ocupar por esses estudantes.

Atualmente a sala está ficando pequena para comportar os estudantes quilombolas, principalmente em dias de assembleia ou outras atividades realizadas pela ADQ como analisa os estudantes quilombolas Dandara dos Palmares e Zumbi dos Palmares:

Hoje com mil e poucos quilombolas que se tem aqui a nossa sala já se tornou pequena. A gente daqui com um tempo tem que conseguir algo maior, porque acredito que a gente precisa de um auditório com a nossa cara, que esse auditório lá tivesse toda uma especificidade, seria um abraço. [...] e aí ela já está muito pequena pra nossa demanda, mas está sendo muito útil. [...] Hoje com mil e poucos quilombolas que se tem aqui, a nossa sala já se tornou pequena (Dandara dos Palmares).

E assim, foi hoje os quilombolas do nada vão se reunindo na sala, conhecendo outros quilombolas, e ai hoje tu percebe essa união dos quilombolas na universidade, sempre em grandes grupos, cinco, seis, sete, oito pessoas, hoje a sala reuni 20, 30 até 50 pessoas (Zumbi dos Palmares).

Ainda a estudante quilombola Dandara dos palmares relata o porquê de haver necessidade de um espaço maior para esses estudantes, ao evidenciar que:

No dia 18 na sala dos indígenas não deu, esse espaço lotou, eu tenho fotos, lotou, por ai eu tiro, se lá nesse espaço tivesse uma sala ao lado com auditório um banheiro ali a gente já estava agraciado, porque a nossa demanda ela é grande, então a gente precisa lutar por um espaço maior, porque é a nossa referência, a gente precisa se referendar disso, [...] a gente não quer só uma sala, a gente quer um auditório pra nós quilombolas, um

espaço bem maior pra gente poder se acolher, pra gente poder fazer nossos eventos e pra gente poder quando tiver nossos eventos maiores [...]. E se a gente não tivesse a sala da ADQ? Alguns ficaram tudo jogado no hall da reitoria por conta que foram liberar era 1h da noite as salas onde iriam ser o dormitório do pessoal, isso pra mim foi à gota d'água, foi humilhante.

Assim, surge a necessidade de se ter um espaço para estes realizarem seus eventos, principalmente quando esta envolve atividades conjuntas com outros grupos de diversidade, haja vista que, existe um número expressivo de estudantes quilombolas na UFPA e quando somados juntamente com os estudantes indígenas as salas ficam pequenas, e, assim, exigem que haja um maior espaço.

Figura 15: Discussão dos estudantes quilombolas na Semana da Consciência Negra dos estudantes quilombolas da UFPA.



Fonte: ADQ.

Nas atividades da Semana da Consciência Negra houve várias discussões, formação e informação e foram promovidas pelos próprios estudantes quilombolas que assumiam o

protagonismo desses momentos, promovendo muitos debates em torno da resistência e fortalecimento da identidade e cultura desses estudantes.

A sala da ADQ, através da Associação dos Discentes Quilombolas se torna relevante para esses estudantes, considerando-se que, promove um espaço de fortalecimento da identidade e cultura quilombola, além de que possui um dos elementos essenciais para muitos estudantes quilombolas que se encontram em maiores condições de vulnerabilidade, se tornando também, base para muitos quilombolas na busca pela permanência.

4.3 A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: O QUE DIZEM OS PROTAGONISTAS

A permanência dos estudantes quilombolas perpassa por múltiplos desafios e estes são internos e externos a universidade, assim, surge à necessidade de dar voz a esses sujeitos, nesse sentido, daremos ênfase às falas dos estudantes quilombolas que foram entrevistados para esse estudo. Além de analisarmos os principais relatos desses estudantes, considerando o percurso na educação básica; e a relação com a comunidade, família, deslocamento; e a relação com o ensino superior com ênfase à permanência, e evidenciaremos o que já avançou e o que precisa avançar em relação à permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará.

Mediante o exposto acima, trataremos do desafio da permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará que é um dos objetivos desse estudo, pois que, para além do acesso é preciso que esta garanta a permanência desses sujeitos na universidade.

Utilizaremos o termo “permanência a partir da ideia de tempo (duração) e transformação” conforme Santos (2009, p. 67) a qual se apoia nos conceitos de Lewis e Kant. A autora reitera que:

De um modo geral, pode-se dizer que a permanência é, pois, duração e transformação; é o ato de durar no tempo, mas sob um outro modo de existência. A permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiências e a transformação de todos e de cada um. (Santos, 2009, p. 68)

Ainda com base na autora (2009, p. 77) a permanência ainda deve ser entendida como de permanecer no curso até a conclusão do curso e “preferencialmente com qualidade suficiente que lhes permita a transformação individual e do seu meio social e, com vistas aos estudos na pós graduação, nos parece óbvio que ela não pode ser resumida, meramente, ao assistencialismo” e ainda o permanecer é um “ato de persistir na continuação dos estudos que permita não só a constância do indivíduo, mas também a possibilidade de transformação e existência” (SANTOS, 2009, p. 120).

Os estudantes quilombolas expressam a sua luta pela permanência cotidianamente e em vários espaços físicos e virtuais, assim, a Figura 17 abaixo foi retirada da rede social da ADQ na internet, a qual mostra um dos slogans que esses estudantes utilizam em vários espaços que é preciso “resistir para existir”, mostrando que a luta é contínua, e que é preciso resistir aos desafios que enfrentam no dia a dia, e principalmente as barreiras enfrentadas para a permanência na universidade.

Figura 16: Slogan da ADQ-UFGA: Resistir para existir.



Fonte: ADQ-UFGA.

Deste modo, faremos uma breve análise de alguns dos desafios detectados durante as entrevistas realizadas para esse estudo, de modo que, é preciso primeiramente compreender as particularidades e identidades próprias dos estudantes quilombolas, o que nos leva a recorreremos a Geertz (2014, p. 7) ao enfatizar que:

Nos escritos etnográficos acabados, inclusive os aqui selecionados, esse fato – de que o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem – está obscurecido, pois a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente.

Posto isso, com base nas entrevistas faremos um panorama no que concerne a permanência na UFPA a partir das falas dos estudantes quilombolas, as quais nos chamam atenção, pois a maioria dos relatos ressaltam as dificuldades e as estratégias para a permanência na universidade, por exemplo, sair de sua comunidade para outra cidade, o racismo institucional, a alimentação, a moradia, as dificuldades no curso escolhido, fatores que levaram estudantes quilombolas a desistirem de suas vagas na Universidade Federal do Pará, ressaltando que esses fatores são analisados a diante. Como enfatiza a estudante quilombola Dandara dos Palmares abaixo:

A gente costuma matar um leão, talvez um cachorro, talvez um gato que seja por dia, mas todo dia a gente encontra problema aqui, (Dandara dos Palmares)

4.3.1 Deslocamento: saudade da família, adaptação, laços afetivos e permanência

Para muitos estudantes que ingressaram na Universidade Federal do Pará através do Processo Seletivo Especial destinado as comunidades quilombolas e tiveram que se deslocar para outro município, está foi à primeira experiência longe de casa, da família, dos amigos e da comunidade, assim, em muitos relatos podemos perceber que a saudade implica também na permanência desses estudantes na universidade. O apoio da família é essencial, seja ele afetivo e/ou financeiro, principalmente para os estudantes que praticamente dependem somente da Bolsa Permanência do MEC ou de outros auxílios da UFPA. Como podemos observar nas falas abaixo:

É muito recente eu vim para cá, estou no segundo semestre, eu só pude voltar em minha comunidade em setembro, foi quando teve a festividade lá, uma das maiores festas do Baixo Tocantins que é o Festival Quilombola da Vila de Umarizal. (Conceição Evaristo)

Meu pai é falecido, então eu conto só com a ajuda da minha mãe. Há uma certa dificuldade no começo, nos primeiros dias. A gente começou a receber a bolsa a partir de agosto, então até julho eu não pude ir a minha comunidade, não tinha condições, então eu só pude voltar em setembro. (Conceição Evaristo)

A gente tem também esse choque porque a gente está acostumado a está ali perto da mãe da gente, quando a gente precisa de alguma coisa a gente vai lá fala com ela, mas aqui a realidade é totalmente diferente, aqui a gente não tem nem pra quem recorrer, foi um choque que eu senti, porque eu sou muito próximo a minha família e eu nunca tinha saído pra morar longe deles. (Bob Marley)

Foi muito difícil porque eu nunca tinha saído de perto de meus pais, ficou muito difícil para mim à questão de não está perto deles, eu chorava muito, eu sofri muito, muito mesmo por conta disso. Vim para cá pra Belém, não conhecia ninguém, nunca tinha vindo para cá, não sabia nem o rumo da faculdade, nem qual era a minha sala, fiquei perdidinha, foi muito difícil vim para cá. (Luiza Mahin)

Então consegui ficar aqui, fiquei no máximo uns três meses, e voltei pra Abaetetuba, não conseguir me adaptar, era dor de cabeça todos os dias, ônibus lotado, tinha que volta cedo porque Ananindeua é longe da universidade, eu não morava aqui próximo ainda e eu tranquei, eu não conseguir, eu me sentia muito mal mesmo porque eu não conseguia falar direto com minha família, porque pra lá não tem telefone, não tinha na época e tinha poucos amigos e não tinha com quem conversar. (Tereza de Benguela)

Eu sinto muita falta de casa, eu sempre digo que o povo daqui é privilegiado porque eles sempre estão em seus quilombos, uma hora, duas horas, pra gente é muito complicado porque pra gente chegar em casa a gente precisa ter bastante dinheiro, porque de navio a gente tira três dias até Santarém e de lá ainda temos que pegar mais um barco mais doze horas, é bem puxado e de avião normalmente a passagem é muito caro, e o fato da gente não ter uma renda pra estar fazendo essas viagens, então a gente escolhe normalmente uma vez ao ano pra ir em casa. (Beatriz Nascimento)

Eu não vou muito à minha comunidade, porque se tu vais, vai faltar dinheiro para outras coisas e aqui a gente não vive sem dinheiro. (Marielle Franco)

É importante destacar que, dependendo de sua condição financeira estes demoram de dois a três meses ou mais sem irem a suas comunidades, o que se deve aos custos de deslocamento de Belém para as comunidades quilombolas, implicando diretamente na dificuldade de retornarem na próxima semana em Belém, pois estes têm que custear os seus gastos semanais em Belém. Ainda em relação ao deslocamento, os estudantes quilombolas relatam que:

É complicado, é difícil até por conta de se adaptar, eu passei uma semana morando sozinha, num local onde você não conhece ninguém, não tem com quem sair, não tem com quem dialogar, almoçar, numa enorme de uma

universidade, onde você não conhece nada, só sabe onde é o RU, o prédio que você estuda é a casa, e só. (Conceição Evaristo)

Eu encontrei muita dificuldade, primeiramente porque eu não nunca tinha vindo nem em Belém, eu não tinha noção de como era uma vida na cidade e logo quando eu cheguei eu me deparei, assim, era uma correria pra pegar ônibus e também um modo de vida que era totalmente diferente, porque lá na nossa comunidade as vezes quando falta alguma coisa a gente vai na casa do vizinho e emprestava e quando eu cheguei pra cá eu vi que isso era totalmente diferente, aqui se eu não tiver dinheiro eu não tenho aquilo que eu quero. E quando eu vim pra cá, digamos que eu não passei fome, mas eu cheguei a quase passar fome, porque a minha família não tem condições financeira, a única coisa que a minha mãe recebia era o bolsa família, que era o único dinheiro que ela me mandava, ela recebia em torno de R\$ 450 reais e todo o dinheiro que ela recebia, ela só mandava pra mim pra pagar aluguel e pra me manter aqui, foi uma dificuldade muito grande. (Bob Marley)

Quando eu cheguei aqui na universidade, tipo Belém eu não conhecia ninguém, não sabia andar aqui em Belém, eu não sabia nada aqui em Belém, eu não sabia onde procurar informações. Parece que cheguei noutro mundo, parece não, quando a chega do interior e chega à universidade parecer que e outro mundo pra gente, a gente é olhado tudo estranho e quando a gente chega aqui os professores não e igual do ensino médio, que eles falam pra fazer o trabalho faz isso aqui e aqui não eles não falam nada você, se fez o trabalho fez, se não fez não tem problema se fez a gente entrega e outro nível muito e muito avançado eu achei tipo estranho isso porque depende só de ti tipo de mim se eu quiser fazer meu curso se eu não quiser mata aula se eu não quiser isso depende só de mim lá em casa quando eu fazia o ensino médio o papai ficava falando tu não vai pra aula e aqui não eu vivo sozinho só com meus amigos aqui cada um por si e estranho isso. (Agostinho Neto)

Gente esse mundo não é meu, eu fiquei dois meses, nessa coisa, querendo desistir, porque foi muito difícil pra mim, eu cheguei dentro da sala e foi um choque, o professor já foi passando trabalho, com duas semanas depois já foi passando prova, meu deus do céu, eu não sabia nada: E agora o que eu vou fazer? Vou desistir, aí minha prima me ajudou muito, falou pra eu não desistir, falou pra eu continuar, quando eu entrei a primeira coisa que eu percebi, esse mundo não é meu, depois de muito tempo que eu já fui pegando gosto pelo curso, agora já está tranquilo. (Luiza Mahin)

Bom a minha vinda foi em 2015. Não foi nada fácil, porque lá a gente vive de uma forma bem mais tranquila, sem muito trânsito, sem muito barulho, chegando aqui eu me deparei com uma realidade totalmente diferente da minha, inclusive eu morava em Ananindeua e tinha que vim pra cá, pra universidade super cedo e o ônibus muito lotado, as pessoas muito agoniadas ali dentro, esse foi alguns dos motivos que me fez trancar o curso, porque eu não consegui me adaptar, a alimentação também, conhecia poucas pessoas, nesse tempo não tinha muitos quilombolas também estudando, em 2015. (Tereza de Benguela)

Logo no começo tive muita dificuldade pra me adapta aqui, porque a gente vem de lá, é um silêncio, uma tranquilidade, uma coisa muito boa lá, e a gente chega aqui, viver dentro de uma cidade que é um barulho, é trânsito, calor, tudo isso e eu custei muito pra me adaptar, eu até quis ir embora, liguei pra minha família que eu não queria ficar aqui, isso com três meses que eu estava aqui, eu não queria ficar aqui, eu queria ir embora daqui e a

minha mãe falou: não minha filha fica quer tu vai conseguir se adaptar e eu continuei aqui, graças que eu encontrei meus amigos, minha irmã que também já está aqui e eles me ajudaram muito. Tudo isso fiquei totalmente perdida, que eu não sabia nem como pegar ônibus, para onde ir, que ônibus pegar. (Anastácia)

Os relatos acima mostram que, para além das dificuldades financeiras que os estudantes enfrentam cotidianamente, a saudade de casa e da comunidade influencia muito na sua permanência na universidade, fazendo com que alguns abandonem a faculdade e retorne para suas comunidades. Para muitos estudantes quilombolas sair da comunidade e se deslocar para outro município é muito difícil. Pois é uma outra realidade que se encontra no modo de ser, de viver e na identidade desses/dessas estudantes, assim, Cardoso (2007, p. 73) ressalta sobre as populações tradicionais que:

Suas formas de vida, seu ordenamento temporal e territorial são marcados pela complementaridade entre os elementos que compõem seu habitat. É indiscutível a presença das populações tradicionais nas discussões e ações concernentes ao conhecimento da história local, pois seus saberes traduzem o conhecimento acerca da utilização das florestas, rios e diversos outros ecossistemas.

Para esses estudantes a vida nas comunidades é diferente da vivência na cidade, nesse sentido, as relações são diferentes, o modo de vida é diferente, além da relação de parentesco com a vizinhança. Assim, se deslocar da sua comunidade, principalmente logo no começo, causa alguns transtornos, além das dificuldades que esses sujeitos têm de se adaptar, pois as relações e interações sociais se diferenciam, já que, a dinâmica social e territorial desses sujeitos é modificada principalmente nas relações de troca, na alimentação, nas relações afetivas, no modo de ser e viver, entre outros fatores citados pelos estudantes quilombolas entrevistados. Segundo Haerter, Júnior e Bussoletti (2013, p. 376):

As comunidades quilombolas, maneira pela qual comunidades negras com ascendência escrava normalmente se autoidentificam no contexto social e político brasileiro atual, possuem algumas características comuns, como a relação com sua ancestralidade, o uso comum de recursos naturais com a água e a terra em se tratando de comunidades negras rurais, as fortes relações de reciprocidade entre os seus membros, a evocação de memórias coletivas cuja tessitura remonta ao sistema escravista brasileiro, além de crença em uma ancestralidade comum.

A estudante quilombola Elza Soares uma das estudantes que cancelaram a matrícula na UFPA, relata que “era muito difícil deixar a minha filha, o meu marido trabalha em outro município, então ela não ficava com nenhum de nós e não dava pra trazer ela, pois não tinha com quem deixar em Belém”, ressalta ainda que “toda semana quando retornava a Belém, ela ficava chorando, e pedia pra ficar” e isso fez com ela desistisse da vaga, garantindo que ficar longe da filha era muito difícil, pois os laços afetivos e familiares influenciaram na sua permanência na universidade, para muitos estudantes é complicado, principalmente quando se tem filhos pequenos e não ter com quem deixar e/ou quando não consegue passar pelo período de adaptação.

Outro fator é o estranhamento da saída da comunidade para a cidade de Belém. Nas entrevistas os jovens colocam as dificuldades enfrentadas ao se deslocarem para a cidade, pois estes vão para um espaço diferente, com costumes e culturas diferentes, como destaca Santos (2009, p. 73-74) “Os estudantes das classes populares que adentram à universidade, em geral o fazem de forma pioneira e os primeiros dias são de muito estranhamento àquele mundo distante e distinto do seu”. Além da distância da família e a falta de recursos financeiros para o deslocamento da cidade para o campo e vice-versa. Ainda assim, a cidade e campo acabam por formar relações de sonhos e afetos, o encontro de uma nova realidade a qual os estudantes quilombolas passam a se relacionar. Para Williams (1989, p. 19) “A vida no campo e na cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo, move-se e sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamento e decisões”. Muitos enfrentam a saudade de suas famílias, amigos e comunidade, pois muitas vezes são muito envolvidos em suas comunidades e que possuem laços afetivos.

O movimento de ir e vir entre o quilombo e a cidade são pautados pela precariedade e provisoriade das condições enquanto estudante, pois estes dependem da bolsa permanência e muitos só retornam as suas comunidades após dois a seis meses depois que mudam para a cidade de Belém.

4.3.2 A bolsa permanência: a primeira etapa do processo seletivo?

Muitos jovens de comunidades quilombolas, após a conclusão do ensino médio, nunca tentaram prestar o vestibular e tem aqueles que tentaram e não tiveram muito êxito. O insucesso desses sujeitos ao prestar vestibular consiste em diversos motivos entre esses estão:

o ensino precário nas escolas das comunidades camponesas, o que faz com que o jovem quilombola tenha pouco conhecimento/preparo para o vestibular; também o medo de sair de casa/comunidade sem condições de permanência na cidade ou em outro município para cursar uma universidade, haja vista que, nem todas as famílias têm condições de manter seus filhos na cidade ou em outro município.

Portanto, o PSE surge como a oportunidade de ingresso na universidade para esses sujeitos, por ser um processo seletivo destinado especificamente para comunidades quilombolas através da Resolução nº. 4309, de 27 de agosto de 2012 da Universidade Federal do Pará, assim, com a possibilidade de se ter uma bolsa/auxílio financeiro ao ingressarem na universidade faz com que muitos quilombolas participem desse processo seletivo, pois com a bolsa minimamente será possível à garantia de permanência desse quilombola na universidade, como podemos analisar nas falas dos estudantes quilombolas abaixo:

A partir do momento que eu entrei, eu não recebi a bolsa logo e tem essa dificuldade muito grande, a universidade não oferta esse suporte que a gente precisa, principalmente nesses primeiros meses, porque a gente precisa de recursos para a gente poder comprar nossos materiais didáticos. (Bob Marley)

Até agora eu não consegui nenhuma bolsa, eu não tenho nenhuma bolsa, em casa nós somos quatro que estamos na universidade e somente um tem bolsa que é a bolsa permanência que ele conseguiu, mas foi o único até então. É muito puxado, é muito complicado pra se manter aqui dentro, nossos pais a gente sabe que não tem condições, meu pai não tem renda, trabalha em uma associação e a única renda dele é fazendo biscoito de castanha, doce, bolo essas coisas, a minha mãe trabalha numa cooperativa da nossa comunidade de serviços gerais, então a gente sabe que a nossa maior dificuldade principalmente é a financeira, pra gente se manter aqui. (Beatriz Nascimento)

Meus pais que me ajudaram durante os quatro meses que eu vivi sem bolsa nenhuma, só meus pais me ajudando, mandavam dinheiro pra mim, depois desses meses que eu consegui acessar a bolsa emergencial, eu consegui receber a bolsa emergencial, e recebi até mês passado, com isso eu estava vivendo, meus pais mandavam dinheiro pra mim, porque só isso não dava, só a bolsa emergencial não dá pra tu viver aqui, é muito gasto. A questão de convivência, a questão financeira, aqui em Belém é muito gasto. (Luiza Mahin)

A maior dificuldade foi financeira porque minha mãe e meu pai não são bem de condições e quando eu cheguei aqui senti muito, principalmente a moradia, porque não tinha onde eu morar, nos primeiros três meses antes de eu receber ficava morando na casa dos outros, e às vezes eu deixava de almoço pra janta, os três meses foram muito ruim pra mim. (Agostinho Neto)

É muito complicado porque a gente tem ajuda só depois de três meses, até quatro pra gente receber ajuda, que é a bolsa. E enquanto isso a gente se mantém com a ajuda da nossa própria família, e é muito difícil, é mais

complicado ainda, o custo de transporte, de alimentação porque só da universidade não é suficiente, nem sempre dá tempo pra gente ir almoçar e jantar no RU, e também outras coisa mais, que inclui também, a gente gasta e não tem como está ressarcindo isso, e também isso fez com que eu voltasse para Abaetetuba porque nossas famílias não tem condições suficiente, pelo menos a minha, não tem condições totais pra me ajudar, pra eu me manter, pagar o aluguel mais próximo (do Campus Guamá) porque eu pagava ônibus todos os dias pra mim chega mais cedo, porque nem todas as aulas são na universidade, as vezes são em outros lugares e eu tinha que gastar e eles tinham que mandar, às vezes não tinham, ai eu tinha que faltar na aula, ou, não me alimentava e ia para as aulas de campo é muito complicado não é nada fácil a nossa estadia aqui, logo quando a gente vem é por causa dessa ajuda de custo, mas que a gente não tem também logo no início. (Tereza de Benguela)

No começo foi complicado pra mim, eu perdi minha avó, eu fui criado por ela porque a minha mãe não tem condição de me manter aqui. Eu fiz com a mentalidade de fazer, mas não sei se meu futuro vai ser prospero, se eu vou conseguir me instalar aqui para estudar, eu passei, comemorei, mas eu estava pensando como é que eu vou fazer, porque a única pessoa que podia me ajudar era a minha avó, ai nessa comemoração veio o meu tio e falou pra mim “que iria me ajudar no que poder e que podia contar com ele”. Assim, ele me ajudava, me mandava R\$ 200 reais, R\$ 100 reais, inclusive até hoje ele está devendo porque ele preferiu me ajudar. Ainda bem que só demorou três meses pra eu poder receber, no caso do meu amigo que custou bastante pra receber, porque ele não colocou um documento. (Florestan Fernandes)

No início é muito difícil à gente se deslocar da nossa comunidade pra vim morar no meio urbano, onde a gente não tem onde morar, principalmente as nossas famílias não tem condições de bancar os nossos gastos, principalmente aluguel, alimentação, transporte e é muito difícil, à gente não tem no exato momento quando a gente adentra no ensino superior um suporte de imediato da UFPA, da universidade, a gente não tem esse suporte, então isso acaba muitas vezes, muitos colegas desistem por esse motivo, essa é a parte mais difícil de permanecer, em prosseguir por que se a gente não tem um suporte de imediato, isso deixa a gente bastante sem rumo, dificultando assim que a gente possa permanecer na universidade. (Abdias do Nascimento)

Ela deu uma oportunidade pra nós está aqui, mas só quer ela não deu esse suporte, porque até inclusive a bolsa que a gente recebe, eu inclusive passei seis meses pra eu conseguir receber minha bolsa e antes disso a gente fica só com a ajuda da família para se sustentar. (Anastácia)

A partir do momento que tu adentras a universidade, tu fazes todo um cadastro pra tu ganhar uma bolsa, mas tu leva três meses pra começar a receber e isso quando está tudo organizado, tudo certinho a documentação, senão bem mais que isso. Durante esses três meses tu tem que ficar na casa de parentes, de primos, de tios até tu começar a ganhar a bolsa pra tu alugar um espaço pra conseguir se manter ou então compartilhar com alguém. (Marielle Franco)

Então a partir de minha chegada aqui o meu maior entrave foi à questão financeira, porque a universidade não vende uma folha de papel fiado pra gente e como eu não tinha nenhum tipo de recurso, de bolsa a não ser ajuda da minha irmã, dos colegas, e principalmente de alguns amigos que eu consegui fazer aqui pra poder sobreviver. Porque a nossa permanência aqui,

digo com muita convicção, depende muito de nossa situação financeira, porque esses primeiros meses que nos dão para se inscrever nas bolsas é muito difícil, até porque você ainda vai ser analisado, de repente os documentos não estão todos corretos e a gente precisa refazer esse processo, então eu passei por isso quando o Mec identificou que não existia documento nenhum na bolsa emergencial, então eu me desesperei porque eu tive que fazer o pedido da bolsa da bolsa permanência, então eu tive que fazer o pedido emergencial e a partir de fevereiro que eu consegui receber a bolsa, sendo que eu cheguei aqui no dia 25 de setembro e ainda passei uma semana sem ter aula, então isso, conseguir superar algumas coisas, até hoje eu ainda estou com essa dificuldade financeira porque a bolsa de 400 reais não dá pra nenhum ser humano sobreviver diretamente, mas continuando de algumas pessoas, da minha mãe graças a Deus, da minha irmã, a gente está conseguindo se ajudar, hoje num kit net estamos cinco pessoas, mas nós já fomos até sete, até semana passada, e a gente um dando a mão pro outro porque só três pessoas tinham bolsa, sendo que duas tinham bolsa permanência e uma bolsa emergencial que no meu caso e os outros nada, bolsa nenhuma, então só pra dizer assim, que por conta dessas situações que a gente perpassa aqui, a gente fica adoecido sim, é questão psicológica. (Dandara dos Palmares)

Ainda tem essa questão da bolsa do MEC, que a gente ver que está externo a universidade, mas que interfere aqui no ensino, que muitas pessoas necessitam dessa bolsa, que não tem como se manter aqui. (Ângela Davis)

Os estudantes quilombolas têm inúmeros gastos para estudarem fora de suas comunidades e principalmente em outro município, já que, estes têm que custear desde os gastos com aluguel, despesas com alimentação, transporte, material didático entre outros, e muitos contam apenas com as bolsas/auxílios que a universidade oferece, assim, para muitos estudantes sem condições de se manterem na universidade saber que tem como conseguir algum auxílio/bolsa faz com que estes se inscrevam no processo. Analisando as falas desses estudantes o que fica ora explícito e ora implícito é que a bolsa/auxílio é a primeira etapa do processo seletivo, sendo que, para muitos está será à única renda que poderão contar. Nessas condições, referenciamos Santos (2009, p. 71-72) ao analisar que “É necessário dinheiro para comprar livros, almoçar, lanchar, pagar o transporte etc.”, com efeito é Santos (2009) enfatiza que é preciso garantir a permanência material desses estudantes. A estudante quilombola Marielle Franco reafirma que:

A bolsa é como se fosse um auxílio pra te ajudar, mas não significa que ela supre todas as suas necessidades, porque o aluno ele paga aluguel, o aluno tem que vestir, tem que comer, tem que pagar as cópias da UFPA, que no final do mês tu fores colocar no papel não dá nem pra metade das dívidas que você tem. Então é só um auxílio em si, pra tentar sanar essa questão financeira e que na verdade não supri. (Marielle Franco)

A estudante quilombola Carolina de Jesus relata acerca da desistência do curso e atribui principalmente as dificuldades financeiras enfrentadas por ela, principalmente, devido a estudante não conseguiu acessar as bolsas da universidade, assim, o relato abaixo confirma o principal motivo que levam os estudantes quilombolas a desistirem, ao enfatizar que:

Eu consegui ficar um ano sem pagar aluguel porque eu morava com uma menina, depois ela foi embora pra outra cidade, e eu tive que pagar aluguel, só que não recebia nenhuma bolsa ainda, depois que ela foi embora ficou mais difícil, eu podia até trabalhar, mas como eu ia trabalhar se eu estudava de manhã, quem me ajudava eram meus pais, meu namorado, minha família, mandavam dinheiro pra me alimentar, comprar as minhas coisas, com ela indo embora eu ia ter que comprar a minha alimentação e pagar aluguel, sem bolsa ficou difícil. Se eu tivesse pelo menos a moradia dava pra ficar, mas eu tinha que me alimentar também, aí não dava pra ficar sem bolsa, já que eu tinha que pagar aluguel, alimentação transporte, tudo.

Além de que, a estudante Carolina de Jesus ainda relata as dificuldades em acessar as bolsas/auxílios da universidade “Eu enviava os documentos pra bolsa e nunca dava certo, sempre tinha um problema, nisso ficou um ano, e com a demora não consegui continuar”.

No entanto, a espera pela bolsa/auxílio demora em torno de três a seis meses é um transtorno e também uma angústia para esses estudantes, muitos saem de suas comunidades com o mínimo ou até mesmo sem nenhum dinheiro para se manterem nos primeiros meses, já contando com a bolsa, a demora em receber interfere diretamente na permanência desses estudantes na universidade, assim, a UFPA precisa criar mecanismo que agilizem o processo de concessão das bolsas/auxílios para esses estudantes, afim de que permaneçam com melhores condições e dignidade. Nesse sentido, é importante destacar a fala abaixo do estudante quilombola Bob Marley ao revelar que:

Teve uma vez que cheguei quase a passar fome, todas as meninas tinham viajado (as que eu morava junto). Nessa vez as meninas viajaram todas, eu fiquei sozinho em casa e eu não tinha dinheiro (meu deus o que é que eu vou fazer? O que é que eu vou comer hoje?), e eu liguei pra minha mãe e eles emprestaram dinheiro e mandaram meu irmão vim deixar pra mim, e eu emprestei da vizinha dinheiro pra eu poder ir buscar no terminal, pra eu poder comer, porque já estava quase me dando uma coisa, foi um choque muito grande me deparar com essa realidade.

Os depoimentos dos estudantes quilombolas da UFPA levam a universidade a situações desafiadoras, porque evidenciam a necessidade de serem criadas estratégias para

assegurar a permanência dos estudantes quilombolas, pois tem períodos que há o atraso no pagamento da Bolsa Permanência do MEC (PBP). Além de que, umas das estratégias desses estudantes quilombolas é fazer o planejamento com o dinheiro da bolsa/auxílio que recebem, significando que, a bolsa tem que durar o mês todo, com o orçamento bem limitado.

É preciso compreender que eles precisam de suportes acadêmico e pedagógico para que permaneçam na universidade. Ainda com base em Santos (2009, p. 69-70) em relação à permanência na universidade destaca-se três elementos essenciais que são: a) Permanência enquanto duração (tempo); b) Simultaneidade na permanência e c) Sucessão ou Pós-permanência, como veremos abaixo:

a) Permanência enquanto duração (tempo) - Esta dimensão está associada à duração do estudante no tempo do curso. Observaremos isso mais cuidadosamente no item permanência material, mas faz-se importante pontuar que durante o curso o estudante poderá contar com algum tipo de benefício (bolsa de programa de permanência, bolsas de pesquisa ou extensão) e neste caso, ter a oportunidade de manter-se somente estudando e vivenciando a universidade em sua plenitude ou, numa outra situação este estudante poderá permanecer o tempo do curso, mas com pouca participação na vida acadêmica por conta da necessidade de trabalhar para garantir o seu sustento e a própria permanência na Universidade. Ainda nesta dimensão pode haver uma transformação do estudante causada pelos conhecimentos adquiridos ao longo da vida acadêmica, das ambiências, dos círculos de amizade etc. Vale salientar que no caso do estudante que vive inteiramente a universidade, ou que pelo menos trabalha em sua área de formação, esta transformação é muito mais impactante. b) Simultaneidade na permanência – Esta dimensão torna-se muito interessante, à medida em que observamos o papel que não só a política de cotas tem para a entrada destes estudantes na universidade, mas também o papel que estes estudantes passam a desempenhar enquanto referência para outros jovens. Ao ingressar na universidade a trajetória deste jovem passa a ser “reconhecida” na sua comunidade familiar ou de moradia como um “caminho possível” e isto influencia positivamente outros jovens a almejavem o ingresso na Universidade. Há aqui uma simultaneidade da permanência, vez que “eu existo no outro” que também ingressou em um curso superior. Nesta dimensão há uma transformação do indivíduo e no meio social em que ele circula. c) Sucessão ou Pós-permanência – Esta última dimensão, diz respeito às possibilidades de permanência em outros graus acadêmicos. Assim, se a dimensão temporal do indivíduo tiver qualidade, ou seja, se ele conseguir concluir o curso podendo viver inteiramente a universidade, existem chances de uma pós-permanência através dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, ou de forma mais ampla nos cursos de mestrado e doutorado. Temos plena consciência dos caminhos tortuosos por que passam as seleções de pós-graduação nos Programas das Universidades Brasileiras, sabemos ainda das limitações das linhas de pesquisa, mas entendemos também que uma permanência qualificada do estudante negro na graduação é um passo importante para a sua inserção nos estudos de pós-graduação *stricto sensu*.

Há um grande desafio na permanência material de estudantes nas instituições de ensino superior, pois estes sofrem também com a falta de infraestrutura, obrigando os alunos a arcarem com altos custos na compra de equipamentos e materiais didáticos ao longo do curso, Santos (2009, p. 71) analisa como “algo que se põe a todo o corpo discente, marcadamente àquele mais pobre, sobretudo, no caso dos cursos em que se requerem a compra de equipamentos de alto custo (Odontologia, Medicina, Direito) além da dedicação exclusiva”.

A UFPA conta com o Programa Bolsa Permanência - ainda muito pouco eficiente, que se propõe a auxiliar economicamente estudantes que se encontram em risco de abandonar a graduação. [...] urge repensar o Programa e adaptá-lo aos novos sujeitos que ingressam na universidade, que trazem demandas advindas das particularidades e discriminação de natureza cultural. A UFPA certamente não poderá ignorar o assunto porque tem ciência que só o direito de ingresso não basta; permanecer é preciso! (BELTRÃO, 2013, p. 26).

Conseguimos perceber a importância da bolsa permanência para os estudantes quilombolas na fala do estudante Zumbi dos Palmares ao analisar que sem a bolsa, talvez muitos quilombolas nem fizessem a prova, por falta de condições financeiras para manterem-se no decorrer da vida acadêmica.

A bolsa é o incentivo maior pros quilombolas, a bolsa é o incentivo pra fazer o vestibular também, se não tiver a bolsa muita gente nem faz a prova, porque sabe que não vai ter condição de estudar, de sair do seu lugar pra vim estudar, então a bolsa eu digo que ela é 50% do incentivo pra fazer a prova, porque a pessoa: há eu vou fazer a prova se eu passar eu já tenho uma bolsa pra tentar me manter naquele lugar. Senão tiver a bolsa praticamente não tem gente pra fazer a prova. Mesmo assim a bolsa ainda não supri todas essas necessidades. (Estudante Zumbi dos Palmares)

Assim, percebemos na fala do estudante Zumbi dos Palmares a importância da questão financeira, pois esta pesa muito na permanência de muitos estudantes quilombolas na universidade. O que faz com que as bolsas que são oferecidas pela instituição sejam em muitos casos o único meio de garantir a permanência até conclusão desses estudantes em seus cursos. Nesse sentido, antes mesmo de participarem do processo de seleção muitos desses sujeitos analisam se tem condições de permanecer na universidade, mediante isso, o primeiro

desafio enfrentado é a avaliação financeira, o que é também uma preocupação conjunta da família.

Muitos estudantes buscam outras estratégias além das bolsas, como por exemplo: dividir o aluguel com duas, três até oito pessoas num espaço que só tem um quarto e uma cozinha (kit net) para diminuir as despesas e conseguirem pagar o aluguel (pois dependendo do bairro varia muito de preço); morar em lugares mais próximos a universidade para evitar o custo com transporte; não se deslocar para a comunidade, pois acaba sendo oneroso, muitos ficam até um semestre sem ir a sua comunidade; compra conjunta de alimentação, entre outros. Como exposto, os desafios para a permanência são inúmeros e é urgente seu debate e a permanência precisa ser discutida, pois dela depende que muitos estudantes permaneçam no ensino superior, é preciso que se criem de fato condições de permanência para além da assistência estudantil. Assim, é preciso acrescentar mais alternativas para resistir na Universidade, que são recursos acessados por esses estudantes, como as bolsas ofertadas pela própria instituição, às bolsas de: monitoria, iniciação científica, estágios remunerados, na busca de ajuda material para a permanência.

Assim, a obtenção das bolsas de extensão, ensino e de pesquisa tem sido uma oportunidade para os estudantes quilombolas possibilitando-lhes participar de outros espaços da universidade, com uma maior participação na vida acadêmica, e garantindo-lhes o direito de se integrar de maneira mais completa a vivência na universidade.

Outro fator que precisa ser analisado em relação à vida acadêmica desses estudantes é que muitos não conseguem viver a vida acadêmica de forma completa, participar de eventos, seminários, grupos de pesquisas, pois tem que dividir o seu tempo com o trabalho e/ou estágio, ficando com pouco tempo para se dedicarem aos textos e trabalhos acadêmicos o que também em muitas vezes impacta no rendimento acadêmico. Ressaltando que os/as estudantes trabalham para conseguirem permanecer na universidade – pois, para muitos é o único meio de pagar os altos gastos durante o curso – acabam sendo excluídos de terem uma vida acadêmica mais completa que é imposto aos alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, como relata abaixo o estudante Zumbi dos Palmares

Eu sempre gostei de participar das discussões e das lutas na universidade, mas por questões de necessidade financeira eu procurei um estágio. Porém com o estágio fico impedido de participar dessas atividades acadêmicas, principalmente aquelas que são no mesmo horário do estágio, então eu não consegui participar mais de quase nada na universidade, mas eu preciso do estágio, me ajuda a arcar com meus gastos.

É importante destacar um fato que aconteceu referente as bolsas/auxílio do MEC. Assim, no primeiro semestre de 2018 houve o atraso no cadastro de novas bolsas permanência do MEC, o que causou muitas reivindicações em todo o território nacional, principalmente onde se tem universidade com políticas para indígenas e quilombolas. E os estudantes indígenas e quilombolas da UFPA também fizeram parte das ações de mobilização e luta em prol da bolsa permanência, principalmente em prol das bolsas para os estudantes ingressos em 2018, muitos se encontravam em condições precárias, devido não conseguirem acessar essa bolsa/auxílio. Com a possibilidade de não serem ofertadas as bolsas esse grupo se fortaleceu juntamente com os companheiros indígenas para a manutenção das bolsas/auxílios e a oferta de novas, pois sem a possibilidade de não haver a concessão de novas bolsas/auxílios muitos estudantes indígenas e quilombolas não teriam condições de permanecerem na universidade, haja vista que, o primeiro semestre letivo estava praticamente no fim e o Ministério da Educação (MEC) ainda tinha aberto as inscrições para novas bolsas/auxílios voltadas a indígenas e quilombolas que estudam em universidades federais, pois a seleção normalmente acontece duas vezes ao ano, no início de cada semestre que correspondem aos meses de março a abril e de agosto a setembro. Porém, em 2018 houve o atraso no edital para a oferta de novas bolsas devido o bloqueio para se cadastrar no sistema do PBP do MEC, sendo somente mantidas as bolsas/auxílios a estudantes que já recebiam.

E por esse motivo, no dia 11 de junho de 2018 os estudantes indígenas e quilombolas da Universidade Federal do Pará (UFPA) iniciaram a luta em prol das bolsas/auxílios do Ministério da Educação (MEC) e se reuniram com diversas autoridades no auditório central do Centro de Convenções da UFPA, no Campus Guamá para discutirem sobre os cortes na Bolsa Permanência. Após esses atos e com os diálogos dos estudantes da associação dos estudantes quilombolas e indígenas criou-se alternativas e os alunos que ingressaram na UFPA puderam acessar o auxílio emergencial da universidade no valor de R\$ 400.

O ato foi marcado pela união dos estudantes indígenas e estudantes quilombolas da UFPA e contou com um número expressivo desses estudantes, além de que o ato possibilitou a expressão da identidade coletiva desses sujeitos, com seu jeito peculiar de fazer movimento, ao cantarem músicas que elucidam o povo quilombola, o povo indígena e a maneira animada e a resistência nas letras das músicas, além de se posicionarem politicamente nesse espaço para a garantia de direitos.

Também os estudantes indígenas e quilombolas da UFPA formaram juntamente com estudantes de outras universidades uma comissão nacional de representação de estudantes indígenas e quilombolas de várias universidades federais a qual foi recebida dia 29 de junho, pelo ministro da Educação, Rossieli Soares, os estudantes indígenas e quilombolas exigiram que as bolsas fossem ofertadas o mais rápido possível, porém obtiveram como resposta que as bolsas seriam ofertadas com um número mínimo de 800 bolsas para todo o território nacional, haja vista que, só na UFPA se tinham quase 2000 estudantes indígenas e quilombolas, assim, muitos desses estudantes ficariam de fora da bolsa e com isso, outras medidas foram tomadas até a conquista de acesso as bolsas/auxílios para esses estudantes.

Percebe-se a importância das bolsas/auxílios para a permanência material dos estudantes das ações afirmativas da UFPA principalmente quando anunciado o corte da Bolsa Permanência do Ministério da Educação (MEC) para indígenas e quilombolas, toda a mobilização e luta pela revogação do corte das bolsas do MEC mediante a ameaça de que muitos estudantes não teriam condições de permanência na universidade como relata o estudante quilombola Zumbi dos Palmares:

O corte das bolsas eu acho que é praticamente uma deixa dos quilombolas pra universidade, porque sem as bolsas, a gente não tem como praticamente ficar na universidade. E o que deu pra perceber com esse corte das bolsas, tudo tem seu lado bom e seu lado ruim, essa previsão de corte das bolsas fez com que os quilombolas até se fortalecessem mais, porque em todas as reuniões e movimentos que a gente participava dava pouquíssimos quilombolas e três vezes mais indígenas, eles sempre mais unidos e organizados, com essa notícia dos cortes das bolsas deu pra perceber que os quilombolas abriram o olho, acordaram, ou a gente vai lutar pelas bolsas ou a gente vai embora daqui, claro que ainda uma grande parte não tá nem ai porque tem a sua bolsa, porque o corte foi praticamente só pra calouro que não ia ter bolsa e quem já tem a sua bolsa a maioria nem se preocupou porque estava garantido, ainda assim, deu pra perceber que uma grande parte que já tem a sua bolsa se mobilizou porque tem um parente, um irmão, um primo que está na universidade sem bolsa ou que ainda vai entrar na universidade e que vai precisar de bolsa, ai deu pra perceber que essa união dos estudantes, da associação de querer brigar pela permanência dessas bolsas pros quilombolas.

Para além das estratégias dos estudantes e as bolsas da universidade é preciso mais que isso para que de fato haja uma política de permanência na universidade, devendo perpassar pela valorização desses sujeitos sociais, pela sua ancestralidade, luta, história, trajetória, costumes, cultura e identidade e o seu pertencimento a um grupo étnico com as suas particularidades que precisam ser reconhecidas, ressignificadas e reafirmadas dentro do

espaço da universidade. Integrar esses estudantes com políticas eficazes contra o racismo institucional, contra a discriminação e preconceito ainda existente desse espaço para que este se torne de fato um espaço que garanta e respeite o direito a diferença e se torne um lugar plural com toda a sua diversidade de sujeitos. Santos (2009, p. 71-72):

É necessário também o apoio pedagógico, a valorização da autoestima, os referenciais docentes, etc. Sendo assim, entendemos que a permanência na Universidade é de dois tipos. Uma permanência associada às condições materiais de existência na Universidade, denominada por nós de Permanência Material e outra ligada às condições simbólicas de existência na Universidade, a Permanência Simbólica. Antes vale dizer que entendemos por condições simbólicas a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e de pertencer a ele.

As figuras 17 e 18 mostram as manifestações realizadas respectivamente no hall da reitoria e em frente à sala dos estudantes e indígenas e quilombolas da UFPA em prol das bolsas/auxílios do MEC.

Figura 17: Manifestação dos Estudantes Indígenas e Quilombolas no hall da reitoria da UFPA em prol da Bolsa Permanência do MEC.



Fonte: ADQ.

Figura 18: Ato em frente à sala das Associações dos Estudantes Indígenas e Quilombolas da UFPA em prol da Bolsa Permanência do MEC.



Fonte: ADQ.

As lutas dos estudantes indígenas e quilombolas foram imprescindíveis para que a concessão das bolsas se mantivesse da maneira como vinha sendo realizada nos anos anteriores, o entendimento desses estudantes em relação a bolsa está estritamente relacionado a permanência na universidade e esse movimento desencadeou as lutas na UFPA e em território nacional desses estudantes quilombolas e também dos estudantes indígenas.

4.3.3 As dificuldades nos cursos: currículo e o ensino médio

As narrativas a seguir nos possibilita identificar que a maioria dos discentes quilombolas passaram por várias dificuldades em suas trajetórias educacionais para acessarem e mesmo para concluírem o ensino médio. Destaco uma dessas dificuldades é a saída de sua

comunidade para outros municípios e/ou comunidades que possuem o ensino médio, pois em muitos casos, existem comunidades que não possuíam nem mesmo o ensino fundamental, ou quando tinha o ensino médio, era ofertado de forma muito fragilizada pelo sistema modular de ensino. Procuramos apontar as dificuldades vivenciadas durante suas trajetórias na educação básica através dos depoimentos, evidenciando quais teriam sido suas maiores dificuldades e desafios enfrentados neste percurso como ressalta os estudantes quilombolas nas falas abaixo:

O nosso ensino médio tem um baixo nível de eficácia, a gente não tem essa base que a gente precisa quando chega à universidade, eu desblorei no segundo semestre, entrei na turma de 2016 só pagando as disciplinas. (Bob Marley)

O ensino médio eu concluir em outra comunidade porque na minha não vai até o ensino médio e na conclusão desse ensino médio houve muitas dificuldades, que não tive o ensino adequado e quando cheguei ao ensino superior encontrei muitas dificuldades, porque coisa que era exigindo aqui no ensino superior, no ensino médio não teve uma base adequada, que me pudesse dar suporte, para eu que pudesse seguir no curso com mais facilidades. Muitas são as expectativas de saber se vai prosseguir no curso, se vai conseguir avançar no curso e quando a gente se depara com a realidade que é o curso, que é o ensino superior à gente entra em choque, porque não era nada do que a gente imaginava, uma coisa totalmente diferente na qual a gente não teve uma base adequada no ensino médio pra que a gente pudesse chegar aqui no ensino superior e conseguisse levar, avança com mais facilidade, principalmente sobre as disciplinas, que muitas disciplinas a gente nunca estudou no ensino médio ou até mesmo as que a gente estudou foi bem franco, não teve uma base que pudesse dá um suporte legal pra gente. (Abdias do Nascimento)

E também em relação os estudos porque a gente vem de lá (comunidade quilombola) e tem uma dificuldade muito grande, porque meu ensino médio eu acho que se eu estudei muito foram seis meses eu não estudei em um ano total e eu peguei um curso que eu estudo cálculo e no meu ensino médio eu não tive oportunidade de aprender cálculo, porque se eu estudei muito química e física foram dois meses, quando os professores iam porque as vezes eles não iam e quando eles não iam somente na terça e quinta dar e ainda eles começavam da aula uma e meia quando era quatro e meia eles iam embora (Falando em relação ao SOME). (Anastácia)

Ao serem questionados sobre suas trajetórias escolares, todos os estudantes disseram ter tido muita dificuldade em relação à educação básica, mencionam as dificuldades nos cursos, principalmente nas áreas das ciências exatas, estes relacionam que as dificuldades ao ensino médio precário nas comunidades, com a falta de infraestrutura, falta de professores, dificuldades de transporte e também proveniente do Sistema Modular de Ensino (SOME).

Apesar de que, esses estudantes pertencerem a municípios e comunidades diferentes e distantes umas das outras, vemos uma similaridade quanto os obstáculos enfrentados em relação ao processo de escolarização ofertado pelo Estado para essas comunidades, seja pela falta de escolas com estruturas dentro de seus próprios territórios quilombolas que oferte uma educação pública de qualidade é um fator negativo para a escolarização desses estudantes.

As dificuldades educacionais que esses estudantes passaram repercutem hoje em problemas como os relatados pelos estudantes quilombolas que é a evasão e a dificuldade em avançar no curso. Para Santos (2009, p. 78-79):

[...] é um equívoco considerar as políticas de ação afirmativa, dado o seu conceito, apenas como cotas na Universidade. Evidentemente cabe a discussão sobre o acesso, incluindo aí as escolhas pelo tipo de curso, mas também as condições materiais para o estudo, quais sejam transporte, alimentação e aquisição de textos e livros (permanência material), bem como as condições de inserção ou de sobrevivência no sistema de ensino, que aqui denominamos permanência simbólica.

Apesar de que alguns desses professores, teoricamente valorizam esses estudantes, a cultura e as dificuldades que enfrentaram na educação básica, o que ainda não é suficiente para a inserção desses estudantes em sala de aula, devido a algumas circunstâncias, entre elas como aponta Deus (2012, p. 232) que “a Academia tem se pautado pelos valores eurocêtricos”, o que é facilmente observado à utilização por parte de professores que reafirmam os padrões etnocêntricos e eurocêtricos homogeneizando o conhecimento.

No entanto, há professores que se esforçam para compreender e ajudar esses estudantes que se encontram com dificuldades, as estudantes quilombolas Anastácia e Tereza de Benguela destacam que:

Os nossos professores sim. Inclusive eles são muito atenciosos, eles chamam a pessoa, eles conversam, eles perguntam onde está à dificuldade, tem um professor que ele está indo passo a passo junto com a gente dentro da sala, inclusive ele até pede pros alunos que já sabem pra terem paciência com a gente, porque ele saber que realidade de uma pessoa é totalmente diferente da outra, porque ele sabe que a maioria dois que estudam junto comigo eles vêm de colégio particular. (Anastácia)

Os professores também são muito legais com a gente, sempre nos perguntam (às vezes a gente fica um pouco tímidos de entra nas rodas de conversa) e eles acabam te perguntando e colocando a gente junto, eles não fazem com que a gente se afaste, é muito ao contrário, eles fazem com a que a gente agregue com os nossos valores, com o que a gente sabe e acabamos adquirindo mais conhecimento e o que a gente saber, o nosso conhecimento,

a nossa cultura, os outros alunos acabam conhecendo. Então é uma troca muito legal que tem na sala, pelo menos com os professores que já passaram em sala foi muito legal. (Tereza de Benguela)

Apesar de algumas iniciativas, estas ainda são insuficientes conforme evidencia a maior parte dos relatos dos estudantes quilombolas, ressaltando as dificuldades enfrentadas no relacionamento com alguns professores.

Muitos estudantes quilombolas tiveram uma educação fragilizada em relação a outros estudantes, como confirma na fala abaixo a estudante quilombola Chiquinha Gonzaga:

Primeiro que logo quando eu inicie, eu pensei que era uma coisa, que o curso não seria tão puxado, mas quando eu comecei a cursar foi totalmente diferente, era muito difícil pra mim, porque eu não vim de um estudo bom, eu estudei lá no interior, numa escola sem condições o ensino não era que nem o da cidade. Na época a gente estudava num barracão, que era dividido por compensado, o nosso quadro, a gente não tinha nem quadro, quando a água crescia entrava no barracão.

A entrevista da estudante quilombola Chiquinha Gonzaga foi marcada por muita emoção ao lembrar ter deixado o curso e o caminho percorrido até a chegada a universidade, assim, a estudante quilombola ficou muito emocionada e as lágrimas vieram ao relatar as dificuldades encontradas, a desistência do sonho em cursar engenharia, ao relatar situações em que envolveram a sua moradia em Belém, a humilhação na casa de parentes, pois muitos estudantes buscam a casa de parentes para morarem ao virem estudar, pois muitos desses estudantes não têm condições financeiras de se manterem em outra cidade para poderem estudar, nesse sentido, antes de receberem qualquer auxílio da universidade estes tem que buscar outras estratégias.

Eu tinha vontade de fazer outra área, porque essa área ai era o meu sonho, mas não foi como eu pensava que era. E eu mais continuei pelos meus pais porque eles pediam pra continuar, eles falam pra ir, eles falam que a gente que não quer, que a gente não tem força de vontade, mas não é bem assim, eles não sabem a situação que a gente passa, eu continuei por eles também, porque se fosse por mim eu já tinha parado a muito tempo, por causa da dificuldade que é o curso, muito ruim mesmo.

Na entrevista pude perceber a dor e tristeza que a estudante quilombola Chiquinha Gonzaga sente ao ter que deixar o curso pelas dificuldades encontradas e por ter que desistir

do seu sonho. A estudante também relata que tentou conversar com alguns professores a respeito dos desafios enfrentados, mas sem muito sucesso, como relata na fala abaixo:

Eu até tentei conversar com uns professores, uns até entenderam, e tem outros que não querem nem saber, eles querem saber que eles estão fazendo o trabalho deles.

Outro desistente foi o estudante quilombola Milton Santos que cursava Engenharia Civil, o qual relata que desistiu do curso por causa das dificuldades encontradas com os cálculos, o estudante confirma as falas acima sobre um dos motivos que levam os estudantes quilombolas a desistência do curso ao enfatizar que:

O meu ensino foi muito frágil, no SOME tem dias que não tem aula, o professor não vem da aula, o ensino foi muito frágil mesmo, se eu tive química e física umas duas vezes no ensino médio foi muito e isso dificultou permanecer no curso, não conseguia avançar.

Outros estudantes que passam pela mesma dificuldade da estudante quilombola Chiquinha Gonzaga também descrevem essas situações que envolvem dificuldades em avançar em algumas disciplinas, como descrevem os estudantes quilombolas Abdias do Nascimento e Zumbi dos Palmares abaixo:

Quando a gente se depara com algumas disciplinas, os professores muitas vezes não entendem que a gente veio de um ensino totalmente diferente do meio urbano e dentro das disciplinas a gente encontra muita dificuldade e a gente não teve um preparo bom e quando chego á sala o professor não quer saber se a gente tá preparado, se tem condições de avançar em determinada disciplina, ele quer chegar e coloca seu conteúdo, o que foi repassado pra ele, pra ele repassa pra turma trazendo muitas dificuldades pra gente, principalmente no avanço da disciplina e com aprovação na mesma. Na dificuldade que encontrei em uma disciplina e eu em diálogo com o professor, ele falou pra mim que eu não teria condições de avança naquela disciplina e que era pra eu retomar, fazer um acompanhamento, fazer um curso de nivelamento e ai sim eu teria como retomar pra seguir na mesma disciplina, então eu achei da partir dele, só porque eu era quilombola achou que eu não tinha condições de seguir naquela disciplina, com ensino que eu vim do ensino médio. (Abdias do Nascimento)

Teve professor que mandou fazer vestibular de novo, o que é que eu estava fazendo ali, se eu não sabia fazer uma conta, que eu fizesse vestibular pra outro curso, porque tudo que ele estava dando eu já tinha visto no ensino médio, eu tinha que ter visto no ensino médio ou no cursinho, que eu estava no curso errado, que ali não era o meu lugar. Na verdade, isso foi uma das

coisas que mais me desanimou a continuar no curso de engenharia também e ter tirado um zero logo de cara em química. (Zumbi dos Palmares)

Os depoimentos acima, dos estudantes quilombolas, também apontam e reconhecem as dificuldades e as limitações da universidade em atender as suas necessidades e especificidade, que ora não dialoga com esses estudantes, havendo uma dicotomia entre os saberes desses estudantes e o currículo da universidade. Como podemos analisar nas seguintes falas abaixo:

A maior parte das coisas que são destinadas as questões quilombola é porque parte de iniciativas de pessoas que fazem parte desse grupo e não necessariamente da universidade, a universidade em si eu acho que só vai dar o apoio, esse que é o nosso diferencial. Se você abre o sistema de cota para esses estudantes, então essa iniciativa tinha que partir da universidade. E como se eles quisessem conhecer um pouco mais a nossa cultura e trouxessem pra cá e padronizassem de acordo com o que eles acham, mas não necessariamente se volta pra comunidade necessariamente. A maior parte dos trabalhos, dos assuntos principalmente em Antropologia são para as questões indígenas, as questões afros são faladas, mas em segundo momento, mas até agora não vi nada específico pra isso, nesse sentido ainda tem muito a desejar. E como se eles quisessem conhecer um pouco mais a nossa cultura e trouxessem pra cá e padronizassem de acordo com o que eles acham, mas não necessariamente se volta pra comunidade necessariamente. (Marielle Franco)

O máximo que tem, mas que não chega a alcançar a questão quilombola, são os direitos humanos que tem dentro do curso em si, mas eles abrangem de forma geral, não específico para os quilombolas. Ultimamente eu estou numa disciplina de estágio básico em saúde é o quarto estágio durante todo o plano de ensino, eu estou no sétimo semestre, agora que a gente está vendo a questão das comunidades quilombolas por conta que a professora já trabalha com essa temática, a professora Eunice, ela trabalha com movimento indígena, movimento quilombola em si. Mas, ainda assim foi uma escolha minha, porque dentro dessa disciplina são vários professores de saúde, ai tu escolhe se tu queres trabalhar com professores que atuam no CRAS, se tu queres trabalha com professores que atuam em saúde relacionada aos hospitais, não é optativa é um estágio básico obrigatório, mas como tem diversos professores, em diversas áreas da saúde podemos escolher qualquer um deles e quando fui saber que existir uma professora nessa área específica de quilombola eu decidir entrar porque é uma oportunidade única, inclusive nessa turma só tem três pessoas e as três pessoas são eu, que sou quilombola, a outra colega que passou comigo e outra colega indígena que foram justamente os alunos que entrarão nesse processo do PSE, o que é uma coisa legal também. E tem a galera da tarde também que são quilombolas também, são indígenas, mas se não fosse tirando isso à gente não ver quase nada realmente e a gente sabe que tem uma legislação, que tem que ter esse ensino diferenciado pra nós quilombola e que não existir aqui nessa universidade, especificamente aqui, então seria muito legal, muito importante que a gente pudesse fazer valer essa legislação. (Ângela Davis)

É urgente que a universidade contemple os conhecimentos desses estudantes e que os reconheça nesse espaço o que é fundamental para o fortalecimento da identidade étnica desse grupo. Assim, é preciso compreender esses estudantes, desde o motivo do ingresso até os casos de desistência, muito não veem outra saída por não conseguirem avançar no curso, talvez só dessa maneira seja possível que a Universidade Federal do Pará crie políticas institucionais eficazes e eficientes para os estudantes das ações afirmativas, com o ingresso diferenciado. A exemplo tem-se a Mobilidade Acadêmica Afirmativa (MOBAF) que foi criada a partir das demandas dos estudantes indígenas e quilombolas da UFPA na tentativa de possibilitar aos estudantes que se encontram em situação de desistirem ou não conseguirem avançar no curso poder fazer a troca do curso através de uma prova de redação, assim, são ofertadas as vagas que não foram preenchidas no Processo Seletivo Especial para quilombolas e indígenas. Atualmente muitos estudantes se matriculam esperando o processo de Mobilidade Acadêmica Afirmativa (MOBAF), significando que esses estudantes estão praticamente a ponto de desistirem de seu curso, só não desistem porque é preciso garantir a matrícula para participar do processo. A estudante quilombola Chiquinha Gonzaga está esperando pelo MOBAF, com declara “Eu quero mudar de curso, eu espero por isso, espero que venha logo a prova do MOBAF, eu quero ter uma outra chance”.

Assim, as políticas institucionais destinadas a esses estudantes têm que ser pensadas com eles e para eles, pois são grupos diferenciados, com cultura, dificuldades, particularidades e com modo peculiares, também com o território e as relações afetivas diferenciadas entre outros aspectos que precisam ser levados em consideração. A estudante quilombola Ângela Davis ressalta sobre as políticas para os discentes quilombolas:

A gente sabe que para se ter a permanência não basta só colocar a gente e deixar, e vai agora te vira, tu tem que aborda todos as deficiências que a gente tem, de tentar articular novos projetos, tenta melhorar, porque a gente ver muitos cursos, não específico daqui, das humanas, mas das exatas, eles precisam muito disso, desse apoio, e lá algumas pessoas por conta do nível social existem muitos preconceitos, muitas vezes eu já ouvir dizerem aqui na fila que esse pessoal que vem lá do interior não sei porque estão nas exatas, eles só tão tirando a vaga dos outros que querem entrar, eu sei que não é fácil também tentar combater o racismo, mas tentar promover cursos, existem já cursos, tentar de alguma forma, eu sei que tem gente que não vai, acontece, mas as vezes alguns professores por conta do método de ensino, muitas pessoas não se sentem à vontade pra ir, talvez se existisse um programa para os quilombolas, por exemplo, quilombolas formados tentassem ajudam os outros que ainda estão nesse processo de graduação, acho que seria interessante também, mas eu acho que precisa ser muito melhorado a política de permanência.

De modo geral podemos concluir que apesar das dificuldades vividas por esses estudantes quilombolas quanto à conclusão da educação básica, todos indistintamente, relataram as dificuldades e que a universidade precisa compreendê-los nas suas diferenças.

4.3.4 A solidão e a exclusão em sala de aula: re/existir

Em relação ao cotidiano de muitos estudantes quilombolas na universidade, ou seja, a relação com os demais estudantes e com alguns professores é notório nos depoimentos a seguir, que existe uma convivência bastante afastada, relatam que há uma exclusão em sala de aula, em alguns casos há certo isolamento, principalmente em grupos de trabalho como é relato nas falas dos estudantes quilombolas abaixo:

Quando eu entrei, logo no começo há um certo preconceito, quando eu comecei meu curso eu tive dificuldade em me adaptar com meus colegas por conta disso, muitos ali na minha sala, são filhinhos de papai, então eles ficavam num canto e eu no outro. (Conceição Evaristo)

Quando a gente chega dentro da sala de aula e a gente se apresenta como quilombola e as pessoas começam a olhar (eu me apresentei e as pessoas me olhavam com olhar crítico), porque eu cheguei e falei mesmo que eu sou quilombola, venho de uma comunidade pobre, eu não sei nada praticamente (e houve esse tipo de julgamento, de o que eu estava fazendo ali, se ele não sabe nada), logo nos primeiros dias, às vezes a gente sentia muita dificuldade, às vezes quando era pra fazer trabalho à gente se sentia excluído dentro da sala de aula. Eu me sentia excluído pelo fato de eu ser quilombola e eles acharem que eu não sei nada, que eu nem devia estar aqui, na verdade, eu me sentia excluído com essa situação deles não quererem fazer trabalho, sempre excluindo, me excluindo dos grupos. (Bob Marley)

Às vezes a gente sente um isolamento. (Martin Luther King)

É um pouco difícil, principalmente na minha sala que é engenharia civil, muita gente filhinho de papai na minha sala, então foi muito difícil no começo, até hoje eu sento no meu canto, eu não tenho amizade dentro da minha sala por conta disso, eu só tenho um amigo dentro da minha sala, eles são muito nariz empinado, eles não são muito de chegar perto de ti, é cada um por si lá dentro da sala, se tu fez trabalho fez, se tu não fez o problema é teu, e assim, se torna muito difícil. (Luiza Mahin)

Na minha turma tem muito alunos mais são só filhinho de papai, tem carro, tem moto a roupa deles não é igual a nossa a gente fica que meio afastado deles e tem aqueles grupinhos deles a gente fica até excluído deles, eu não era do nível deles, agora que já vai fazer seis meses, que eu já estou um pouco mais à vontade. (Agostinho Neto)

O curso que não é nada fácil, a gente imagina que é uma coisa e quando chega na hora é bem mais diferente é muito difícil, assim, a gente não tem como está se comunicando com as pessoas, até mesmo com os próprios alunos da turma fica mais difícil ainda, então, são realidades bem diferentes da nossa e fez com que eu voltasse e em 2015 mesmo eu tranquei e voltei só agora em 2017. (Tereza de Benguela)

A turma toda me olhando, com um olhar estranho que eles olham para a gente logo de primeira. Logo no começo quando eu cheguei à sala ninguém falava comigo, depois nos primeiros dias de aula a menina não foi e depois que a outra menina quilombola que passou junto comigo ela passou a ir estudar e eu comecei a conversar com ela, éramos só nós duas, o resto da turma ninguém, só que hoje não, alguns já conversam com a gente, já brincam, já falam mais, alguns tem aquela coisa de não querer se misturar com a gente, de não querer falar. (Anastácia)

Tu percebes que as pessoas te olham diferente, essa pessoa não é daqui, não tem o nosso jeito, não se arruma como a gente, não tem nossos costumes não fala direito, então logo de cara tu quer desistir, porque tu não entende na verdade o que está fazendo ali, tu chegou ali, mas ninguém está te amparando, ninguém está te esperando, ninguém pra te receber. (Zumbi dos Palmares)

A estudante quilombola Chiquinha Gonzaga desistente do curso de engenharia civil destaca em sua fala abaixo a exclusão em sala de aula:

Quando eu vim cursar, eu me sentia excluída de tudo, como se eu estivesse lá na sala e eu fosse só uma sombra, como se eu não estivesse fazendo nada, porque tem muita individualidade no meu curso, muito mesmo.

A solidão sofrida pelos estudantes quilombolas compreende o preconceito e a discriminação ora pela identidade étnica, ora pelas dificuldades encontradas no decorrer do curso, por conta do ensino médio precário e pelo processo que ingressam na universidade. Assim, surge a necessidade da desconstrução do estereótipo criado em torno desses sujeitos como, por exemplo, de que o quilombola precisa ser negro, possui cabelos crespos, entre outros, assim, é necessário que se criem ações pontuais que visem à valorização étnica desses sujeitos, pois esses estereótipos que foi colocado em torno desses sujeitos iniciam-se no processo de entrevista para o ingresso dos estudantes quilombolas na UFPA, com a dúvida que os entrevistadores ficam ao aparecerem quilombolas de pele mais clara, assim, muitos entrevistadores que são professores da UFPA e não compreendem os novos conceitos relacionados a comunidades quilombolas, o que é uma problemática, nesse sentido, a UFPA tem que promover antecipadamente a entrevista do PSE formação aos professores que participam das bancas de entrevistas.

Contudo, os estigmas provenientes do racismo e discriminação que ocorrem no cotidiano desses sujeitos fazem com que as identidades desse grupo sejam desvalorizadas e subalternizadas mediante a fazer parte de um contexto social, o qual não valoriza a sua identidade, a sua cultura, relegado ao processo de subalternização e ainda num contexto de exclusão simbólica e material, o que dificulta a reafirmação do próprio sujeito, Gomes (2005, p. 43) reflete que para se “Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as)”, assim, a luta dos movimentos negros é essencial para que haja a afirmação da identidade e para a desconstrução de uma identidade negra negativa a qual foi imposta na sociedade, Diante de tais problemáticas, a permanência destes estudantes na universidade é um desafio diário de resistência. O que será discutido adiante.

4.4 DA IDENTIDADE QUILOMBOLA À IDENTIDADE COLETIVA: A COLETIVIDADE PARA A BUSCA DE PERMANÊNCIA

Para o estudante Zumbi dos Palmares, assumir a identidade quilombola é resistir à universidade, pois, acredita que assumir essa identidade, que também é uma identidade política é uma forma de resistência, de lutar por reconhecimento, pela permanência, pelo direito a diferença na universidade. O estudante ressalta sobre a identidade quilombola que:

A partir do momento que eu preciso me fortalecer na universidade, porque eu preciso de pessoas para me ajudar a encarar isso, ter um grupo, um movimento que me ajudasse a aguentar a pressão que era de tu não saber nada dentro da universidade, principalmente do teu curso.

Fica explicito que é nos momentos de crise que a identidade coletiva desses sujeitos se sustenta. Também ressaltamos que a identidade coletiva é evocada e evidenciada e nesse contexto surge para fortalecer o grupo, para as lutas em prol da permanência na universidade, pois permanência também perpassa pela re/afirmação da identidade. Nesse sentido, Novaes (1993, p. 25) reitera que “um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido”, portanto a identidade é indissociável da relação sociopolítica e histórica da sociedade.

Apesar de Almeida (2002) lembrar que obviamente ocorre com limitações o uso da identidade coletiva, dada às dificuldades desses coletivos acessarem efetivamente os direitos que lhes cabem. Para Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p 13) o “que diferencia em última instância a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato de ela ser orientada para o passado. Não o passado da ciência histórica, mas aquele em que se representa a memória coletiva”.

A identidade quilombola perpassa pela ancestralidade, pela luta do território, pelo direito a terra, pela luta por políticas públicas e lutas em reconhecimento da identidade quilombola de sua comunidade e também coletivamente, para Almeida (2004, p. 29) “o que ocorre é a construção de identidades específicas junto com a construção de territórios específicos”, assim, criando representações e significados. O estudante quilombola Abdias do Nascimento ressalta que:

Então é essa a expressão de nossa identidade própria, tanto de minha comunidade como da comunidade de outros amigos, serve como base de construção para que nosso coletivo se fortaleça aqui dentro.

É preciso compreender historicamente como vem se constituindo a identidade coletiva desses sujeitos, para Beltrão (2011, p. 31) “o diferencial das identidades étnicas é que a atualização histórica não elimina o sentimento de referência à origem ou o sentimento de pertença, na verdade o reforça”. E através da sua autodefinição e como eles se posicionam como resistência de modo que “a incorporação da identidade coletiva para as mobilizações e lutas, por uma diversidade de agentes sociais, pode ser mais ampla do que a abrangência de um critério morfológico e racial” (ALMEIDA, 2002, p. 69). Evocando e concordando com Almeida (2002, p. 67-68) o qual nos diz que:

A meu ver, o ponto de partida da análise crítica é a indagação de como os próprios agentes sociais se definem e representam suas relações e práticas em face dos grupos sociais e agências com que interagem. Esse dado de como os grupos sociais chamados “remanescentes” se autodefinem é elementar, porquanto foi por essa via que se construiu e afirmou a identidade coletiva. O importante aqui não é tanto como as agências definem, ou como uma ONG define, ou como um partido político define, e sim como os próprios sujeitos se auto representam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade. Os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos pelos próprios sujeitos a partir dos próprios conflitos, e não necessariamente aqueles que são produto de classificações externas,

muitas vezes estigmatizantes. Isso é básico na consecução da identidade coletiva e das categorias sobre as quais ela se apoia.

Assim, os sujeitos são construídos nas suas interações sociais, nos seus espaços de sociabilidade, discussões e estes influenciam a sua maneira de viver, agir, e pensar, para que possam resistir e lutar contra as imposições de subalternidade impostas pelos grupos ditos hegemônicos e na busca de afirmação da identidade e a garantia do direito a diferença como destaca Beltrão (2011, p. 30) “Ao falar em identidade como resultado dos diversos processos sociais, indica-se processo coletivo, uma vez que a identidade étnica corresponde a uma identidade coletiva”, assim, a identidade étnica quilombola também é resultado das interações sociais, pois a identidade é re/construída e reafirmada no cotidiano e coletivamente. Gomes (2005, p. 42) corrobora que:

Enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.

Os estudantes quilombolas se reconhecem em sua identidade e re/afirmam em grupos através da identidade coletiva, Silva (2000, p. 82) ressalta que:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer o que somos significa também dizer o que não somos. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora (SILVA, 2000, p. 82).

Nesse processo de construção das identidades é importante analisar que as mudanças que ocorrem na sociedade influenciam os marcadores da diferença e as relações entre os sujeitos desses grupos, pois como afirma Hall (2003) os jogos das identidades também estão imbricados nessas relações, conforme complementa Bergamaschi (2013, p.14):

(...) as identidades étnicas são construídas histórica e socialmente, assim como as fronteiras éticas, que conformam as identidades coletivas, e é nessa

situação de fronteira que as diferenças aparecem, são percebidas e ou acentuadas pelo olhar do outro.

Portanto, precisamos refletir realmente sobre a subjetividade da identidade quilombola, sua pluralidade, diversidade cultural e simbólica, a qual se transformou no decorrer dos tempos e que precisa ser reconhecida em suas especificidades e particularidades, assumindo seus vários aspectos, acompanhando as suas transformações e reinvenções para poderem resistir em meio a tantas adversidades. Porém, ainda há uma grande discriminação, preconceito e racismo social e institucional como podemos ver nas falas abaixo dos estudantes quilombolas Abdias do Nascimento, Anastácia e Ângela Davis:

Porque na mente de muitas pessoas o quilombola ainda precisa ser negro, de pele negra, eles não entendem quando a gente se expressa que é quilombola, ele pergunta por que tu és quilombola e tua pele é mais clara? A gente tem que ter todo nosso conhecimento, de está repassando que não é assim, não é porque eu tenho a pele mais clara que eu não sou quilombola, porque isso não vem de nossa tonalidade da pele mais sim da nossa história. (Abdias do Nascimento)

Inclusive eles até falam que a gente não é quilombola, porque a visão que eles têm de quilombola são negros, são pessoas negras, como cabelos bem enroladinhos, essa é a visão que eles têm de pessoas quilombola, eles veem uma pessoa mais clarinha e acham que aquela pessoa não é quilombola, inclusive eles falam que a menina que estuda junto comigo que é indígena, que ela não é quilombola porque ela é branca. (Anastácia)

Desde a entrada, na entrevista, porque logo na entrevista quando eu disse que era quilombola, porque em todos os espaços que eu vou faço questão de dizer isso, porque muita gente olha pra mim, por conta da minha cor, por se branca, aquele estereótipo de que quilombola só e gente negra, e quando a gente olha é outra coisa está misturado, por exemplo, a minha mãe já é mais morena, o meu pai já é mais branquinho, na minha família é tudo misturado, miscigenado, hoje em dia não tem aquele só branco ou moreno, então desde o processo da entrada, na entrevista, eu percebi isso quando eu falei que era quilombola, eu até falei que tem muita gente que acha que eu não sou, e eles me perguntaram se eu sofro preconceito por isso, se já sofreu algum preconceito e eu falei que sim, porque muitas vezes as pessoas acham que eu não sou quilombola, aí ele me olhou assim. Isso foi também pra quebra esse paradigma que talvez eles já tivessem pensado, e fomos debatendo. (Ângela Davis)

Ainda é possível observar conforme as falas acima que a construção e manutenção do estereótipo que é colocado em relação ao corpo desses sujeitos, Silva (2003, p. 17) compartilha a seguinte reflexão ao pontuar que “[...] os estereótipos, ou seja, clichês, as imagens cristalizadas ou idealizadas de indivíduos ou grupo de indivíduos [...]”. Arraigado na numa visão “chegando a vê-los ou projetados numa imagem negativa da exclusão ou através

de uma visão folclorizada” do ser negro e, assim, do ser quilombola, Leite (1999, p. 146). Re/afirmar-se como quilombola frente ao racismo, discriminação e preconceito na universidade e em outros espaços faz parte da luta constante desses sujeitos. Como evidencia Ribeiro (2017, p. 48):

Os saberes locais e, principalmente, aqueles que se originam de grupos subalternos, são excluídos do debate acadêmico, mantendo a colonialidade do saber, do ser e do poder. Isso é preocupante, especialmente no caso das licenciaturas, que acabam formando professores e professoras que, na maioria das vezes, continuam ensinando com a lógica monocultural.

Pois, ainda se tem uma sociedade com uma visão colonialista em torno do conceito “quilombo” e que precisa urgentemente ser ressignificada, como ressaltam Haerter; Júnior; Bussoletti (2013, p. 375):

Mas o conceito de quilombo, hoje, no Brasil, não é mais aquele formulado pelo Conselho Ultramarino Português durante o Brasil-Colônia. Aquele conceito referia-se a uma comunidade formada por escravos fugidos do sistema escravista, isolada geograficamente ou em locais de difícil acesso. Hoje, “quilombo”, passou por uma ressignificação de modo a englobar aspectos políticos e demandas econômicas e culturais de comunidades com ascendência escrava, em especial, as histórias de resistência/permanência em seus territórios e os esforços no sentido de reivindicar junto ao Estado brasileiro a condição de “remanescentes de quilombos”.

Ainda Haerter; Júnior; Bussoletti (2013, p. 375) em relação ao “novo” conceito de quilombos ressaltam que:

Em outras palavras, o conceito de quilombo, em seu sentido contemporâneo, abrange agrupamentos descendentes de ex-escravos que não tenham se originado, necessariamente, de agrupamentos de escravos fugitivos e geograficamente distantes dos centros urbanos. Ao contrário, reconhece como quilombos, comunidades com ancestralidade escrava que resistem em seu território tradicionalmente ocupado há gerações, recebido por heranças, doações, participação em guerras, serviços prestados, “deixas”.

Entretanto, apesar da nova conceituação do termo quilombo, ainda existe preconceito em torno de ser quilombola, pois a visão colonialista se faz presente, fazendo com que muitos desses sujeitos não assumam a sua identidade na universidade enquanto quilombola e em outros espaços, como é possível verificar abaixo nas falas dos estudantes Zumbi dos Palmares e Abdias do Nascimento:

No início do curso, nos primeiros meses tu tem até medo de dizer que tu é quilombola, que tu veio de uma comunidade, que tu não fez o Enem, que tu fez uma prova diferente, até tu te adaptar, te acostumar a encarar isso, geralmente tu vai negar, fica calado, tu não discute, tu não fala quando todo mundo tá conversando sobre sua colocação no Enem, qual a nota que tirou em redação, tu fica calado, tu te isola da conversa, justamente pra tu não falar que tu fez uma prova diferente, que não fez Enem. (Zumbi dos Pamares)

No início é um pouco difícil, a gente vir da nossa comunidade, com nossa identidade própria, chegar à universidade, tem vezes que a gente tem até um pouco de medo de expressar nossa verdadeira identidade, principalmente pelo preconceito, pela discriminação. (Abdias do Nascimento)

Também é importante ressaltar a fala da estudante quilombola Conceição Evaristo durante a entrevista que relatou um fato que não é isolado e nem o único, em que estudantes quilombolas em algumas situações acabam negando o meio que ingressam na universidade, ou seja, o ingresso pelo Processo Seletivo Especial (PSE) para quilombolas. Abaixo a fala dos estudantes quilombolas Conceição Evaristo e Zumbi dos Pamares:

Passei eu e mais um, eu vi o nome dele na lista e fui falar com ele [...]. Ele é quilombola, mas não se expressou como quilombola, falou que tinha passado pelo Enem [...]. E depois me falou assim: vou pedi sua discricção pra você não falar nada em relação a eu ser quilombola. Eu fiquei na minha, não dá nem pra conversar e nem ter um diálogo com uma pessoa dessa, sinceramente. (Conceição Evaristo)

Tem quilombola que até hoje, que a gente conhece que passa do lado e não fala, acho que com vergonha que eu vá cumprimentar e diga que é quilombola. Da minha própria comunidade tem quilombola se formando hoje que ainda nega que é quilombola, tem quilombola que entrou em 2013, que foi no primeiro processo que hoje praticamente formou, mas que nunca disse na universidade que era um quilombola, pelo menos que eu tivesse visto, sempre negando quem era e até dizendo que tinha passado pelo Enem, não sei os motivos, mas enfim. (Zumbi dos Pamares)

Os estudantes quilombolas Conceição Evaristo e Zumbi dos Pamares nas falas acima ressaltam que, ainda no espaço da universidade, estudantes quilombolas negam a sua identidade, que talvez possa ser principalmente pelo preconceito e racismo existente.

Nesse sentido, negar a identidade quilombola, pode significar também uma estratégia de permanência desses estudantes, visto que, no espaço da universidade as relações de poder impostas pelos grupos hegemônicos desvalorizam a cultura e a identidade quilombola e talvez

para muitos negar essa identidade seja a única opção de permanecer na universidade. Nessas condições, Santos (2009, p. 77) corrobora que:

No ambiente Universitário isto não foi diferente e as *estratégias criativas* para permanecer foram criadas. Tais estratégias vão da pacificação ao enfrentamento. Dito de outro modo, ou estes estudantes manipulam suas imagens a fim de *parecer o menos cotista possível* e assim se integram de algum modo aos grupos universitários ou se criam estratégias de enfrentamento a este racismo institucional. Não raramente estes estudantes reúnem-se em grupos chamados de “negros universitários” e reivindicam para si a possibilidade “fazer parte” de ter direito à experiência universitária em todos os seus âmbitos (Grifos da autora).

E talvez o medo de se ser visto como cotista e a sua capacidade ser colocada em dúvida, como nos coloca a estudante quilombola Chiquinha Gonzaga, ao dizer que:

As pessoas comentavam como tu entrou, assim é muito fácil, muito fácil o processo de vocês pra vocês entrarem na faculdade.

Entrar na universidade com uma entrevista e uma redação é motivo de preconceito por parte de muitos estudantes que ingressam por meio de outras seleções como, por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), assim, muitos estudantes quilombolas se sentem desconfortáveis para dizerem que são quilombolas e ingressaram através da reserva de vagas para comunidades quilombolas.

O estudante quilombola Zumbi dos Palmares relata que no momento de ingresso na UFPA não compreendia o porquê do processo, no entanto, a partir de seu engajamento e pesquisa, este começa a compreender esse processo ao ressaltar que:

No momento de ingresso só sabia que foi dado a oportunidade pra fazer. Hoje já saberia defender melhor o porquê do PSE, mas naquela época eu não saberia explicar se alguém me perguntasse por que vocês fazem só uma redação e uma entrevista e entram pra cá, eu não ia saber responder.

Diante do exposto, ainda há certa incompreensão de outros sujeitos em torno desse processo, podendo citar vários fatores, entre eles o não entendimento das políticas de ações afirmativas e também o racismo estrutural existente. Pois, até mesmo alguns estudantes quilombolas não compreendem o porquê da existência das cotas para quilombolas, como o caso do estudante quilombola Nelson Mandela ao relatar que:

No meu ver esse negócio de cota, deixa eu achar uma forma de dizer, é como cair de paraquedas e sem para queda na UFPA. Porque não tem uma base boa, a gente entra de uma forma meio que fácil, isso também acho que prejudica a gente, tem que fazer um investimento pra ter uma base melhor, muitas das pessoas que entram aí desistir do curso porque é muito pesado.

Contudo, é importante ressaltar que a partir do ingresso na universidade e também da criação da ADQ muitos outros estudantes quilombolas passam a compreender esse processo e defende-lo. Nesse sentido, posso afirmar que hoje o estudante quilombola Nelson Mandela provavelmente tem outra visão das ações afirmativas, pois ainda no período de pesquisa de campo que se deu na dala da ADQ, o estudante começou a participar dos encontros e atividades realizadas para e com os estudantes quilombolas e participando ativamente da associação, tenho clareza se eu perguntasse novamente o porquê desse processo para esse estudante a resposta seria outra.

Assim, além da discriminação e preconceito sofrido por esses estudantes pelo processo de ingresso no ensino superior, ainda sofrem com o racismo em outros espaços da universidade, como relata a estudante quilombola Dandara dos Palmares abaixo:

Muito dos nossos não querem nem vim pro RU com vergonhar, porque eu não sei pegar no garfo e faca direito, há porque eu tenho vergonha de dizer que estou na taxa zero, eu faço questão, ontem à noite eu fiz questão de vim aqui no básico porque um dia desses uma funcionária ficou com preguiça de procurar meu número, disse que não estava mais, que o número que eu tinha era outro, então minha colega me falou, então vá lá que todos nós chegamos aqui na sua frente e a gente ainda está na taxa zero, então eu fui lá e acredita que estava meu número 467 eu fiz questão de anotar o número porque lá no outro RU eu vou ter que fazer também porque é um direito meu, não estou pedindo favor, alguém está pagando pra mim esse um real, então tenho que fazer valer isso, então por conta disso muitas vezes tem aquelas controversas daqueles colegas que dizem “quer aparecer”, eu digo não é querer aparecer, só quero fazer valer aquilo que é de fato direito porque foi conseguido com luta, não foi presentinho que o reitor falou “olha vocês vão pra lá porque eu tenho um presente pra vocês, vai estar todo mundo na taxa zero”, foi com luta, então a gente precisa fazer valer.

Aconteceu um fato comigo, eu percebi que era comigo pelo fato que a pessoa me perceber tocava no outro e começava a cochichar e eu encarei a pessoa, eu caminhando e olhando fixa pra ela, pra ela perceber que aquele lugar também era meu, não interessa pra mim o que ela pensou, o que ela estava conversando com a outra, mas era ao meu respeito, se ela falou do meu cabelo, do meu jeito de andar, do meu jeito de me vestir, mas eu ainda levantei mais a minha cabeça e fixei o olhar nela, se esse lugar lhe pertence, ele me pertence também, esse lugar também é meu, eu tenho certeza que eu

respondi a altura dela, porque a pessoa se intimidou quando eu fixei o olhar, baixou a cara e pronto, então se eu fosse outra poderia até ter saído com vergonha, sei lá. No RU acontece muito isso, às vezes você vai e só tem lugar ao lado daquelas pessoas ditas brancas e elas começam a desdenhar, a gente percebe no semblante das pessoas quando é de coisas, tipo simpatizando ou quando é desdenhando, eu sou muito assim, mas eu não sou de confrontar “o que é? O que foi?” não, em momento algum, eu vou ficar ali, os incomodados que se retirem, se acharem que minha presença incomoda ela que vai se levantar.

A questão do preconceito, que a gente sabe que aqui o racismo está entranhado nesse lugar, então eu sempre digo que a gente costuma matar um leão, talvez um cachorro, talvez um gato que seja por dia, mas todo dia a gente encontra problema aqui, não se com vocês é assim, mas comigo sempre acontece alguma coisinha.

É possível verificar situações concretas de discriminação e preconceito vivenciado pelos estudantes quilombolas na UFPA, que são manifestados ora de forma velada e indireta e ora de forma explícita e direta. Gomes aponta que:

“[...] o racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação às pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo etc. Por outro lado, conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores” (GOMES, 2005, p. 52).

Deus (2008, p. 37) reitera que:

O racismo, hoje, pode ser definido como um fenômeno que traz consigo uma história da negação dos direitos políticos, cívicos e sociais. O racismo contemporâneo emergiu como uma doutrina de exclusão, para legitimar a dominação de grupos fenotipicamente diferentes, e tem se mostrado decisivo na criação e reprodução de estruturas de classe fundadas na subordinação daqueles definidos como inferiores por natureza.

Com efeito, é preciso garantir o acesso a direitos antes negados a esses sujeitos afim de superar os paradigmas e doutrinas impostos que causaram a exclusão desses e de outras minorias, principalmente aqueles que foram estereotipados e excluídos de direitos essenciais como a educação pelo fenótipo, ainda de acordo com Deus (2008, p. 37) “Pode-se considerar que em estados pós-coloniais, o racismo é resíduo de um passado em que a superioridade europeia foi oficialmente reconhecida (por europeus, é evidente)” o que ocorre no Brasil

desde a colonização, e repercute na trajetórias dos estudantes quilombolas dentro e fora da academia .

Também é possível observar a partir da fala dos estudantes quilombolas Luiza Mahin e Abdias do Nascimento a qual mostra que também alguns estudantes ao vir estudar reafirmam a sua identidade e estes se posicionam em relação ao racismo e discriminação existente na universidade:

Uma vez um professor começou a falar sobre quilombola dentro da sala, que não era pra existir cota quilombola, que é só pra dar trabalho e eu comecei a discutir com ele lá, eu falei que nós temos nosso direito, que eu ia reclamar, ia falar na diretoria o que ele estava falando. (Luiza Mahin)

Mas é preciso a gente mostra essa nossa verdadeira identidade na qual a gente vem lutando a muito tempo pra ser reconhecida, tanto em nossa comunidade como em todos os lugares que a gente frequentar, e principalmente aqui dentro dessa universidade, que infelizmente ainda é um lugar que a gente tem pouco espaço e com isso a gente sente dificuldade em avançar em determinados pontos, de mostra essa nossa verdadeira identidade. Ver a melhor forma de a gente publicar e demonstrar a nossa verdadeira identidade, independentemente de qualquer coisa é uma coisa que vamos sempre carregar dentro de nós é essa identidade de ser quilombola e nunca ter vergonha de fala aonde quer que a gente vá, em qualquer mesa de conversa, em qualquer roda de conversa, em qualquer seminário que a gente for compor esta mesa é a primeira coisa que a gente fala é que somos quilombola e isso não é vergonha pra nossa identidade esse é um fortalecimento tanto pra minha comunidade, como pra minha identidade própria. (Abdias do Nascimento)

Por esse ângulo, é necessário que ocorra uma transformação social a qual deva perpassar a desconstrução do racismo em sua versão estrutural, significando abrir mão de privilégios para desconstruir conceitos e efetivar a luta contra o racismo de maneira mais contundente e que outros grupos com os quilombolas possam se afirmar na sociedade. Deus (2012, p. 232) em relação à discriminação¹⁴ na universidade analisando que:

Nesse íterim, enquanto a Academia cala os discriminados falam, mas não são ouvidos, são vozes inaudíveis. Creio, levará algum tempo para que se assimile essa linha de investigação como prática usual. Em muitos lugares, foi necessário que os herdeiros da diáspora africana chegassem às Academias para forjar espaços. A experiência cotidiana de opressão os acompanhou, pois, *esses* não entram sozinhos para a Academia. Não costumam andar sozinhos. Carregam consigo, além de sua história de vida, a história de seus ancestrais. A marca desta história está em seus corpos, os

¹⁴ “[...] a discriminação pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito” (GOMES, 2005, p. 55)

acompanha em qualquer lugar em que vão. Mesmo que eles queiram esquecer, não lhes é permitido. Haverá sempre alguém disposto a lhes mostrar, sem a menor cerimônia: É um negro! Isso, na melhor das hipóteses. Às vezes, no embate, logo vem a agressão. Não passa de um negro!

Em suma, é preciso romper com a estigmatização e/ou a rotulação de inferioridade a grupos aos quais as relações de poder foram impostas e os colocaram em condições de subalternidade por grupos tidos com hegemônicos como forma de garantir a superioridade social. Nesse sentido, a universidade tem papel fundamental para promover a valorização da identidade e cultura desses sujeitos e promover uma sociedade mais justa e sem discriminação.

Nesse sentido é preciso aquilombar-se como descreve Leite (1999, p. 141):

O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. E o fogo que vem, agora, não queimar, mas iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada (LEITE, 1999, p. 141).

Reivindicar uma identidade é negar o papel subalterno que a sociedade lhes impôs, é resistir por converter-se em agentes da sua própria história em sujeitos de direitos e reconhecessem num coletivo com uma identidade própria daquele grupo social, com as suas manifestações sociais e culturais. Munanga (1994, p. 177-178) complementa que:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.

A formação dos quilombos e a participação dos negros demonstram a resistência destes, assim em entrevista com a professora Zélia Amador de Deus (2017) feita para esse estudo analisa a identidade quilombola como uma:

Identidade política, [...] uma identidade de luta. É uma identidade política pra conseguir a posse da terra, pra conseguir o título da terra, com uma identidade política pra resistir, não sair da sua terra, mas, além disso, lutar pelo título, pela titulação, então na verdade, essa é a grande marca da identidade quilombola.

Desse modo, a identidade quilombola se constitui a partir da necessidade de luta pela terra – território – o que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos, assim, esse grupo também possui uma identificação¹⁵ compartilhada entre seus membros, que tem sido usada como instrumento para conseguir potenciais benefícios coletivos e uma melhoria nas condições de vida dos quilombolas. Gomes (2005, p. 41) aludi que a “identidade não é algo inato”, assim, vai se constituindo nas relações sociais e culturais do cotidiano. Ainda segundo Gomes (2005, p. 41) a identidade:

[...] se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana.

Conforme Souza (2008) corrobora que a identidade quilombola está ligada diretamente a ideia de pertencimento e a laços identitários pelos costumes e pelas lutas e discriminações vivenciadas por esse grupo.

Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 5) afirmam que “A identidade quilombola, até então um corpo estranho para estas comunidades negras rurais, passa a significar uma complexa arma nesta batalha desigual pela sobrevivência material e simbólica”. Isso expressa o quanto somos permeados por relações que constituem as nossas múltiplas identidades. Paraphraseando Gomes (2005), temos que a identidade não é constituída ao nascermos, não é inata, mas sim vai se constituindo a partir das relações com os grupos sociais, com a cultura, os rituais, as festas e linguagens são constituidoras da identidade.

Destarte, não podemos desconsiderar que as identidades são uma autodefinição através da qual os sujeitos elaboram um marco de referência e uma visão de mundo e, sobretudo, através da qual acionam suas práticas e representações, seus projetos e estratégias, e assim,

¹⁵ O conceito de “identificação” acaba por ser um dos conceitos menos bem desenvolvidos da teoria social e cultural, quase tão ardiloso – embora preferível – quanto o de “identidade”. Ele não nos dá, certamente, nenhuma garantia contra as dificuldades conceituais que têm assolado o último (HALL, 2000, p. 105).

definem a forma em como se relacionar e se posicionar frente aos outros, sejam parceiros ou antagonistas, configurando também numa relação cultural e política, pois estão em movimento e se reinventam cotidianamente. Assim, os estudantes quilombolas saem de suas comunidades, porém a identidade coletiva, a identificação com outros estudantes quilombolas acontecem no espaço da universidade e se tornou mais propenso a partir da ADQ, como podemos verificar nas falas abaixo:

Os quilombos podem ser diferentes, podem ser longe um do outro, mas a realidade basicamente é a mesma, de tu veres aquele momento do pessoal jogando bola de tardinha, beju, eu fiquei muito emocionada, quando eu pisei em Abacatal a emoção veio como um todo. (Beatriz Nascimento)

Mas a partir do momento que eu entrei aqui, quando o quilombo está em nós, independentemente do local que nós estamos, independente do meu quilombo ser lá em Oriximiná e eu estar aqui em Belém, mas o quilombo permanece em nós, então a partir do momento que eu soube dessa associação, eu procurei saber, eu procurei entender, eu procurei conhecer, e foi aqui que deu aquela estruturada, deu uma segurada “opa”, tem pessoas que são da minha realidade, ainda que nós sejamos de quilombos diferentes, mas nós somos um só, é a mesma causa, a mesma luta. (Beatriz Nascimento)

A partir da identificação como quilombolas e de dividirem e conviverem no mesmo espaço que é a sala da ADQ, os estudantes quilombolas criam, recriam e reproduzem as relações sociais que vivem em suas comunidades quilombolas, além da importância do companheirismo e afeto que é determinante para muitos, assim, permanecendo na universidade, como é possível verificar na fala abaixo dos estudantes quilombolas Tereza de Benguela, Abdias do Nascimento e Beatriz Nascimento:

Porque hoje nós somos muitos e acabamos nos juntando, criando força entre nós mesmos, se firmando, se fortalecendo. Por mais das dificuldades que a gente encontra, algum tipo de preconceito que sempre acontecer infelizmente ou então até mesmo uma piadinha a gente relewa porque a gente não é acostumando com isso pelo, menos que eu conheço não foram criados com esse tipo de comportamento, então a gente ver, a gente se depara as vezes com isso, mas gente relewa, deixa pra lá ou então quando a pessoa é aberta pra conversa a gente mesmo chama e tudo mais é isso. Nós enquanto quilombola, assim, aqui dentro da universidade eu pelo menos me sinto bem, em casa, hoje em dia sim, porque encontro com muitos aqui, isso faz com que a gente consiga levar nosso dia a dia bem mais tranquilo, nosso cotidiano fica bem mais tranquilo. (Tereza de Benguela)

Esse é um encontro muito construtivo dentro do nosso coletivo, dentro da nossa associação, porque a gente acaba vendo a realidade de outros amigos, de outros companheiros, de outras comunidades, de outros quilombos e assim, dependendo da dificuldade de cada um que se encontra aqui a gente até

mesmo entra em dialogo, em debate, vendo essa dificuldade e junto com a associação vendo a melhor forma da gente está ajudado a revolver essas tais dificuldades, que todos encontram aqui dentro da UFPA. Então é essa a expressão de nossa identidade própria, tanto de minha comunidade como da comunidade de outros amigos, serve como base de construção para que nosso coletivo se fortaleça aqui dentro. (Abdias do Nascimento)

Pra nós quilombolas, para nós que buscamos estar melhorando, essa sala foi uma referência, aqui nós encontramos pessoas que tem os mesmos problemas as mesmas dificuldades, e são nessas pessoas que a gente consegue encontrar forças, são nessas pessoas que mesmo que mostra que está feliz, que está tudo bem, mas que tu olha e consegue enxergar que não está bem, que aquela pessoa está precisando de ajuda, e assim, só o fato de tu está próximo já muda tudo, inclusive eu faço questão de chegar com cada pessoa, de procurar saber o nome, porque a gente sabe que não é fácil está longe de casa, e essa união, essa estrutura física que é o nosso espaço fez uma diferença monstruosa na nossa convivência, para o nosso fortalecimento, e eu sou muito grata as pessoas que lá atrás lutaram para que hoje pudéssemos ter essa sala. (Beatriz Nascimento)

A sala da ADQ é um espaço fundamental para que haja o fortalecimento dos estudantes quilombolas na UFPA, principalmente em relação à identidade étnica desses sujeitos. Pois, cotidianamente, há o encontro desses sujeitos os quais compartilham seus saberes, lutas, culturas e identidades que trazem das experiências de seus quilombos.

5. CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO

Tecendo as primeiras considerações sobre esse estudo, destaco que este foi um grande desafio, pelo fato de sair da área das ciências exatas e adentrar as ciências sociais e humanas é algo desafiador que me propus a realizar, assim, houve várias dificuldades em torno da escrita do texto que fui buscando sanar. Tenho clareza de quem existem muitas lacunas, porém, esses escritos têm sua importância para o entendimento dos desafios a identidade e permanência dos estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará que ingressaram através das ações afirmativas, com reserva de vagas por acréscimo através da Resolução nº. 4309 de 27 de agosto de 2012, o que só foi possível por meio convívio com esses estudantes através da metodologia adotada para esse estudo, visto que o ensaio etnográfico possibilitou vivenciar, dar a voz e ouvir esses estudantes (CARSODO DE OLEIVEIRA, 2000) para dimensionar como eles veem o seu ingresso e as políticas de permanência da UFPA, ou seja, a permanência como política da ação afirmativa para quilombolas.

Desse modo, começo elucidando que o Processo Seletivo Especial (PSE) através da Resolução Nº 4309/2012 da Universidade Federal do Pará representa para as comunidades quilombolas uma conquista para o acesso ao ensino superior do povo quilombola de maneira a garantir a igualdade de oportunidades a esses sujeitos que historicamente foram tolhidos do processo educacional em decorrência do passado escravista que gerou o racismo e desigualdades existentes, influenciando o contexto educacional dos afro-brasileiros. Contudo, o PSE para quilombolas da UFPA perpassa pelo contexto do processo de democratização do ensino superior contribuindo para uma seleção mais justa. Entretanto, o processo de democratização inicia-se com o acesso e “não encerra o compromisso social da Instituição” (BELTRÃO 2013, p. 26). Beltrão (2013, p. 26) corrobora que:

As cotas e as vagas reservadas implantadas pela UFPA, enquanto ação afirmativa que permite o acesso ao ensino superior precisam ser interpretadas, a partir da luta dos movimentos sociais e no caso dos povos indígenas e quilombolas como direito à autonomia e à autodeterminação. A proposta coaduna-se com os ideais de proteção e respeito à diversidade trazidos ao cenário político com a promulgação da Constituição de 1988, em conjunto com o referendo à *Convenção Nº. 169* da OIT. (Grifos da autora)

Logo, é preciso que reconheçamos que o Processo Seletivo Especial destinado a comunidades quilombolas tenha avançado significativamente, porém é preciso que esse

processo seja avaliado e reavaliado constantemente a fim de criar melhores condições de ingresso e permanência desses sujeitos na universidade, Beltrão (2013, p. 26) reforça que “A entrada de grupos vulnerabilizados na UFPA exige constante atualização, face às novas demandas referentes à permanência e conclusão do percurso acadêmico”.

É preciso a seguridade conforme Santos (2009) no que concerne dois aspectos indispensáveis a permanência dos estudantes na universidade, principalmente das camadas mais populares e que adentram pelas políticas de ações afirmativas, que são a permanência material e a permanência simbólica, esses dois elementos são indissociáveis para a real inclusão desses estudantes na universidade.

Não poderia encerrar esse estudo sem tecer algumas considerações que, creio, são importantes para que seja possível fazer as análises sobre os desdobramentos das ações afirmativas implementadas pela UFPA destinada as comunidades quilombolas, que apesar de certa “timidez” em frente a esse processo tem contribuído significativamente para a inclusão de quilombolas na universidade, haja vista que, a reserva de vaga para comunidades quilombolas ainda é um processo em (re)construção e mediante os desdobramentos da pesquisa apontamos algumas medidas que já vem sendo efetivadas pela Universidade Federal do Pará a partir de 2013 com o ingresso dos primeiros estudantes quilombolas através da reserva de vagas. Destaco que estas medidas surgiram com mais impulso a partir de 2015 com a criação da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA) com o objetivo de permanência e afirmação da identidade quilombola reivindicadas por esses estudantes e também após o professor Emmanuel Zagury Tourinho assumir a reitoria da UFPA, pois segundo Ribeiro (2017, p.48) “Os conhecimentos subalternos vêm sendo reivindicados pelo movimento negro, indígena, quilombola, feminista e ecologista. As escolas e universidades são locais estratégicos para criar articulações com os movimentos sociais [...]”, assim, os estudantes vão se articulando e garantindo direitos.

Nessa sequência, destaco as ações que perpassam pelos desafios, fragilidades e os limites que a instituição possui em relação ao ingresso de estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará: Notou-se que o avanço nas políticas para os estudantes quilombolas pode ser descrito através de alguns poucos projetos institucionais e de projetos de extensão destinados a esses estudantes no qual destacamos o programa de extensão da universidade que esses estudantes quilombolas frequentam que é o Programa de Tutoria Quilombola e Indígena (PET/QI) coordenado pela professora Isabel Cabral e Aldo Freitas Vieira, ocorrendo através de monitorias, assim, esse programa teve certa eficácia para alguns

estudantes. E também o Projeto de Extensão Indígena e Quilombola (IQ) coordenado pelas professoras da UFPA Maria do Socorro Amoras e Solange Gayoso, e concerne também em tutoria para alunos indígenas e quilombolas, no entanto, é preciso tornar esses projetos de extensão em uma política específica da universidade, pois é de essencial importância devido atender às necessidades específicas e principalmente no que concerne as fragilidades na educação básica desses sujeitos e esses programas surgem como uma alternativa que possibilita os estudantes quilombolas a avançar no curso, assim, é importante observar as falas abaixo:

Quando a gente se depara com algumas disciplinas, os professores muitas vezes não entendem que a gente veio de um ensino totalmente diferente do meio urbano e dentro das disciplinas a gente encontra muita dificuldade e a gente não teve um preparo bom e quando chego à sala o professor não quer saber se a gente tá preparado, se tem condições de avançar em determinada disciplina, ele quer chegar e coloca seu conteúdo, o que foi repassado pra ele, pra ele repassa pra turma trazendo muitas dificuldades pra gente, principalmente no avanço da disciplina e com aprovação na mesma. Ainda faltam muitas lacunas a ser preenchidas, porque a gente já tem hoje o acompanhamento de um projeto que dá acompanhamento não só pedagógico como também melhora o nosso desempenho que é um projeto de suporte em todas as dificuldades que a gente encontra no curso a gente tem como recorrer é aberto principalmente pros indígenas e quilombolas então a gente senti que a universidade dá um suporte nessa parte pra gente. (Abdias do Nascimento)

Portanto, é preciso que a UFPA ofereça editais de extensão voltados para os estudantes quilombolas e que possa haver incentivos a professores para proporem projetos que envolvam esses estudantes, a fim de assegurar a permanência na universidade. Por esse ângulo, observou-se a importância da contribuição dos estudantes quilombolas na implementação de novas políticas institucionais, haja vista que, após a criação da ADQ, os estudantes quilombolas fizeram várias reivindicações as quais foram atendidas como o taxa zero no Restaurante Universitário (RU), assim, os estudantes que ingressam na universidade a partir de 2016 tem direito ao almoço e janta sem ser cobrada a taxa até começarem a receber alguma bolsa/auxílio da universidade, além de que os estudantes que se encontram em maiores condições de vulnerabilidade socioeconômica conseguem acessar com mais facilidade o auxílio emergencial da universidade.

Outro dado referente à pesquisa é a relação da educação básica e o ensino superior, na maioria dos relatos dos estudantes quilombolas é posto que, as dificuldades ocasionadas principalmente nos cursos da área das ciências exatas é proveniente da precariedade do ensino

médio nas comunidades quilombolas e em muitos casos os estudantes relatam as fragilidades que advém por terem estudado no Sistema Modular de Ensino (SOME), assim, dos quatros estudantes quilombolas que desistiram do curso destacam que o fato se deve as dificuldades do curso causadas pela pouca eficiência do SOME. É preciso que a UFPA acompanhe as dificuldades de aprendizado, principalmente no que concerne a área das ciências exatas, pois estas exigem um maior comprometimento da universidade com políticas institucionais mais específicas para esses estudantes, como por exemplo: acompanhamento pedagógico e de “nivelamento”, espaço de troca de conhecimentos, currículo que contemple esses estudantes, formação para os professores, entre outras ações. Pois as lacunas e dificuldades enfrentadas são correlatas ao processo aprendizagem, que por falta de educação básica satisfatória nas escolas das comunidades quilombolas implicam diretamente na aprendizagem desses estudantes e implicando também na permanência.

De tal modo que, a universidade tem que levar em consideração a precariedade do ensino desses estudantes, haja vista que, é um desafio a ser enfrentado e a universidade não pode deixar de levar em consideração, assim, é necessário que haja uma intensificação em programas de formação para docentes, técnicos e servidores de maneira geral para que estes percebam a necessidade de compreender esses sujeitos nas suas especificidades enquanto quilombola, e, assim, garantir que esses estudantes concluam o ensino superior e compreendê-los nas suas especificidades. Ressalto que neste trabalho não buscamos ver o andamento e desempenho dos estudantes no curso, como o avanço, as reprovações e faltas. Também não realizei análises referentes ao currículo, o que pode ser feito futuramente. Porém, durante as entrevistas os estudantes quilombolas relataram que há necessidade de se ter disciplinas que os contemplem.

Além de que, é preciso que os professores compreendam as necessidades de se trabalhar a realidade cultural, étnica, territorial e educacional desses estudantes e de que maneira vai inserir no currículo na academia, assim, é preciso a realização de mais eventos que valorizem os estudantes quilombolas e que estes sejam parte, e não apenas convidados a participar ou a compor uma mesa de debates. A universidade através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) vem realizando alguns eventos na UFPA como o “I Seminário de Diversidade na UFPA”, cujo tema “Universidade como Diversidade: Identidades, Atores e Agendas”, o qual foi realizado no Centro de Eventos Benedito Nunes e com o objetivo de promover debates sobre a inclusão social dos diferentes atores representativos que convivem no espaço acadêmico, possibilitando uma visão política de inclusão universitária e de acesso

ao pertencimento, ainda esse seminários pretendiam elaborar uma agenda comprometida com o bem-estar das diferentes identidades socioculturais presentes na universidade. Mas, apesar da boa vontade em realizar esses eventos, os estudantes continuam apenas sendo convidados para participarem e não estão incluídos diretamente nos eventos, sendo somente participante o que acarretou a fragmentação da participação dos estudantes no evento, com público mínimo.

No entanto, para a permanência dos estudantes quilombolas na universidade é necessário que se criem políticas específicas pensadas para e com os estudantes quilombolas, pois segundo dados disponibilizados pelo CIAC/UFPA tem-se que do total de 1163 estudantes quilombolas que ingressaram na UFPA de 2013 a 2018 tem-se que 109 estudantes cancelaram a matrícula por diversos motivos e entre eles estão a questão financeira, a saudade da família e a dificuldade de avançar no curso, assim, o cancelamento das matrículas somam quase 10% do número total de estudantes ingressos, até o período da pesquisa, apenas 09 estudantes quilombolas tinham concluído o curso, assim contando com o número de 141 estudantes quilombolas que ingressaram em 2013 e 2014 e analisando os cursos que tem duração de 4 e 5 anos há um número muito pequeno de estudantes egressos, nesse sentido, constatou-se que é preciso que a universidade tenha políticas de acompanhamento semestral desses estudantes quanto ao aprendizado, evasão e frequência nas aulas, pois tem aqueles estudantes que não trancam, se matriculam e deixam de frequentar as aulas. Somente uma política eficiente de acompanhamento é possível criar novos mecanismos para a garantia da permanência desses estudantes na instituição, dando mais subsídios e possibilidades para o sucesso e conclusão do curso.

É importante destacar que no decorrer da pesquisa junto à universidade sobre os dados referentes ao número de estudantes, os cursos, cancelamento de matrícula, entre outros dados há ainda certa confusão, devido a existência de muitos dados desconhecidos em relação a alguns trabalhos já publicado e aos dados relacionados ao PSE para quilombolas da própria universidade, assim, é necessário que a UFPA tenha para além da política de acompanhamento, um banco de dados referentes as ações afirmativas que registre desde o ingresso, cancelamento de matrícula, reprovações, denúncias de preconceito e racismo, entre outros.

A Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA e posteriormente com a inauguração da sala da associação é possível concluir através das entrevistas como esses estudantes que a criação da ADQ foi uma conquista imensurável, visto que representa e tem papel fundamental para a permanência desses estudantes na universidade. A sala é para além

de um espaço físico é um território para esses estudantes, a extensão de sua comunidade quilombola, assim, surgindo como “quilombinho” em representação simbólica ao quilombo e, assim, se tornando um território de afetos, de confraternização, luta, solidariedade, laços de amizade e familiares, se constituindo de inúmeras relações que os aproximam e fazendo uso da identidade coletiva com as quais utilizam como resistência, empoderamento e na luta na Universidade, que para Deus (2012, p. 234) “Negros e negras, inconformados, são reprimidos, mas não se curvam. Criam associações. Estabelecem alianças. Se (re)aproximam da África. Encontram semelhantes em outros territórios da África negra, de maneira a afirmar um discurso de unidade”, com destaque para a identidade coletiva que os aproxima e os possibilita a permanecerem na universidade.

Assim, os estudantes quilombolas a medida de suas lutas na UFPA proporcionaram o direcionamento de contribuições para a melhoria desse processo a partir do seu ingresso na universidade, principalmente a partir da criação da Associação dos Discentes Quilombolas da UFPA (ADQ-UFPA) baseadas na coletividade e na busca pela permanência e re/afirmação da identidade, e a partir de vivências e reivindicações desses estudantes é possível que se re/criem políticas institucionais que sejam mais significativas e que melhore o processo de acesso e de permanência na UFPA. O que também só será possível através do empenho e sensibilidade da UFPA em ouvir esses estudantes e as comunidades quilombolas, logo, é preciso que a universidade encare com responsabilidade e compreenda e tenha sensibilidade para reavaliar todo o processo. Pois, segundo Campos (2016, p. 108)

É preciso que a Universidade se torne um espaço de responsabilidade social e que isso não se confunda com a democratização de acesso ao ensino superior, pelo contrário é necessário assumir um papel que assegure a permanência e a legitimidade dos grupos historicamente excluídos.

Embora Beltrão (2011, p. 19) analisar que “A UFPA, nos últimos anos, vem adotando postura ativa na promoção das ações afirmativas e possui um conjunto de políticas que marcam o novo posicionamento adotado pela instituição, apesar do acirrado debate”. Apesar das dificuldades enfrentadas por esses estudantes em relação à permanência na universidade, está surge como referência na inclusão de indígenas e quilombolas no ensino superior público federal no Estado do Pará e conseqüentemente em território nacional, assim, Beltrão (2011, p. 23) analisa que “As vagas reservadas na Universidade constituem um marco importante na conquista de direitos”. Ainda Beltrão (2011, p. 33) corrobora que:

A nova postura, apontada como institucional, não está devidamente enraizada, mas parece estar orientada por ideais de democracia e inclusão. Simultaneamente, ajuda no entendimento de destacar o poder de transformação social que a Universidade detém enquanto fonte de produção e difusão do conhecimento científico.

É possível observar nas entrevistas que muitos estudantes quilombolas ao ingressarem na universidade não se identificam como quilombolas, compreendendo vários motivos como: vergonha ou medo de sofrer com o preconceito e racismo, assim, é necessário que a universidade crie espaços e estratégias para que esses estudantes possam se sentir seguros a dizerem que são estudantes quilombolas e que assumam sua identidade, pois, talvez para esses estudantes ocultar a sua identidade seja também estratégia para a permanência na universidade, haja vista que, o racismo está fortemente presente nesse espaço, de tal modo que, é preciso políticas institucionais específicas para a afirmação da identidade quilombola, pois por ela também perpassa a permanência.

Os programas de assistência e integração estudantil da Universidade Federal do Pará são indispensáveis que se tenham políticas e programas específicos para os estudantes das ações afirmativas, por exemplo, para os estudantes quilombolas e que sejam contemplados desde as questões financeiras estas tem que perpassar pela real inclusão desses estudantes na universidade que contemple a sua identidade e especificidades de território, de cultura, de pertencimento e de políticas que caminhem em direção à formação de um sujeito pleno e também políticas contra o racismo institucional, a discriminação e a violação dos direitos desses estudantes.

Também é necessário que a UFPA viabilize o acesso às bolsas/auxílios com mais rapidez, pois muitos estudantes quilombolas ao ingressar no ensino superior e se deslocarem para o Campus do Guamá enfrentam inúmeras dificuldades financeiras e contam com poucos recursos e a demora em receber a bolsa implica também na permanência desses estudantes na universidade, haja vista que, estes precisam se alimentar, pagar aluguel, pagar transporte, comprar materiais didáticos, além de recursos para se deslocarem para a comunidade, como ressalta Beltrão (2013) ao ratificar que:

Entre as dificuldades enfrentadas quotidianamente pelos grupos contemplados com as ações afirmativas tem-se: (1) transporte; (2) alimentação, (3) aquisição de material didático e, acima de tudo, (4) a questão da moradia, pois grande parte dos estudantes tem necessidade de se

deslocar da comunidade de origem à cidade – caso de povos indígenas e quilombolas – para realizar o curso escolhido.

Todavia, a presença de quilombolas na universidade pública oportuniza ainda mais a diversidade de sujeitos, diminui as desigualdades sociais e possibilita novas oportunidades e fortalecimento do grupo para que possam sobressair e resistir às relações de poder que são impostas nesse espaço e na sociedade, Piovesan (2008, p. 894) corrobora que “a universidade é um espaço de poder, já que o diploma pode ser um passaporte para ascensão social. É fundamental democratizar o poder e, para isso, há que se democratizar o acesso ao poder, vale dizer, o acesso ao passaporte universitário”, segundo Ribeiro (2017, p. 48-49) é preciso:

[...] decolonizar a universidade é necessário para construir uma sociedade outra. Para decolonizar a universidade é preciso transdisciplinaridade, que não se limita a articular duas ou mais disciplinas, mas sim a considerar o terceiro elemento, ou seja, conectar os diversos elementos e formas de conhecimento. Diferentes formas culturais de conhecimento devem poder conviver no mesmo espaço universitário, sem o parcelamento do conhecimento e a recusa da experiência, da *doxa*.

Deslegitimar a identidade quilombola ou qualquer outra identidade coletiva pelo fato de buscar através dela visibilidade e conquistar melhores condições de vida é ignorar o fato de que as identidades se constituem dentro de ações estratégicas de resistência e reconhecimento. Buscando atingir fins específicos como o direito à terra, por exemplo, reconhecimento da tragédia que foi a escravidão no Brasil. Tais ações estão em função dos desafios, problemas e oportunidades que cada grupo experimenta em determinado contexto social, geográfico e histórico. Aliás, nessa relação íntima entre identidade e poder, é importante sublinhar que quem é obrigado a reivindicar uma identidade encontra-se usualmente em posição de subordinação.

Em vista disso, no decorrer da pesquisa e com as entrevistas cedidas pelos estudantes quilombolas notou-se que, é urgente que seja repensado o currículo da universidade, pois é preciso contemplar os estudantes que ingressam por um processo diferenciado, através das ações afirmativas que possuem saberes, cultura, identidade e costumes diferentes que precisam ser contemplados dentro do currículo da universidade. Pois, segundo Ribeiro (2017, p.48) ainda se tem que “os conhecimentos transmitidos nas universidades carregam a herança colonial e contribuem para reforçar a hegemonia cultural, econômica e política da

modernidade/colonialidade”. Assim, segundo Souza Lima e Barroso Hoffmann (2004, p. 20) é fundamental que as universidades possam:

[...] repensar as carreiras universitárias, as disciplinas, abrir novas (e inovadoras) áreas de pesquisa, selecionar e repensar os conteúdos curriculares que têm sido ministrados e testar o quanto estruturas, que acabaram se tornando tão burocratizadas e centralizadoras, podem suportar se colocar ao serviço de coletividades vivas histórica e culturalmente diferenciadas. As universidades devem estar prontas para se indagarem sobre o quanto podem beneficiar-se com a presença [destes sujeitos], vivificando-se e ampliando-se, na construção de um mundo de tolerância e riqueza simbólica em que não bastará mais a repetição ampliada dos paradigmas do horizonte capitalista contemporâneo.

Portanto, o ingresso, a identidade e a permanência dos estudantes quilombolas no espaço universitário tornam-se desafiadores para esses sujeitos que passam a aprender, a vivenciar e a intercambiar diferentes perspectivas, concepções e experiências. As atuais demandas dos estudantes quilombolas que ingressam na Universidade Federal do Pará através da reserva de vagas exigem um maior comprometimento da instituição com as políticas institucionais de permanência e para a re/afirmação da identidade quilombola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWEYR, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V. 6, N. 1. maio 2004.

_____. **Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)**. BIB, Rio de Janeiro, n. 45, 1º semestre de 1998, pp. 51-70.

ALMEIDA, Mariléa de. **TERRITÓRIO DE AFETOS: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro**. Campinas, SP, 2018.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. São Paulo: AORI Comunicação, 2006.

BELTRÃO, Jane Felipe; FILHO, José Cláudio Monteiro de Brito; MAUÉS, Antonio Gomes Moreira. **Das Ações Afirmativas na Universidade Federal do Pará**, 2013.

BELTRÃO, Jane Felipe; CUNHA, Mainá Jailson Sampaio. Resposta à Diversidade: Políticas Afirmativas para Povos Tradicionais, a Experiência da Universidade Federal do Pará. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 10-38, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/21822/14464>>. Acesso em: 17/07/2018.

BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis da Costa e OLIVEIRA, Leon da Costa. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 9-41, jul./dez. 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/10777/6988>>. Acesso em: 17/07/2018.

BERGAMASCHI, M.P. & KURROSCHI, A.R.S. Estudantes indígenas no ensino superior: o programa de acesso e permanência na UFRGS. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n.2, p. 1-20, 2013.

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto – Portugal: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Fonseca Carlos. **As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de novembro de 2003.

_____. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.

_____. **DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.**

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, 1996.** Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial.** Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 4. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Parecer CNE/CEB nº 16/2012, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: CNE/CEB, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

CAMPOS, Lais Rodrigues. **Do Quilombo à universidade:** trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará-Campus Belém quanto à permanência, 2016.

CAZELLA, Barbara Bruna Bressiani. **SISTEMA DE COTAS RACIAIS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS.** Espaço Jurídico. Joaçaba, v. 13, n. 2, p. 373-392, jul./dez. 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** 2ª Edição. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARDOSO, Denise Machado. **O PROCESSO DECISÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL:** Rio Arariolos – Almeirim/Pará. Tese de Doutorado, 2007.

COHEN, Anthony. **The Symbolic Construction of Community.** Londres: Routledge, 1985.

DEUS, Z. A. **Amazônia:** mulheres negras protagonizam a luta popular. 2013. (Entrevista concedida ao Portal Carta Maior).

DEUS, Zélia Amador de. **Os desafios da academia frente à Lei nº 10.639/03.** Revista de Educação Pública - v. 21, n. 46 (maio/agosto. 2012) Cuiabá, EdUFMT, 2012, 216 p. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica>>. Acesso em: 18/04/2018.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** 1. Ed. – [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GERALDO, Aparecida das Graças. **Alunos do ProUni – Condições de Acesso e de Permanência em Diferentes Áreas do Conhecimento.** Dissertação (Mestrado em Educação). Mackenzie, São Paulo, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas. 2008.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional, Curitiba, PR, v.6, n.º17, jan./abr.2006.**

GOMES, Joaquim B.B. **Ações Afirmativas & Princípio Constitucional da Igualdade: O direito como instrumento de transformação social.** Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Movimento Negro e Educação: Resignificando e Politizando a Raça. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 02 fev. 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (Org.). **Multicultu-ralismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos.** Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 233-242.

_____. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP, N° 43,** novembro 1995, pp. 26-44.

GUSDORF, Georges. Prefácio. In: JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

_____. Questão multicultural. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Tradução de Adelaine la Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HASENBALG, C. A Transição da escola ao mercado de Trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Org.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida.** Rio de Janeiro: TopBooks, 2003. p. 147-172.

HERINGER, Rosana. O Próximo passo: as políticas de permanência na universidade pública. In: Angela Randolpho Paiva. (Org.). **Ação Afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França.** 1ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, 74-99.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** - Rio de Janeiro, 2018.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro, Imago, 1976.

LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?** Horizontes antropológicos. Porto Alegre, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, Carlos Eduardo. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, 2009, v. 52 n° 1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: História Debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 32, n. 117, p. 197-217, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, em 5 nov. 2003.

_____. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

NASCIMENTO, Abdias. **QUILOMBISMO: UM CONCEITO EMERGENTE DO PROCESSO HISTÓRICO-CULTURAL DA POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOVAES, Silvia Caiuby. Jogo de espelhos. São Paulo: EDUSP, 1993.

ODWYER, Eliana Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. In: **Cadernos de debates nova cartografia social: territórios quilombolas e conflitos**. Alfredo Wagner Berno de Almeida (org). Manaus: projeto nova cartografia social da Amazônia/UEA, 2010.

OLIVEN, Arabela Campos. **Ações afirmativas, relações raciais e políticas de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil**. Educação: Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 29-51, jan./abr. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Documento Final da Conferência de Revisão de Durban**. Genebra, 2009.

PAIVA, Angela Randolpho. **Ação Afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Org. Angela R. Paiva. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PAULA, Lucilia Augusta Lino de. Relações raciais e desigualdade: resistências à política de cotas na universidade. IN: **DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: experiências de intervenção**. Ahyas Siss (Org.). Rio de Janeiro, Quartet Editora & Comunicação Ltda, 2008.

PICANÇO, F. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: Somando desvantagens, multiplicando desigualdades? **Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)**, v. 30, p. 145-179, 2015.

PIOVESAN, Flávia. **AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 887-896, setembro-dezembro, 2008.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. A discussão judicial das ações afirmativas étnico-raciais no Brasil. In: Angela Randolpho Paiva. (Org.). **Ação Afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. 1ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 210-239.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederic Barth**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RIBEIRO, Débora. **Decolonizar a educação é possível? A resposta é sim e ela aponta para a educação escolar quilombola**. Identidade! São Leopoldo. v. 22 n. 1. p. 42-56. jan.-jul. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/identidade>>. Acesso em: 19/04/2017.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 4151, de 04 de setembro de 2003**. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**, 2009.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Território, Direito e Identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia. **Antíteses**, vol. 3, n. 5, jan.-jun. de 2010, pp. 221-245. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Mazoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambient. soc. [online]**. 2002, n. 10, pp. 129-136.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **ESTUDOS AVANÇADOS 15 (42)**, 2001.

SISS, Ahyas. **O Leafro, relações étnico-raciais e a formação de professores: uma experiência de intervenção multicultural**. IN: Ahyas Siss (Org.) Diversidade Étnico-racial e Educação Superior Brasileira: experiências de intervenção. Quartet Editora & Comunicação Ltda. Rio de Janeiro, 2008.

SISS, Ahyas. **Educação, Cidadania e Multiculturalismo**. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos>. In: 26ª Reunião anual da ANPED. **Anais**. Caxambu: ANPED, out. 2004. Tese de Doutorado, UFSCAR, 2003.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro**. Universidade Federal de Brasília. [Dissertação de mestrado], 2008.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; HOFFMANN, Maria Barroso (orgs). **Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil**. Trilhas de conhecimentos, 2004.

UFPA. Ata da Terceira Sessão Extraordinária do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa – 2005. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. **Arquivo da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores Deliberativos –SEGE**. Universidade Federal do Pará –UFPA. Belém: 05 ago, 2005. 9p.

_____. Ata da Terceira Sessão Ordinária do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa –2005. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. **Arquivo da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores Deliberativos –SEGE**. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém: 06 jul. 2005. 12p.

_____. **Resolução N° 3.361, de 05 de agosto de 2005**. Estabelece normas para o acesso de estudantes egressos de escola pública, contemplando cota para negros, aos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém: 05 ago. 2005.

_____. **Resolução N°. 3.869, de 22 de junho de 2009**. Aprova a reserva de vagas a indígenas nos cursos de graduação da UFPA. Belém: UFPA, 2009.

_____. **Resolução N°. 4.309, de 27 de agosto de 2012**. Estabelece normas para reserva de vagas a alunos quilombolas contemplando duas vagas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém: 27 de agosto de 2012.

_____. **Resolução N°. 5.102, de 26 de outubro de 2018**. Aprova a oferta dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará, por meio do Processo Seletivo para o ano de 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará 2016-2025**. PDI.

UNEB. **Resolução N.º 196/2002, de 18 de julho de 2002** (republicada por ter saído com incorreção). Estabelece e aprova o sistema de quotas para população afro-descendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação e pós-graduação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.uneb.br/files/2016/07/196-consu-cotas-afro.pdf>>. Acesso em: 23/10/2017.